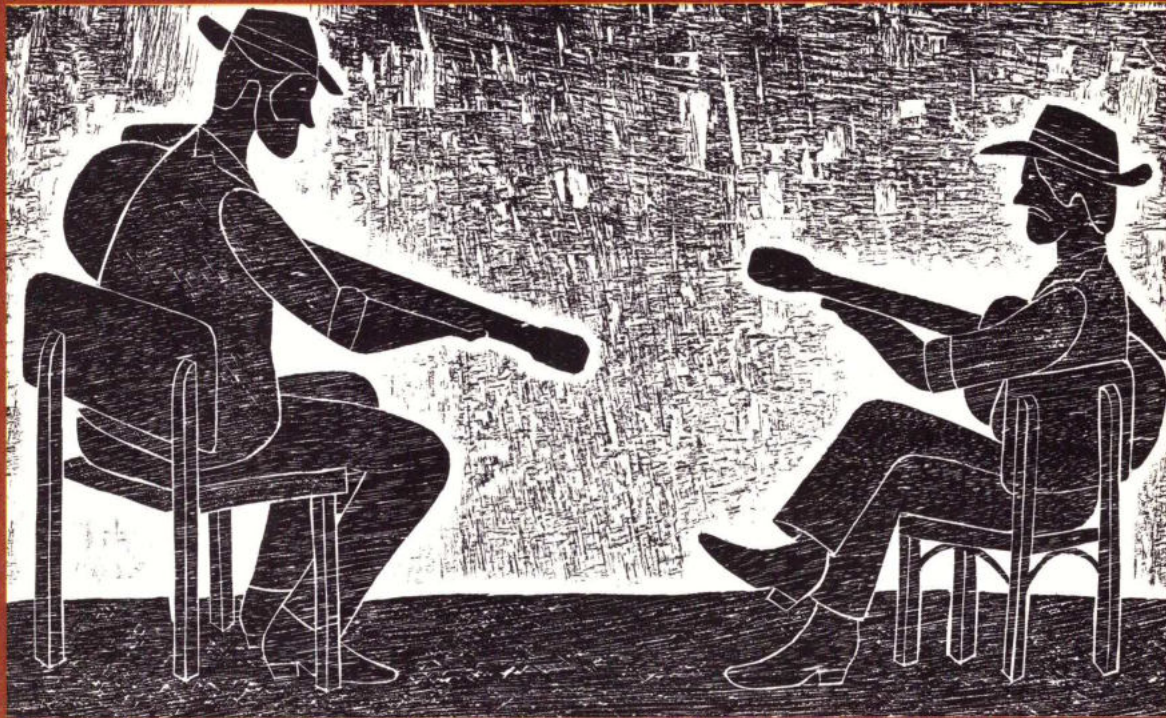


ISSN 1413-9421

v. 1, n. 9, jan./jun. 2014

# Revista Canudos



**UNEB**  
Universidade do  
Estado da Bahia



**CEEC**  
Centro de Estudos  
Euclides da Cunha



ISSN 1413-9421

# Revista Canudos

Salvador, v. 9, n. 1, p. 1-175, jan./jun. 2014



**CEEC**  
Centro de Estudos  
Euclydes da Cunha



Publicação semestral temática do Centro de Estudos Euclides da Cunha que analisa e discute assuntos relacionados ao Semiárido do Estado da Bahia, aberta a contribuições externas, desde que estejam de acordo com a linha editorial adotada. Os artigos são de inteira responsabilidade de seus autores. É permitida a reprodução parcial ou total, respeitada a obrigatoriedade da citação da fonte.



## UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB

JOSÉ BITES DE CARVALHO  
Reitor

CARLA LIANE N. DOS SANTOS  
Vice-Reitora

ATSON CARLOS DE SOUZA FERNANDES  
Pro-Reitor de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação

## CENTRO DE ESTUDOS EUCLYDES DA CUNHA - CEEC

MANOEL ANTONIO DOS SANTOS NETO  
Coordenador

### CONSELHO EDITORIAL

Prof. Manoel Neto HISTORIADOR E PESQUISADOR - CEEC/UNEB/IGHB	Antônio Olavo FOTÓGRAFO E CINEASTA ✓
Prof. José Carlos da Costa Pinheiro HISTORIADOR CEEC/UNEB/SEC	Prof. Dr. Raimundo Nonato Pereira Moreira ✓ UNEB
Prof. Dr. Sérgio Armando Diniz Guerra ✓ HISTORIADOR UNEB/CEE	Franklin Maxado ESCRITOR, JORNALISTA E ARTISTA PLÁSTICO
Prof. Dr. Marcos Antônio Villa HISTORIADOR UFSCAR-SP	Prof. Dr. José Carlos Barreto UEFS - REITOR
Oleone Coelho Fontes ✓ ESCRITOR E JORNALISTA	Profª. Lutigarde Oliveira Cavalcante Barros ✓ ANTROPOLOGA E ESCRITORA
Eldon Dantas Canário ESCRITOR E ADVOGADO	Tripoli Gaudenzi MÉDICO E ARTISTA PLÁSTICO
	Profª Monica Teixeira Amorim HISTORIADORA/SEC/BA



discute  
de que  
e seus  
fonte.

# Revista Canudos

reira ✓

o

rros ✓



© Revista Canudos do Centro de Estudos Euclides da Cunha - CEEC

**ORGANIZAÇÃO**  
José Carlos da Costa Pinheiro  
Manoel Antônio dos Santos Neto  
Mônica Teixeira Amorim

**APOIO TÉCNICO**  
Raimundo Nonato da Silva



**EDITORA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA**

**Diretora da Editora**  
Maria Nadja Nunes Bittencourt

**Coordenação Editorial**  
Ricardo Baroud

**Coordenação de Design**  
Sidney Silva

**Revisão, Normalização, Criação de Capa e Editoração Eletrônica**  
Impressãobigraf

**Imagem da Capa**  
Violeiros fazendo cantoria - Xilogravura de Gabriel Arcanjo

**FICHA CATALOGRÁFICA - SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNEB**

Revista Canudos/ Universidade do Estado da Bahia, Centro de Estudos Euclides da Cunha . - v.1, n.1 (jul./dez.1996) - Salvador: UNEB, 1996 -

ISSN 14139421

A Revista sofreu descontinuidade na sua publicação desde 2001.

1. Canudos (BA) - História. 2. Brasil - História - Guerra de Canudos, 1897.

CDD: 981.05

CDU: 981"1897"

A correspondência relativa à colaboração, solicitações de exemplares e pedidos de permuta devem ser enviados para:



Centro de Estudos Euclides da Cunha - CEEC  
Rua do Cabeça, nº 10 - Edifício Marquês de Abrantes  
Sala 812 - 8º Andar - CEP 40.060-230  
Tel. (71) 33215081  
E-mail - ceec@listas.uneb.br

7

9

12

20

36

61

87



## SUMÁRIO SUMMARY

- 7 EDITORIAL  
EDITORIAL
- 9 APRESENTAÇÃO  
INTRODUCTION
- ARTIGOS  
ARTICLES
- 12 *Renato Ferraz: O Contador de Histórias da História de Canudos*  
*Renato Ferraz: Canudos History's Storyteller*  
Ângela Gutiérrez
- 20 *Cangaceiras em Foco: Uma Análise Crítica do Documentário 'Feminino Cangaço'*  
*Cangaceiras in Focus: A Critical Analysis of the Documentary 'Female Cangaço'*  
Lucas Viana
- 36 *Breves Memórias de Canudos*  
*Brief Memories of Canudos*  
Manoel Neto
- 61 *"A Seca de João Miguel": Aspectos de uma Estratégia de Combate ao Cangaço e à Seca no Sertão Nordestino*  
*"João Miguel's Drought": Aspects of a Strategy to Combat Cangaço and Drought in the Northeastern Backcountry*  
Raimundo Marins
- 87 *Sertão e o Sertanejo*  
*Sertão and the Sertanejo*  
Rosa Bezerra

- 104 *Canudos na Obra de Tripoli Gaudenzi*  
*Canudos in Tripoli Gaudenzi's Work*

*Udinéia Braga*

**DEPOIMENTO**  
**TESTIMONY**

- 123 *Sobre uma Conversa com Renato Ferraz*  
*About a Talk with Renato Ferraz*

*José Carlos Pinheiro*

**NOTA BIOGRÁFICA**  
**BIOGRAPHICAL NOTE**

- 149 *Paulo Monteiro, Grande Depoente de Canudos*  
*Paulo Monteiro, a Great Deponent of Canudos*

*Dionísio Nóbrega*

**POESIA POPULAR**  
**POPULAR POETRY**

- 158 *Doca Lajedo, Um Tal Jagunço Façanhudo*  
*Doca Lagedo, Such a Storyteller Jagunço*

*Franklin Maxado*

**RESENHA**  
**REVIEW**

- 170 *Genealogia – Um Estudo de Famílias Sertanejas da Bahia, por José*  
*Dionísio Nóbrega*  
*Genealogy - A Study of Bahia's Sertanejas Families, by José Dionísio Nóbrega*

*Eldon Canário*

os b  
dos  
se fi  
pod  
Can  
info  
inqu

do C  
ocor  
zada  
junh  
pros  
port

tane  
escr  
asso  
outr  
corr

ritar  
sida  
tabe  
palc  
cult  
que



## EDITORIAL

O grande educador Anísio Teixeira costumava afirmar em tom de blague que os baianos eram ágrafos, ironizando então o que considerava a pouca disposição dos seus conterrâneos para escrever, ou escrever pouco. Entre os intelectuais que se fizeram parceiros e próximos ao Centro de Estudos Euclides da Cunha - CEEC podemos inserir neste perfil o professor Renato Ferraz que coordenou o Projeto Canudos nos idos de 1980 e era possuidor de vasto conhecimento e privilegiadas informações sobre o tema, assunto ao qual se referia por prolongado tempo, quando inquirido, ele que era um homem de prosa fluente e atrativa.

Ao relançarmos a Revista Canudos no tempo em que celebramos os 110 anos do Conflito de Maceté, popularmente conhecido como o “Fogo do Viana”, incidente ocorrido no dia 26 de maio de 1893 e, também, da Fundação de Canudos – rebatizada Bello Monte por Antônio Conselheiro – que por lá descansou as alpercatas em junho do mesmo ano, contemplamos a tradição oral, a fala e a memória dos bons proseadores, não deixando de incluir a produção acadêmica escrita e vazada no português culto como manda a boa regra.

Variamos igualmente na temática sem abandonar os cinzentos territórios sertanejos, hoje castigados por estiagem duradoura. Dialogamos com o cangaço, cuja escritura histórica povoa a memória e o imaginário do povo das caatingas, por vezes assombrado com a violência que permeia a trajetória dos bandos cangaceiros, por outras encantado com a valentia e a vida aventureira de homens e mulheres que percorreram o chão de sete estados nordestinos durante mais de duas décadas.

Entendemos que uma publicação universitária deve sim encaminhar-se prioritariamente a comunidade discente e docente, técnicos e pesquisadores da Universidade, sem descurar, contudo, das comunidades onde o fazer universitário está estabelecido, no caso específico da UNEB, em significativa parte do Semiárido baiano, palco de acontecimentos históricos relevantes e espaço imantado por manifestações culturais múltiplas, coloridas e vivazes ou mesmo sombrias na contrição religiosa que caracteriza a fé sertaneja.

Retomar esta publicação e levar ao público leitor a produção de pesquisadores e escritores, incluindo a poesia popular, nos parece vital para que a Universidade se reconheça onde se estabeleceu. Aqui não será o narciso rejeitando o que não é espelho, ao contrário, teríamos certamente no futuro estudantes, professores, funcionários e gestores, reforçados na geração do saber e na sua organização, por laços identitários dinâmicos e renovados.

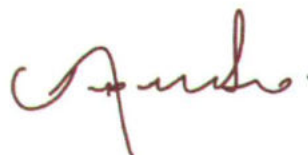
É importante ressaltar também a partir desta edição adotamos nova legenda bibliográfica, recomendada pela ABNT NBR 6021:2003, que identifica adequadamente cada fascículo de publicações periódicas científicas impressas.

Deixo para que os leitores descubram os textos e autores aqui presentes quando da leitura da Revista, alguns velhos conhecidos, outros que pela primeira vez nos deram a honra das suas colaborações. Muito grato.

Agradecimentos endereçamos ao Magnífico Reitor da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Prof. Lourivaldo Valentim, que exercendo a sua autoridade soube ser nosso parceiro, a professora Nadja Nunes, Diretora da Editora da UNEB - EDUNEB, amiga sincera do CEEC, generosa e sempre atenta as nossas demandas e convites. Estendemos nossa gratidão a professora Monica Teixeira Amorim, incansável na coleta e organização dos textos.

Finalizamos homenageando a memória dos professores Renato Ferraz, José Calasans e Consuelo Novaes Sampaio, imersos nos imensuráveis arquivos celestes, azuis como a terra é azul. Em Canudos nos deixaram Gilberto Guerra e a professora Regina, mas estão conosco envoltos na finíssima crisálida que envolve as nossas lembranças.

Salvador, outubro de 2013.



**Manoel Neto**  
Coordenador do CEEC



## APRESENTAÇÃO

O Centro de Estudos Euclides da Cunha retrata neste número, da Revista Canudos, a memória verticalizada do povo canudense. Reúne autores consagrados nos estudos canudianos para destacar personalidades que contribuíram com a memória histórica da região, divulgando a cultura artística e cultural de seu povo.

Ao desvelar elementos constituidores da cultura sertaneja a importância deste periódico se amplia no espaço acadêmico e científico no qual se insere. Portanto pode-se constatar nos artigos selecionados a grandeza com que os autores trataram o tema Sertão.

O primeiro artigo destaca o papel exercido por Renato Ferraz na ampliação do conhecimento e no desenvolvimento da cidadania dos habitantes de Canudos contemporânea. Cangaceiras em Foco tece uma análise crítica do documentário 'Feminino Cangaço, aborda o processo criativo do filme o qual contribui sobre maneira para compreender a importância das mulheres na construção do que hoje entendemos como o fenômeno do cangaço. Em Breves Memórias de Canudos o autor destaca uma década (1980 e 1990) como temporalidade para retratar as atividades acadêmicas do Centro de Estudos Euclides da Cunha - CEEC. Neste íterim identifica as influências e destaques que o Centro trouxe para a UNEB como resultado de ações exitosas no campo da pesquisa e da extensão universitárias. Os textos subsequentes abordam relevantes temas que tratam sobre A Seca de João Miguel e dos aspectos de uma Estratégia de Combate ao Cangaço e à Seca no Sertão Nordeste discussão que valoriza a história do Nordeste. Outra contribuição se trata do texto O Sertão e o Sertanejo repleto de conceito o qual contrapõem com o imaginário social brasileiro o qual sempre tratou o sertão carregado de sentido pejorativo e depreciativo. Canudos nas Obras de Tripoli Gaudenzi desvenda os muros da academia e se lança em um projeto onde registra em suas telas a história de Canudos tendo como

base a obra *Os Sertões* de Euclides da Cunha, leva para além dos limites da História do Brasil a trajetória daquele povo sertanejo.

As seções seguintes enriquecem este periódico com informações e depoimentos de relevada importância para os estudiosos deste tema. A leitura destes textos é um convite a todos àqueles que queiram se debruçar no mundo de Canudos.

**Maria Nadja Nunes Bittencourt**



da História

depoimen-  
tes textos é  
idos.

**ittencourt**



# Artigos

# Renato Ferraz: O Contador de Histórias da História de Canudos

Ângela Gutiérrez<sup>1</sup>

## Resumo

Este artigo relembra e salienta o papel exercido por Renato Ferraz na ampliação do conhecimento sobre Canudos, no desenvolvimento da consciência cidadã dos habitantes de Canudos contemporânea e na divulgação de Canudos como tema histórico, artístico e literário.

**Palavras-chave:** Renato Ferraz. Canudos. Trípoli Gaudenzi. Vargas Llosa.

## RENATO FERRAZ: EL NARRADOR DE HISTORIAS DE LA HISTORIA DE CANUDOS

## Resumen

Este artículo recuerda y resalta el rol ejercido por Renato Ferraz en la ampliación del conocimiento sobre Canudos, en el desarrollo de la conciencia ciudadana de los habitantes de Canudos contemporânea e en la divulgación de Canudos como tema artístico y literario.

**Palabras-llave:** Renato Ferraz. Canudos. Trípoli Gaudenzi. Vargas Llosa.

---

<sup>1</sup> Profª Dra Angela Maria Rossas Mota de Gutiérrez: Doutora e Pós-Doutora em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais; Escritora; Membro da Academia Cearense de Letras; Professora da Universidade Federal do Ceará; Pesquisadora na área de literatura de tema canudiano.

No ano de  
memorava  
do monum  
Cunha (19  
à cena do i  
reflexões s  
desvelando  
desconheci  
em Esplan  
Renato Fer  
chamado s  
guerra que  
culo XIX.

Neste  
completam  
nato, o Cer  
Cunha, sen  
mória e à cu  
recorda, h  
edição de  
presso, a Re  
três pessoa  
levante no  
da vida no  
episódio d  
João de Réj

A ed  
2002 publi  
que escrev

<sup>2</sup> Ver website d  
Cunha: <www



ias da

Gutiérrez<sup>1</sup>

ampliação do  
dos habitantes  
rico, artístico e

MECANUDOS

ampliación del  
: los habitantes  
tico y literario.

Universidade  
Universidade

No ano de 2002, quando o Brasil comemorava o centenário de publicação do monumento literário de Euclides da Cunha (1977), *Os sertões*, que trouxe à cena do início do século XX fatos e reflexões sobre a Guerra de Canudos, desvelando para leitores do litoral o desconhecido Brasil de dentro, falecia em Esplanada, na Bahia, o historiador Renato Ferraz, grande conhecedor do chamado sertão do Conselheiro e da guerra que aí se travou no final do século XIX.

Neste ano de 2012, quando se completam dez anos da morte de Renato, o Centro de Estudos Euclides da Cunha, sempre atento “à história, à memória e à cultura popular do Nordeste”<sup>2</sup>, recorda, homenageia e discute, nesta edição de seu respeitado veículo impresso, a *Revista Canudos*, a atuação de três pessoas que cumpriram papel relevante no conhecimento mais amplo da vida no Arraial de Belo Monte e do episódio de Canudos: Renato Ferraz, João de Régis e Paulo Monteiro.

A edição da *Revista Canudos* de 2002 publicou um breve depoimento que escrevi, a convite do CEEC, em

<sup>2</sup> Ver *website* do Centro de Estudos Euclides da Cunha: <[www.uneb.br/ceec](http://www.uneb.br/ceec)>.

homenagem a Renato Ferraz, no ano de seu falecimento, em que indico alguns vetores da ação do historiador baiano relativa a Canudos. Retomo alguns desses vetores neste texto-depoimento, também escrito a convite do CEEC, e os desenvolvo, para constituir, ao lado de textos de Tripoli Gaudenzi e de José Carlos Pinheiro, um capítulo-homenagem a Renato Ferraz, no décimo aniversário de sua partida.

Entre os vetores da atividade do historiador baiano na luta pelo resgate da história oral do arraial de Belo Monte e pela dignidade dos canudenses de hoje, aponte, no mencionado texto de 2002, sua atuação:

[...] como discípulo e parceiro do Prof. Calasans; como pesquisador e professor da UNEB; como voluntário em trabalhos culturais e sociais junto à comunidade de Canudos; como guia de Mario Vargas Llosa nos sertões baianos do Conselheiro; como curador das exposições da *Coleção Canudos Rediviva*, do artista plástico Trípoli Gaudenzi; como assessor especial da Secretaria de Cultura e Desporto do Estado da Bahia para assuntos relacionados ao centenário, em 1997, do fim da Guerra de Canudos, da destruição do Arraial de Belo Monte e da morte do Conselheiro. (GUTIÉRREZ, 2002, p. 31).

Para o depoimento atual, aponto tais vetores para uma única direção: o historiador que é, ao mesmo tempo, o contador de histórias e o homem de ação voltados para Canudos, aí incluída sua atividade como guia de Vargas Llosa nos sertões do Conselheiro. Embora tenha sido testemunha da atividade de Renato Ferraz como curador da *Coleção Canudos Rediviva*, de Trípoli Gaudenzi, em várias exposições, realizadas com sucesso em Fortaleza, Salvador, São Paulo, Colônia e Paris, e seja fervorosa admiradora do grande painel de Canudos que o artista baiano criou, em diferentes técnicas de desenho e pintura, considerando que Trípoli também escreve sobre Renato nesta mesma edição da *Revista Canudos*, não cuidarei do assunto, pois a voz do artista é a mais relevante para expor esse traço do homenageado como homem ligado às artes.

Apesar de ter, generosamente, divulgado seus conhecimentos sobre Canudos em conversas com pesquisadores, entrevistas, palestras e outros meios orais, Renato Ferraz não os registrou por escrito na medida da profundidade, da diversidade e da amplitude de seu saber sobre o assunto. Aliás,

como aprendiz do Prof. Calasans no início de suas atividades como historiador, Renato conhecia a importância que o mestre dedicava à oralidade na História, tendo sido Calasans um dos precursores da revisão da História de Canudos com base na versão oral das testemunhas (e seus descendentes) dos acontecimentos da guerra de Canudos e da vida no Arraial de Belo Monte e, anteriormente, da peregrinação de Antônio Conselheiro pelos sertões.

Entre os textos publicados por Renato, avulta a importância da *Cartilha Histórica de Canudos*, obra editada em 1991 pela Prefeitura de Canudos e pela Universidade do Estado da Bahia e escrita em colaboração com Manoel dos Santos Neto e José Carlos Pinheiro. Já tem sido ressaltada a relevância do pequeno texto como instrumento didático para “[...] favorecer o acesso aos dados e estimular a busca da verdade, resgatando para a comunidade local os fatos do passado para melhor compreensão da realidade presente, analisando criticamente o contexto regional” (ver apresentação em FERAZ; SANTOS NETO; PINHEIRO, 1991, p. s/n).



lasans no  
no histo-  
portância  
lidade na  
is um dos  
istória de  
o oral das  
entes) dos  
Canudos  
Monte e,  
ção de An-  
ões.

cados por  
da *Carti-*  
ra editada  
Canudos e  
o da Bahia  
m Manoel  
os Pinhei-  
relevância  
strumento  
r o acesso  
ca da ver-  
muniidade  
ra melhor  
presente,  
contexto  
em FER-  
NHEIRO,

Outras importantes publicações sobre Canudos que contam com a participação de Renato são os dois álbuns *Arqueologia Histórica de Canudos: Preliminares*, de 1996, em que colaborou como Coordenador do Projeto Canudos, e *Arqueologia e Reconstrução Monumental do Parque Estadual de Canudos*, de 2002, em que foi responsável pela pesquisa histórica do período colonial e pós-colonial.

Aliás, na edição n. 1 da *Revista Canudos*, o Prof. Edivaldo Boaventura, grande intelectual da Bahia, em artigo sobre o Parque Estadual de Canudos, salienta que: “Coube a Renato Ferraz, estudioso dos sertões baianos, a sugestão para se criar o parque, em meados de 1985. Como cada dia mais avulta a importância histórica de Canudos, era preciso começar a preservação do sítio bélico”. (BOAVENTURA, 1996, p. 66).

Entre os textos de Renato Ferraz publicados em revistas, lembro sua colaboração com a *Revista da USP-Dossiê Canudos*, com o artigo “O centenário de Belo Monte e algumas reflexões sobre ficção e história”, que inicia com o relato da III Semana Cultural de Canudos. Aliás, a realização dessas sema-

nas dedicadas a estudos sobre Canudos constituía um dos temas a que se dedicava com evidente entusiasmo: “Por quatro dias, em auditório improvisado no clube Vaza-Barris, uma plateia de estudantes, professores e interessados teve a oportunidade de, durante horas seguidas, discutir detalhadamente aspectos da vida e da personalidade do beato cearense, de sua cidadela indomável e das multidões que o seguiram até a morte”. (FERRAZ, 1993-1994, p. 84).

A pesquisadora Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros, ao narrar sua primeira participação na chamada *troupe canudiana*, refere-se a Renato como o narrador oral – “conhecendo tudo, contando casos” – que ele foi essencialmente, na melhor tradição do contador de histórias da História:

O significado de conhecer Trípoli Gaudenzi e sua ‘Guernica brasileira’, as almas encantadas dos poetas dublês de historiadores Manoel Neto e Fábio Paes; a galhofa (de cara sisuda) de Renato Ferraz conhecendo tudo, contando casos que ele viu de perto, os discursos emocionados de Adelino Brandão nas noites frias de Canudos. E a sabedoria



generosa do Professor Calasans, tentando dar a uma rua o nome de Lélis Piedade e a nós a paixão pela causa? E o prazer de sermos seus aprendizes? (BARROS, 2001, p. 12).

O escritor Vargas Llosa (1981), enquanto se preparava para a redação final de seu belo romance sobre Canudos que veio a intitular-se *La guerra del fin del mundo*, teve o privilégio de contar com a colaboração generosa de dois grandes conhecedores do assunto: Dr. José Calasans que, primeiramente lhe forneceu farta bibliografia sobre Canudos, disponível à época, como, posteriormente, importantes informações ao vivo, e Renato Ferraz, que acompanhou o romancista durante quase dois meses em andanças pelo sertão baiano.

Já em minha tese de doutorado, defendida em 1994 e publicada em 1996, *Vargas Llosa e o romance possível da América Latina*, chamei atenção para a relevância dessa viagem na escrita do romance:

Em várias entrevistas sobre o romance *La guerra del fin del mundo*, Vargas Llosa esclarece as circunstâncias de seu encon-

tro com o tema de Canudos: a partir de convite da Paramount em Paris, escreve um roteiro de filme sobre esse episódio em parceria com o cineasta Rui Guerra. Como o filme não se realiza, Vargas Llosa, fascinado pelo tema, desde a leitura de *Os sertões*, decide transformar o roteiro, *La guerra particular* ou *Los papeles del infierno*, em romance, pretendendo escrever a *Guerra e paz* latino-americana. Fiel ao método flaubertiano de documentação unida à observação, lê exaustivamente sobre Canudos e vem à Bahia, para conhecer de perto o sertão e os sertanejos. Durante dois meses, em companhia do antropólogo e historiador baiano Renato Ferraz, percorre o sertão que Antônio Conselheiro palmilhara um dia. A viagem reorienta a escrita do romance. A natureza, minimizada em versão inicial, passa a desempenhar papel decisivo no desenvolvimento da trama; personagens apenas delineados tomam nova feição definitiva: tudo a partir do impacto do território que antes desconhecia — o sertão (GUTIÉRREZ, 1996, p. 177-178).

Em 1997, no centenário da Academia Brasileira de Letras, após conferência proferida por Mario Vargas Llosa no Auditório da ABL sobre seu

Canudos: a  
i Paramount  
m roteiro de  
episódio em  
ineasta Rui  
ilme não se  
ia, fascinado  
leitura de Os  
nsformar o  
particular ou  
erno, em ro-  
o escrever a  
o-americanas.  
bertiano de  
da à obser-  
mente sobre  
Bahia, para  
o sertão e os  
dois meses,  
antropólogo  
Renato Fer-  
io que Antô-  
milhara um  
enta a escrita  
ureza, mini-  
inicial, passa  
pel decisivo  
o da trama;  
s delineados  
o definitiva:  
pacto do ter-  
sconhecia —  
REZ, 1996, p.

irio da Aca-  
s, após con-  
ario Vargas  
L sobre seu

romance canudiano, em encontro entre o escritor peruano, o historiador baiano e esta escritora cearense, estudiosa da obra vargasllosiana e do tema Canudos na literatura, pude imaginar, pela conversa que entretivemos, como deve ter sido uma experiência extraordinária para o romancista beneficiar-se dos conhecimentos de Renato sobre o sertão do Conselheiro, transmitidos por sua verve de encantador contador de histórias.

No ano anterior, quando Renato Ferraz, gentilmente, guiou-me e a meu marido, Oswaldo Gutiérrez, nos sertões do Conselheiro, fornecendo nomes de plantas, indicando locais de batalhas da guerra de Canudos, apresentando-nos gente da terra, além das informações relacionadas a Canudos, conhecemos, também, fatos pitorescos da História do Brasil em que seu tio-avô, grande amigo do Imperador Pedro II, desde a infância, participava. Tais histórias me levaram a ler com mais cuidado sobre essa relação entre Pedro de Alcântara e Pedreiras e a criar algumas cenas em meu romance *Luzes de Paris e o fogo de Canudos* (GUTIÉRREZ, 2006), como se fossem pequenos toques para Renato. Infelizmente, em-

bora escrito desde 1999, o romance só foi publicado em 2006, e o amigo não pôde lê-lo, assim como Dr. José Calasans, falecido em 2001, não conheceu o uso que fiz de presente que me deu: o nome e alguns dados sobre um francês que esteve na Bahia à época da guerra e que entrou em meu romance como um dos principais personagens, como relatei em conferência pronunciada no Seminário José Calasans, realizado em Salvador, com coordenação do Prof. Manoel Neto, do CEEC, em 2011: “Há 14 anos passados, no ano de 1997, quando era comemorado o centenário do fim da Guerra de Canudos, a destruição de Belo Monte e a morte do Conselheiro, nosso mestre Calasans convidou-me a pronunciar conferência na Academia de Letras da Bahia, em Seminário intitulado “Canudos”. Terminada minha conferência – “A guerra do fim do mundo na ficção canudiana” –, ao tecer comentários sobre o tema que eu acabara de analisar, Dr. Calasans relembrou um presente que fizera a Vargas Llosa e que não fora aproveitado pelo escritor peruano em seu romance sobre Canudos. Como sabia que sou ficcionista, ocorreu-lhe, então, oferecer-me publicamente o mes-



mo presente: um personagem da vida real que eu poderia transportar para o mundo novelesco. Os dados eram poucos, mas instigantes: tratava-se de um cidadão francês, Charles Dubois ou Dubuis, que, à época da terceira expedição contra Canudos, pedira permissão ao Ministério da Guerra, no Rio de Janeiro, para lutar ao lado do exército brasileiro. Indeferido seu pedido, teria, assim mesmo, vindo à Bahia e, depois da Guerra, continuaria morando no país por algum tempo, possivelmente vivendo com uma sertaneja. Guardei o oferecimento na memória embora, até então, não acalentasse ideia de escrever ficcionalmente sobre o tema de Canudos. No mesmo ano, porém, escrevi algumas páginas e um roteiro de um novo romance, já aproveitando o personagem. No entanto, muito absorvida em minha vida acadêmica, só encontrava tempo para dedicar-me à escrita ensaística. Nas férias de 1999, escrevi quase integralmente o romance *Luzes de Paris e o fogo de Canudos*, mas, infelizmente só pude cuidar de sua publicação em 2006, quando já não estavam entre nós o mestre Calasans e Renato Ferraz. Confesso sem exagero que após a partida dos dois amigos, já

não podendo tê-los como leitores, perdi o elã de trazer o romance a público, pois, nesse livro, além de desenvolver o personagem apresentado por Dr. Calasans, fiz vários acenos a Renato Ferraz, referindo-me a Pedreiras, Visconde do Bom Retiro, amigo do Imperador e tio-avô de Renato, sobre quem o amigo me contara instigantes historietas.” (GUTIÉRREZ, 2011).

Término esta relembração com a sensação de ter ao lado o grande conhecedor da História de Canudos que transmitia seu saber com a simplicidade de um narrador do sertão, numa roda de vizinhos, talvez, em uma noite de junho, em torno à fogueira que ilumina há séculos os contadores de histórias.

REF  
ARQ  
prelim  
teria  
dunçã  
Cunh  
ARQ  
ment  
Salva  
BARG  
Profã  
Rober  
GyCu  
Salva  
BOA  
Estad  
Revis  
p.65-  
CUN  
de Ca  
cisco  
FERE  
Mont  
histó  
São P  
1994.  
FERE  
Man  
Carl  
Cant



## REFERÊNCIAS

ARQUEOLOGIA histórica de Canudos: preliminares. Salvador: UNEB/Pró-Reitoria de pesquisa e Ensino de Pós-Graduação/Centro de estudos Euclides da Cunha-CEEC, 1996.

ARQUEOLOGIA e reconstrução monumental do Parque Estadual de Canudos. Salvador: UNEB/CEEC, 2002.

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. Prefácio. In: NETO, Manoel; DANTAS, Roberto. **Os intelectuais e Canudos: o discurso contemporâneo: história oral.** Salvador: UNEB, 2001. p. 11-15.

BOAVENTURA, Edivaldo M. Parque Estadual de Canudos: criação e evolução, **Revista Canudos**, Salvador, v. 1, n. 1, p.65-79, dez. 1996.

CUNHA, Euclides. **Os sertões: campanha de Canudos.** 28. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves; Brasília: INL/MEC, 1979.

FERRAZ, Renato, O centenário de Belo Monte e algumas reflexões sobre ficção e história. **Revista USP-Dossiê Canudos**, São Paulo, n. 20, p. 82-87, dez./fev. 1993-1994.

FERRAZ, Renato; SANTOS NETO, Manoel Antônio dos; PINHEIRO, José Carlos da Costa. **Cartilha histórica de Canudos.** Salvador: Prefeitura Municipal

de Canudos; Universidade do Estado da Bahia, 1991.

GAUDENZI, Trípoli. **Memorial de Canudos/The Canudos memorial.** Prefácio de Renato Ferraz e introdução de José Calasans. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia; Bahiatursa, 1993.

GUTIÉRREZ, Angela. Homenagem a Renato Ferraz e à sua Luta pela Dignidade do Povo do Arraial de Belo Monte e da Canudos de Hoje. **Revista Canudos**, Salvador, v. 7, n. 6/7, p. 31-35, jan./dez. 2002.

\_\_\_\_\_. **Luzes de Paris e o fogo de Canudos.** Fortaleza: Edições UFC, 2006.

\_\_\_\_\_. **O conselheiro de José Calasans: da história à ficção.** Conferência pronunciada em 18 ago. 2011. In: SEMINÁRIO JOSÉ CALASANS, Salvador, CEEC/UNEB, 2011. Inédita.

\_\_\_\_\_. **Vargas Llosa e o romance possível da América Latina.** Fortaleza: Edições UFC; Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.

VARGAS LLOSA, Mario. **La guerra del fin del mundo.** Barcelona: Seix Barral, 1981.

# Cangaceiras em Foco: uma Análise Crítica do Documentário ‘Feminino Cangaço’

*Lucas Viana*<sup>1</sup>

## **Resumo**

O artigo busca fazer uma análise crítica do documentário *Feminino Cangaço* do ponto de vista dos autores, abordando o processo criativo do filme, seu conteúdo e interpretações sobre o tema: a entrada das mulheres no cangaço, suas motivações, as superstições em torno delas, seus papéis dentro dos bandos, seus costumes, crenças e dramas pessoais, para melhor compreender a importância das mulheres na construção do que hoje entendemos como o fenômeno do cangaço e, as destacar como sujeitos ativos desta história, mulheres que transgrediram os valores sociais de sua época e cuja força surpreende ainda nos dias atuais.

**Palavras-chave:** Mulheres. Cangaço. Valores. Costumes. Crenças.

## **CANGACEIRAS IN FOCUS: A CRITICAL ANALYSIS OF THE DOCUMENTARY FEMALE CANGAÇO**

### **Abstract**

The article seeks to make a critical analysis of the documentary *Female Cangaço* from the point of view of the authors, addressing the creative process of the film, its contents and interpretations on the theme: the women's entry into cangaço, their motivations, the superstitions surrounding them, their role within their flocks, their customs, beliefs and personal dramas, to better apprehend the importance of women in the construction of what today we understand as the phenomenon of cangaço and highlight them as active subjects of their own history, women that transgressed the social values of their time with astonishing strength.

**Keywords:** Women. Cangaço. Values. Behavior. Beliefs.

---

<sup>1</sup> Jornalista, roteirista.

ca do

is Viana<sup>1</sup>

do ponto de  
terpretações  
erstições em  
essoais, para  
entendemos  
ia, mulheres  
nda nos dias

NTARY

ngação from  
its contents  
ivations, the  
, beliefs and  
struction of  
em as active  
ir time with

O objetivo deste texto é fazer uma consideração sobre a participação das mulheres no cangaço tendo como fonte e base de argumentação o documentário *Feminino Cangaço* (2013). É também um comentário do ponto de vista do autor da obra cinematográfica sobre as metodologias construídas durante o processo de feitura da narrativa fílmica, seus conteúdos e significados. Portanto, o texto em questão, apesar de abordar um tema eminentemente histórico, não se deixa prender demasiadamente à lógica da pesquisa acadêmica, flertando tanto com esta linguagem quanto com os métodos da análise fílmica.

É preciso dizer logo de partida que ambos, documentário e texto, não buscam estabelecer verdades definitivas. O primeiro é o objeto em questão, discurso aberto, inconclusivo, o segundo a elaboração do primeiro, um exercício de reflexão e interpretação. Dito isso, espera-se que o texto seja lido como tal.

Tudo que for dito aqui sobre o cangaço e sobre as mulheres em termos fatuais, pede a legitimidade emprestada aos depoimentos encontrados no

filme, nomes como Caroline Lima, Cecília Soares, Dona Expedita, Germana de Araújo, Rosa Bezerra, Vera Ferreira, Wanessa Campos, Antônio Amaury, Capitão Raimundo Marins, José Umberto, Franklin Maxado, Frederico Pernambucano de Melo, Luiz Ruben Bonfim, Tadeu Botelho e Oleone Fontes, além de alguns depoimentos das próprias cangaceiras como Dadá, Sila e Adília. As conclusões sobre tais falas, no entanto, não são emprestadas, são pessoais, por isso fiquem a vontade para discordar e desconfiem desde o início, pois não há esperança alguma de se falar sobre o cangaço de forma unânime.

### O filme

O documentário conta a história das mulheres sertanejas que, durante a década de 1930, por um motivo ou por outro, acompanharam os bandos de cangaceiros nas caatingas do nordeste brasileiro. Por 10 anos elas estiveram presentes, tempo suficiente para imprimirem marcas profundas, pode-se dizer. No entanto, normalmente, ao entrar em contato com as diversas representações sobre o tema, sejam



elas artísticas, acadêmicas ou mesmo nos discursos orais, é difícil encontrar, nestas narrativas, as mulheres em lugar de destaque.

Apesar de vivermos em pleno século XXI, de termos passado nos últimos 50 anos por transformações nos campos das ideias e dos costumes, ainda possui força a noção de que quem move a história são apenas aqueles que detêm a força política e coercitiva. Acrescente a isto o usual conservadorismo do pensamento intelectual brasileiro, ao mais ainda usual machismo da nossa sociedade e poderão entender o porquê de mulheres como Maria Bonita, Dadá, Lídia, Sila, Adília e Inacinha figurarem, na maioria das vezes como anexos, simples objetos a mais na bagagem dos cangaceiros. Assim, deste vácuo, lapso moral e conceitual, nasceu o Feminino Cangaço.

## 1 O PROCESSO CRIATIVO

### a) Encontrar o Feminino

Mergulhar em um processo criativo é oscilar entre o céu e o inferno. É perder-se e reencontrar-se constan-

temente. Sabíamos de onde estávamos partindo e o que queríamos, porém não tínhamos a consciência exata do nosso destino.

Alguns filmes são planejados rigorosamente e, mesmo que nada dê certo, faz-se de tudo para que ele volte a se enquadrar no plano A. Outros até logram executar o plano com bastante eficiência e ao final possuem uma versão bastante próxima do filme imaginado. O Feminino Cangaço foi se desvelando aos nossos olhos aos poucos. O próprio título é exemplo deste processo: passamos meses com um projeto sem nome, nos referíamos simplesmente ao “documentário das mulheres do cangaço”. Depois passamos mais alguns meses com um título provisório que não possuía a força para apresentar a história que estávamos contando. O título final apareceu para nós, apenas quando a forma definitiva do filme começou a ser definida. Só, então, fomos capazes de enxergar a síntese que esteve o tempo todo de baixos dos nossos narizes.

Desde o início, tínhamos definido nosso tema, as mulheres do canga-

de estávamos  
íamos, porém  
ncia exata do

io planejados  
o que nada dê  
a que ele volte  
A. Outros até  
com bastante  
uem uma ver-  
o filme imagi-  
ção foi se des-  
s aos poucos.  
plo deste pro-  
om um proje-  
amos simples-  
das mulheres  
assamos mais  
ulo provisório  
para apresen-  
nos contando.  
para nós, ape-  
finitiva do fil-  
ida. Só, então,  
rgar a síntese  
de baixos dos

hamos defini-  
res do canga-

ço, e nosso suporte, o audiovisual, mas o formato da obra ainda nos escapava: documentário, sim, no entanto poderíamos fazer uma curta metragem ou uma web série jornalística ou um doctv.

Gestado em um centro de pesquisa dentro de uma universidade, o filme sempre teve uma vocação didática por conta da própria natureza de sua produção. Fizemos o roteiro, definimos as pessoas que iríamos entrevistar e partimos para as filmagens. Decidimos entrevistar, em sua maioria, pesquisadoras e pesquisadores do cangaço, já que não encontramos cangaceiras vivas no momento que se iniciou o processo de produção do filme. À medida que entrevistávamos nossos convidados, íamos nos dando conta da riqueza dos depoimentos que estávamos produzindo e das possibilidades eles nos proporcionavam: sim, nós podemos fazer um longa metragem! Entretanto, com esta definição, resolvemos um problema e criamos outra série de questões: como sustentar uma narrativa fluida, porém densa em relação ao conteúdo durante mais de uma hora? Como construir esta narrativa

pautada em uma linguagem cinematográfica? Neste caso, como sair da palavra e ir para a imagem?

Na falta das próprias cangaceiras, foi imprescindível apelar para as entrevistas de arquivo e filmes documentários sobre o cangaço, para materializar nossas personagens principais no filme.

Obviamente, nos utilizamos das imagens produzidas por Benjamin Abrahão entre os anos de 1936 e 37, quinze minutos de película conhecidos pelo título de “Lampião: O rei do cangaço”, único registro filmado do bando de Lampião, o mais rico registro imagético já feito do cotidiano e da iconografia do cangaço, nos quais os cangaceiros foram pela primeira vez, retratados como pessoais normais e não como monstros sociopatas. Esta abordagem afrontou tanto o status quo do Estado Novo que costuma ser apontada como provável motivo do assassinato do seu autor em 1938, caso misteriosamente nunca esclarecido. Apesar de serem extremamente conhecidas e até mesmo banalizadas, o suficiente para já habitarem o imaginário sobre



o tema, estas imagens são incontornáveis para quem deseja compreender como viviam os bandos de cangaceiros. O trunfo que tínhamos em relação ao uso desgastado destas era o foco do nosso olhar.

Desejávamos encontrar as mulheres nestas imagens, disposição que nos proporcionou fazer outra abordagem do material. Não olhávamos para a figura no centro do quadro, mas para aquela à direita, à esquerda ou ao fundo, sempre rodeada de muitos homens. É verdade que algumas mulheres aparecem em destaque na filmagem, principalmente Maria Bonita, mas, na maioria das vezes, elas estão em segundo ou terceiro plano no enquadramento de Abrahão. Ao colocar tais registros em diálogo com os depoimentos que tomamos às pesquisadoras e pesquisadores convidados, muitas vezes explicitando as contradições entre os discursos, fomos conseguindo ressignificar aquelas imagens que já possuíam sentidos tão desgastados.

Por outro lado, não há som direto em “Lampião: O rei do Cangaço”, nossas personagens não falam, apenas

agem. Buscamos, então, dialogar com outros documentários onde pudéssemos encontrar os depoimentos das cangaceiras. Dentre estes, o de maior destaque é “A mulher no cangaço”, realizado em meados da década de 1970 pelo diretor Hermano Penna. Neste filme encontramos preciosos depoimentos de Dadá, Sila e Adília sobre a vida dentro dos bandos, como também as falas dos cangaceiros Balão e Deus Te Guie sobre a participação das mulheres nos bandos. “A musa do cangaço”, dirigido no início dos anos 80 por José Umberto Dias, por sua vez, dedica-se apenas a Dadá, retratando-a em sua velhice quando já vivia na cidade de Salvador. Para além dos depoimentos, ainda há imagens de Dadá em sua própria casa, costurando, brincando com crianças, além das inestimáveis imagens do segundo enterro de Corisco no cemitério da Baixa de Quintas na capital baiana. Utilizamos também um fragmento de “Memória do cangaço” (1964), de Paulo Gil Soares, no qual Dadá se recusa a dar a entrevista e se irrita quando percebe que está sendo filmada. Por fim, encontra-



dialogar com  
onde pudés-  
oimentos das  
o de maior  
cangaço”, rea-  
cada de 1970  
ma. Neste fil-  
os depoimen-  
sobre a vida  
o também as  
ão e Deus Te  
o das mulhe-  
do cangaço”,  
os 80 por José  
ez, dedica-se  
do-a em sua  
na cidade de  
depoimentos,  
á em sua pró-  
incando com  
imáveis ima-  
o de Corisco  
e Quintas na  
nos também  
ória do can-  
ãil Soares, no  
ar a entrevis-  
cebe que está  
n, encontra-

mos em nossas pesquisas no Youtu-  
be, o canal do cineasta e pesquisador  
Aderbal Nogueira que nos cedeu de  
seu arquivo pessoal entrevistas com  
Sila e Adília, além do registro de uma  
emocionada visita de Sila à Grota do  
Angico, local da morte de Maria Bo-  
nita e Lampião, de onde a própria Sila  
foi uma das poucas a saírem vivas.  
Com as imagens de arquivo, a forma  
do Feminino Cangaço começou a se  
desenhar e uma linguagem começou  
a emergir do emaranhado de depo-  
imentos que, por vezes, repetiam-se,  
complementavam-se, como também  
se contradiziam. Durante certo tem-  
po, tentamos resolver as contradi-  
ções discurso que estávamos criando,  
até percebermos que era muito mais  
produtivo expor as diferenças do que  
escondê-las. Muitas vezes, as escolhas  
estilísticas não são frutos apenas do  
gênio da criação, elas acabam sendo  
definidas pelas circunstancia da pro-  
dução, uma adaptação que se impõe  
e se demonstra ainda melhor do que a  
encomenda, como neste mesmo caso.

Apesar do caminho que se vis-  
lumbrava, ainda persistia a necessida-

de de se construir uma narrativa visual  
paralela ao recorte das falas que aca-  
bou sendo privilegiado em nosso pro-  
cesso de produção. Ainda assim, con-  
távamos com imagens das paisagem  
da caatinga, das casas onde nasceram  
Maria Bonita e Lídia, de exposições so-  
bre o cangaço, objetos, armas, roupas,  
fotos, pinturas, recortes de jornais, a  
Grota do Angico, o mercado popular  
de Aracajú. E assim fomos compondo  
nossa narrativa visual, já não tentando  
impor tanto o que pensávamos que era  
e, sim, tentando ouvir ao que o filme  
pedia. A criação ganhara vida, já tinha  
vontade própria. Neste momento, che-  
gamos ao principal ponto de virada do  
nosso processo criativo e fez-se a luz.  
Ao nos afastarmos e deixarmos a nar-  
rativa que havíamos construído se ex-  
pressar, compreendemos finalmente o  
filme que estávamos fazendo.

Em nosso roteiro, havíamos pla-  
nejado começar o filme com uma bre-  
ve explicação do cangaço, o contexto  
histórico, etc. Depois, falaríamos um  
pouco sobre Lampião, para então falar  
das mulheres. Narrativa linear, carre-  
gada de uma ideia de causalidade que

por vezes pode carregar outros sentidos. Sem perceber, estávamos reproduzindo a visão do discurso dominante e machista sobre as mulheres, situando-as dentro de um universo masculino. Era preciso colocar aquelas mulheres em primeiro plano, iniciar a narrativa com elas, falar delas, mostrá-las o tempo todo, a toda hora. Elas eram nossas heroínas e a partir daquele momento seriam tratadas como tais.

Às vezes, é preciso percorrer um grande caminho para enxergar o óbvio. Mas, como disse antes, o processo do *Feminino Cangaço* foi um esforço de transmutação do olhar. Foi necessário observar aquelas imagens e falas muitas vezes até que elas comessem a fazer outro sentido para nós, para que deixássemos de nos ver ali e pudéssemos enxergar através do espelho. E o que vimos do outro lado foi uma simples inversão. Não estávamos fazendo um filme sobre o cangaço sob a ótica das mulheres, estávamos fazendo um filme sobre as mulheres sob a ótica do cangaço. O foco saiu da história e repousou sobre elas, partimos das pessoas para

o processo e não ao contrário. Felicidade! Tínhamos finalmente encontrado nosso filme, estava ali por inteiro, aguardando-nos desde o princípio.

### **b) Identidade audiovisual**

Acontece que não basta encontrar o filme, é preciso enlaçá-lo, aprisioná-lo sob uma forma específica. Alguns filmes são encontrados no início do processo, outros já nascem prontos ou ficam perdidos para sempre. O *Feminino Cangaço* foi encontrado ao entrar na fase final de sua produção. Porém, não estava pronto, ainda tínhamos que criar uma identidade visual e sonora para o filme.

Qual era o tom da história que estávamos contando? Sabíamos que não queríamos criar uma banda sonora regional, carregada com os clichês do tema, um forró, um xaxado, um repente. Então, voltamos à música clássica contemporânea em busca de peças que transmitissem os sentimentos que a nossa narrativa nos demandava. Tivemos acesso ao poderoso trabalho da Orquestra Sinfônica do Rio Grande do Norte, sob a regência do maestro Os-

valdo l  
emoção  
com m  
tos reg  
Chegar  
positor  
que di  
trabalh  
resolve  
ra origi  
a cargo  
teve co  
tados p  
tidade  
pécie d  
mulher  
ponder  
duas tr  
um res  
qual a  
nante,  
as outr  
tuando  
F  
nografi  
identid  
guntan  
tribuiç  
cangaço



trário. Felizmente encontramos o filme por inteiro, do princípio ao fim.

## Visual

Basta encontrá-lo, apri-  
specífica. Al-  
dos no início  
scem prontos  
a sempre. O  
ncontrado ao  
ua produção.  
ronto, ainda  
a identidade  
ne.

história que  
abíamos que  
banda sonora  
os clichês do  
lo, um repen-  
núsica clássi-  
sca de peças  
timentos que  
mandava. Ti-  
o trabalho da  
io Grande do  
maestro Os-

valdo D'Amore, onde encontramos a emoção que precisávamos associada com muita sensibilidade aos elementos regionais da cultura nordestina. Chegamos também às obras dos compositores Lloyd Rodgers e Tom Fahy que dialogaram perfeitamente com o trabalho da orquestra. Não satisfeitos, resolvemos produzir uma trilha sonora original para o filme. Tal tarefa ficou a cargo do compositor baiano Mã que teve como referências os trabalhos citados para criar, com seu violão, a identidade sonora que o filme precisava espécie de lamento, um réquiem para as mulheres do cangaço. Depois de muita ponderação, acabamos misturando as duas trilhas no corte final e obtivemos um resultado mais tridimensional, no qual a composição original é dominante, determinando o tom, enquanto as outras composições aparecem pontuando certos momentos.

Paralelamente, partimos da iconografia do cangaço para definir a identidade visual do filme. E nos perguntamos: qual foi a principal contribuição feminina para a estética do cangaço? A indumentária dos bandos

sempre exerceu um grande fascínio tanto sobre os homens quanto sobre as mulheres, significando riqueza, poder imponência para aqueles civis que os viam de fora. A princípio, os cangaceiros se vestiam com roupas normais, não existiam uniformes desde o século XIX até 1926 quando Lampião recebeu a patente de capitão das mãos do padre Cícero com o intuito de que os cangaceiros perseguissem a Coluna Prestes. Junto com a patente, Lampião recebeu um uniforme feito com um tecido de mescla azul acinzentada que se demonstrou mais apropriado aos desafios que o terreno da caatinga oferecia, por ser mais leve e resistente. Assim, os cangaceiros passaram todos a se uniformizar, passando aos poucos a possuir uma relação cada vez mais ritualizada com as suas vestimentas.

Em geral, os símbolos que carregamos nos chegamos através do ambiente em que vivemos. Não se pode entender a cultura do cangaço fora dos costumes sertanejos. Vale lembrar que as culturas do sertão, apesar do acentuado isolamento geográfico, conseguia, já então, entrar em contato



e dialogar com outras culturas. Desta forma, os cangaceiros levavam consigo, por exemplo, diversos símbolos ligados ao catolicismo popular, manifestação religiosa extremamente presente no nordeste brasileiro. As religiosidades populares se destacam por serem compostas por símbolos de várias culturas. Os integrantes dos bandos carregavam crucifixos e patuás com orações em volta dos pescoços e outros símbolos como a própria cruz católica, rosáceas, estrelas de 5, 6 ou 8 pontas, assim como outras formas geométricas presas aos chapéus, com o intuito frequente de conseguir se beneficiar de proteções divinatórias. Lampião rezava junto com o seu bando, quando as circunstâncias o permitiam, o ofício de Nossa Senhora e uma Ave Maria ao amanhecer ou anoitecer como era o costume sertanejo.

Com a chegada das mulheres, somou-se outra simbologia ao vocabulário visual do cangaço, não com um sentido de proteção religiosa, mas sim de uma apreciação estética que aos poucos ganhou um sentido mais amplo de construção consciente de uma

identidade orgulhosa de si. As mulheres trouxeram os bordados e as cores vibrantes para o cangaço, costurando flores (símbolo social da delicadeza feminina) nos embornais, bolsas e acessórios usados por elas e seus companheiros. No final, enfeitar-se, colorir-se, saturar-se de simbologias, significava a afirmação de um ideal de vida cangaceira, da ostentação do seu prestígio e orgulho.

Pois, chamou-nos a atenção o fato de que tamanha contribuição à construção da identidade cangaceira tem passado despercebida aos olhos do público em geral. Em sua maioria, a iconografia do cangaço é composta de imagens em preto e branco, nas quais não se destacam os bordados e se perde por completo a disposição das cores nas vestimentas. É comum pensar que os cangaceiros se vestiam de cor cáqui, como era o costume das volantes, em vez do um azul acinzentado dos seus tecidos de mesclas, assim como é incomum pensar na imagem do cangaceiro sanguinolento, flagelo do sertão, ostensivamente enfeitado com flores coloridas. Mais uma deliciosa suposta

i. As mulhe-  
s e as cores  
costurando  
a delicade-  
nais, bolsas  
elas e seus  
enfeitar-se,  
simbologias,  
um ideal de  
ação do seu

a atenção o  
tribuição à  
cangaceira  
aos olhos  
a maioria, a  
composta de  
o, nas quais  
dos e se per-  
ção das cores  
a pensar que  
de cor cáqui,  
volantes, em  
do dos seus  
como é in-  
n do canga-  
lo do sertão,  
com flores  
iosa suposta

contradição na enxurrada de aspectos contraditórios que encontramos na busca da compreensão do fenômeno do cangaço. Apostamos, então, nestas simbologias para construir a identidade visual do Feminino Cangaço: as rosáceas, as estrelas, as formas geométrica e, principalmente, as cores vibrantes, acabaram por definir o conceito aplicado em nossa narrativa.

## 2 O QUE SE DENOTA

No tempo do cangaço, as mulheres sertanejas tinham muito poucas opções de estilo de vida. As únicas atividades socialmente bem vistas e normalmente exercidas pelas mulheres eram os afazeres domésticos. As meninas cresciam sendo preparadas pelas famílias para se casarem e cuidarem de suas respectivas casas. Aquelas que eventualmente ocupavam um lugar de chefe de família ou de comerciante, assim os faziam por conta de alguma fatalidade que impedia o homem, que supostamente deveria ocupar aquele posto, de fazê-lo. Neste contexto, para uma mulher ocupar tal lugar de destaque na sociedade, ela teria que perder

um marido, um pai ou um filho. Outra opção era contrariar os desejos da família e fugir seja com o amado ou sozinha, porém esta mulher seria sempre tratada com uma pária social e, mesmo que vivesse uma vida pacata de atividades domésticas, carregaria para sempre a fama de “prostituta”, ainda que não vendesse seu sexo por dinheiro. A prostituição, por sua vez, também era um outro caminho possível para as mulheres sertanejas naquele período, no entanto, para quem buscava mais liberdade, prostituir-se era uma falsa opção, já que a vida da prostituta era composta de diversas restrições.

Assim, o cangaço tornou-se uma alternativa para as mulheres que viviam sob a batuta de suas famílias, em uma vida que não oferecia muitas oportunidades para a realização dos seus desejos. No entanto, foram inúmeros os motivos pelos quais as mulheres adentraram o cangaço. Geralmente, elas eram raptadas pelos cangaceiros, levadas a força de suas famílias, como foi o exemplo de Dadá e Sila. Outras mulheres seguiram seus companheiros ao adentrar os bandos



movidos pelo sentimento do amor romântico, imaginando estar acompanhando seus escolhidos em uma vida mais livre. Existiam também aquelas que se viam acudadas por uma decisão: mulheres que não eram mais virgens ou que eram conhecidas por terem relações com cangaceiros, portanto não tinham perspectiva de casamento, podiam se juntar aos bandos, se tivessem a oportunidade, para não ter de vender seu corpo ou escapar de um quadro de miséria. Ao mesmo tempo, a identidade cangaceira era composta por elementos que costumavam causar fascínio em geral. Os trajes, a ostentação da riqueza, a subversão (momentânea) da ordem dominante, o exercício do poder de vida e morte, seduziam algumas mulheres que acreditavam em uma vida mais excitante ao lado dos cangaceiros, deixando-se raptar ou seduzindo seus futuros maridos. A análise mais segura, no entanto, aponta para a singularidade dos casos. Cada mulher teve seu conjunto de motivos para entrar no cangaço, não sendo possível fazer generalizações.

Porém, as mulheres não estiveram sempre presentes nos bandos de cangaceiro. Pelo contrário, haviam ideias de que elas podiam dificultar a dinâmica dos grupos, atrapalhar os combates, ou pior, “abrir o corpo” do cangaceiro, cancelando possíveis proteções divinatórias que viessem estar em curso. Durante décadas, os cangaceiros se relacionaram com mulheres fora do bando, ou seja, elas não os acompanhavam nem participavam da cultura do cangaço, muito menos ostentavam identidades construídas a partir de símbolos em comum. Apenas nos seus últimos 10 anos, o cangaço conviveu a presença feminina em seu cotidiano.

O que possibilitou esta mudança de paradigma foi um caso muito particular: Maria Gomes de Oliveira namorou o capitão Virgulino Ferreira na porta de casa durante 1 ano antes de a polícia baiana descobrir que a fazenda onde morava com os pais estava sendo visitada pelo bando do cangaceiro. Após sofrerem ameaças das volantes, a família decidiu se mudar de estado, porém Maria não os acompanhou, foi



s não esti-  
nos bandos  
irio, haviam  
dificultar a  
rapalhar os  
o corpo” do  
ossíveis pro-  
essessem estar  
das, os can-  
com mulhe-  
, elas não os  
icipavam da  
o menos os-  
onstruídas a  
um. Apenas  
s, o cangaço  
nina em seu

sta mudança  
o muito par-  
Oliveira na-  
o Ferreira na  
ios antes de a  
que a fazenda  
s estava sen-  
o cangaceiro.  
das volantes,  
ar de estado,  
npanhou, foi

ao encontro do capitão e, contrariando a ordem social instituída, apresentou suas intenções de acompanhá-lo dali por diante. Ele não só a acolheu de bom grado como também contrariou a ordem do seu próprio mundo para tê-la ao seu lado, indo de encontro a orientação dos cangaceiros mais antigos de não permitir mulheres nos bandos. Maria Bonita, como ficaria conhecida apenas após a sua morte, foi a primeira mulher na história a adentrar o cangaço. No seu encalço vieram as outras, já que Lampião também permitiu que os outros cangaceiros levassem suas mulheres a partir daquele momento.

A presença feminina acabou por transformar o cotidiano dos bandos. Muitas mulheres eram realmente casadas com os cangaceiros, criando um ambiente de respeito entre eles. Não se permitia a traição, o acampamento passou a ser dividido entre casados e solteiros. Diz-se inclusive que elas teriam atenuado o instinto violento dos cangaceiros, o que é questionado por alguns pesquisadores. É verdade que elas tentaram interceder por pessoas, porém o êxito foi apenas pontual. Elas não

combatiam, sendo afastadas da área do combate sempre que possível, usavam apenas armas leves, revólveres e punhais, por questões de defesa pessoal. Elas não tinham a obrigação de cozinhar, nem de montar toldas ou ir buscar água. Os serviços domésticos e de manutenção dos acampamentos eram todos feitos pelos homens nos moldes da disciplina militar que eles já estavam acostumados a praticar. Crianças passaram a ser gestadas no cangaço, no entanto as mães eram obrigadas a entregar seus filhos e filhas a outras famílias após o nascimento. Assim como eram obrigadas a acompanharem um segundo cangaceiro quando da morte dos seus companheiros anteriores, elas não podiam voltar às suas casas já que levavam muitas informações sobre os bandos. Aquelas que se negavam eram mortas, como também eram aquelas cometiam adultério, pois, segundo a moral vigente na época, a honra do homem deveria ser lavada com sangue.

Apesar da dureza da vida nos bandos, a mulher cangaceira possuía um status social maior do que as sertanejas comuns. Elas se vestiam bem,

com vestidos na altura dos joelhos, uma transgressão para a época. Disfrutavam de relativa influência sobre seus companheiros, compartilhando, assim, do seu poder destes. Usavam maquiagem, muitas joias, vivendo em riqueza material enquanto os bandos tiveram capacidade de manter-se fortes. Diz-se que sempre que os cangaceiros apropriavam-se de joias, eles costumavam enfeitar suas companheiras para que estas ostentassem os símbolos de suas riquezas. Ao mesmo tempo, o teor das relações afetivas entre os casais não conseguiu superar o machismo predominante na sociedade em geral. Apesar das transgressões, as mulheres continuaram subordinadas aos seus maridos e companheiros, deviam-lhes obediência como outra esposa qualquer, inclusive mantendo o comportamento como valor moral. Em vias de regra, os homens não beijavam as mulheres, não existia carinho físico no sentido que entendemos hoje em nossa sociedade, era uma afetividade que se efetivava em outras relações, valendo-se de outros símbolos.

Além de transformar os costumes, os valores e as inter-relações dentro dos bandos, as mulheres tiveram profunda influência na construção da identidade visual do cangaço. Dadá teria sido a primeira cangaceira a bordar as características flores coloridas nos embornais que sempre levavam consigo. Lampião teria visto os embornais usados por Corisco e pedido a Dadá para bordar outros para ele próprio carregar. O fato é que após a legitimação do uso por Lampião, o costume se espalhou rapidamente entre seus homens e mulheres. Ao que tudo indica, Dadá inaugurou um estilo, dentro do qual cada mulher teve liberdade para criar e assim o fizeram. O traje do cangaceiro que já exercia, para o bem ou para o mal, um largo fascínio sobre as populações passou a carregar cores vibrantes, adornos que se adequaram perfeitamente aos usos ritualizados que então todos faziam dos trajes, tanto no âmbito do prestígio militar e de convivência, como do catolicismo popular ou da experiência estética. Durante o período no qual o cangaço existiu, a maneira como os



ir os costumes e as relações dentro das famílias tiveram influência na construção da canção. Dada a aceitação das cores coloridas que se levavam, visto os motivos e pedidos para ele que após a Lampião, o damente en-eres. Ao que aroou um es- mulher teve m o fizeram. e já exercia, al, um largo ões passou a adornos que nte aos usos odos faziam to do presti- cia, como do a experiência do no qual o ira como os

bandos se vestiam foi se modificando gradativamente. A identidade visual que sobreviveu no imaginário popular é, no entanto o retrato dos últimos anos do cangaço, quando a presença e influência da mulher já era uma realidade estabelecida nos bandos.

### 3 O QUE SE CONOTA

O Feminino Cangaço funciona com uma espécie de introdução à história das mulheres no cangaço. Não queremos estabelecer nosso ponto de vista como verdade e chegar a conclusões fechadas em si. Compomos nossa fala a partir dos relatos de outros, dos depoimentos das cangaceiras e apresentamos as contradições do discurso. O fenômeno do cangaço é composto por estas contradições, ideias e entendimentos que se opõem, porém não precisam necessariamente se anular ou excluir. O cangaço era diverso o suficiente para que as contradições pudessem conviver.

Mas afinal, qual era o papel das mulheres no cangaço?

Não há dúvidas de que as mulheres que acompanharam os cangaceiros de livre e espontânea vontade transgrediram os valores e o papel social das mulheres sertanejas da época. Nos bandos, elas tinham uma maior possibilidade de construir suas identidades relativamente de acordo com seus desejos. Eram, em determinadas situações, bem tratadas e, por muitas vezes, “luxaram”, como se dizia. As relações, no entanto, eram pautadas pelo machismo vigente em toda sociedade e, apesar de estarem um passo à frente das mulheres de sua época, encontravam-se também em uma posição subalterna em relação aos seus companheiros, sempre os seguiriam e estariam expostas a violências vinda da parte deles, já que estavam proibidas de voltar para casa. Os cangaceiros possuíam o direito sobre a vida de suas companheiras em caso de adultério e se ela quisesse sair do cangaço por motivo da morte de um companheiro. Muitos cangaceiros batiam em suas mulheres por ciúmes ou desobediência, além de que a própria natureza do cotidiano do cangaço era extremamente cruel e restrita. Viviam sem teto sobre as cabeças



em uma região inóspita, em constantes perseguições, envolvidas em combates, com sede, por vezes, com fome.

As mulheres não tinha a obrigação de fazer as atividades domésticas dos bandos, ainda assim elas os ajudavam quando preciso ou de acordo com suas vontades. As mulheres, de uma forma ou de outra, estavam voltadas para suprir as necessidades de seus companheiros, sendo que cada casal estabelecia a dinâmica de relacionamento que lhes convinham. Pode-se dizer que Dadá foi à cangaceira que mais subverteu esta ordem, na medida em que foi a mulher que mais exerceu influência sobre o companheiro, a ponto de ocupar extra oficialmente o lugar de liderança do bando após Corisco ser ferido, pois ele estava impossibilitado de exercer suas funções. Mesmo deste ponto de vista, Dadá deixou o seguinte depoimento sobre o papel da mulher no cangaço:

*A vida da mulher do cangaço, primeiramente respeito ao marido, para se sair bem. A segunda, como eu vivia, era dirigir tudo, chamar a atenção e seguir como uma dona de casa. Eu não cozinava, eles cozinavam. Na hora da*

*comida, eu ia dividir. Se precisar uma camisa eu endireitava, tudo... Uma vida como uma mulher, uma qualquer dona de casa, vive em sua casa tratando do seu trabalho. Mesma vida da mulher do cangaço<sup>2</sup>.*

Interessante perceber que Dadá apenas exerceu a qualidade de liderança em relação aos cangaceiros homens quando seu companheiro estava impossibilitado de fazê-lo, uma exceção como era de costume. Os comportamentos e crenças encontrados nos bandos sempre se expressaram no contexto da cultura sertaneja. As mulheres ao entrar no cangaço, como era de se esperar, não se libertaram destes valores. Elas resignificaram as noções de espaço da casa para a caatinga, de família para o bando, reelaborando o que elas entendiam como o papel social da mulher. Tal entendimento se materializava no trato cotidiano com seus companheiros, quando acabavam por exercer atividades culturalmente exercidas pelas mulheres.

<sup>2</sup> Depoimento do documentário "As mulheres no Cangaço" (1976), dirigido por Hermano Penna. Trecho cedido e utilizado no documentário "Feminino Cangaço" (2013).

Eu costava  
mais... Não  
fazia o que  
mia. Não ti  
ção como d  
matu.<sup>3</sup>

Ao se  
se em pode  
ção. Elas  
muns, era  
de lar, em  
não eram  
ainda em  
dade em r  
nos, eram  
mente, nã  
entretanto  
tar a parti  
por conta  
estrutura  
res não e  
e compan  
participar  
ço, sujeit  
mos que  
enaltece  
quebrarai  
gos socia

<sup>3</sup> Depoimen  
TPM, edição

2 *precisar uma do... Uma vida qualquer dona sa tratando do a da mulher do*

ber que Dadá dade de lide- angaceiros ho- anheiro estava -lo, uma exce- ime. Os com- s encontrados xpressaram no aneja. As mu- ção, como era ertaram destes ram as noções a caatinga, de eelaborando o no o papel so- tendimento se cotidiano com ndo acabavam culturalmente s.

3 *As mulheres no lermano Penna. cumentário "Femi-*

*Eu costurava as minhas roupas, bor- nais... Não tinha obrigação de nada. Fazia o que queria, comia o que que- ria. Não tinha esse negócio de obriga- ção como dona de casa; eu era dona do mato.*<sup>3</sup>

Ao se afirmar “dona do mato”, Sila se empodera no lugar da sua resignifi- cação. Elas não eram donas de casa co- muns, eram donas de outro paradigma de lar, embora seja preciso dizer que não eram livres, pois encontravam-se ainda em uma posição de subalterni- dade em relação aos seus companhei- ros, eram donas do mato mas, infeliz- mente, não dos próprios narizes. Seria, entretanto, uma negligência descredi- tar a participação feminina no cangaço por conta do lugar que ocupavam na estrutura social dos bandos. As mulhe- res não eram simples anexos, esposas e companheiras dos cangaceiros, eram participantes ativas da vida do canga- ço, sujeitos de sua história. Entende- mos que a presença feminina apenas enaltece o fenômeno do cangaço. Elas quebraram tradições, desafiaram códi- gos sociais, transformaram os costu-

<sup>3</sup> Depoimento concedido em entrevista à revista TPM, edição n. 01, maio 2001.

mes e ajudaram a compor a identidade derradeira de homens e mulheres nos bandos, méritos que fazem delas, em uma palavra, imprescindíveis.

*O documentário “Feminino Cangaço” é dirigido por Lucas Viana e Manoel Neto. Um filme produzido no âmbito Universidade do Estado da Bahia - UNEB, através do Centro de Estudos Euclides da Cunha - CEEC e da Web-TV UNEB.*



# Breves Memórias de Canudos

Manoel Neto<sup>1</sup>

## Resumo

O texto de natureza memorialística reporta os primeiros momentos da presença institucional da Universidade do Estado da Bahia - UNEB na região de Canudos. Remonta a década de 1980 e se estende até os primórdios da década de 1990, cumprindo assim um decênio de atividades acadêmicas do Centro de Estudos Euclides da Cunha - CEEC, nas quais se incluem iniciativas vinculadas ao ensino, à pesquisa e a extensão, assentadas numa experiência metodológica inaugural que mobilizou uma equipe multidisciplinar de pesquisadores e, ensejou, um olhar diversificado sobre o passado histórico, a memória cultural e a realidade imediata não só daquele município, como também, das cidades circunvizinhas, a exemplo de Euclides da Cunha, Monte Santo e Uauá, inseridos no espaço geo-histórico desejável para a pesquisa então iniciada, cujo objetivo final era a elaboração de um projeto de desenvolvimento hoje denominado de sustentável.

**Palavras-chave:** História. Memória. Semiárido. Canudos.

## BRIEF MEMORIES OF CANUDOS

### Abstract

The text imprint memoirist reports the first moments of the institutional presence of the Universidade do Estado da Bahia - UNEB in the region of Canudos. It dates back to the 1980s and extends to the beginning of the 1990s, thus fulfilling one decade of academic activities of the Centro de Estudos Euclides da Cunha - CEEC, which includes initiatives related to teaching, researching and extension, seated in an methodological experience that mobilized a multidisciplinary team of researchers. That method led into a diverse look on the past history, as on the cultural memory and on the current reality, not only of that county, but also the surrounding towns. Euclides da Cunha, Monte Santo and Uauá are examples of towns, entered into the geo-historical desirable for the started research, whose ultimate goal was the preparation of a development project, today called sustainable.

**Keywords:** History. Memory. Semi-arid. Canudos.

<sup>1</sup> Historiador e pesquisador do Centro de Estudos Euclides da Cunha - CEEC.

O hábito  
-me tom  
pel as r  
viagem no  
acontecer  
preserva  
Lembro  
passando  
veis e pr  
critor m  
autor de  
bores de  
e de vid  
agradáve  
pital do  
casarios  
Palácio c  
Poder du  
te Jusceli  
da dos "c  
a este m  
funcioná  
mental.

Ao  
lhar nas

2 Josué Mo  
cionista, jo  
As suas rec  
Completo"  
Presidente c



Joel Neto<sup>1</sup>

da presença  
los. Remonta  
prindo assim  
inha - CEEC,  
o, assentadas  
ltidisciplinar  
o, a memória  
, das cidades  
los no espaço  
a elaboração

esence of the  
s back to the  
: of academic  
des initiatives  
:perience that  
:verse look on  
: only of that  
and Uauá are  
earch, whose  
inable.

O hábito de ler os memorialistas fez-me tomar gosto por garatujar no papel as minhas recordações. Imóvel viajo no tempo e retorno a cenários e acontecimentos, os quais a memória preserva e envolve em diáfano tecido. Lembro que há pouco tempo andei passando os olhos sobre as encantáveis e prolongadas lembranças do escritor maranhense Josué Montello,<sup>2</sup> autor de um livro magistral – Os Tambores de São Luís – proseador fluente e de vida pública movimentada. Fiz agradável passeio pelo Brasil, pela capital do Maranhão com seus velhos casarios e azulejos, adentrando até o Palácio do Catete e a intimidade do Poder durante o mandato do Presidente Juscelino com sua polemizada agenda dos “cinquenta anos em cinco”, pois a este mandatário Josué serviu como funcionário do alto escalão governamental.

Ao prazer e gosto por mergulhar nas “minhas memórias e na dos

<sup>2</sup> Josué Montello (1917/2006). Romancista, cronista, jornalista e memorialista maranhense. As suas recordações, as quais titulóu “Diário Completo” foram publicadas em dois volumes. Foi Presidente da Academia Brasileira de Letras.

outros”, tomando aqui emprestado o título dado por Rodrigo Otávio<sup>3</sup> as suas reminiscências, somou-se o fato da historiografia moderna reconsiderar estes escritos amparando-os como matéria bibliográfica importante para a formulação das tarefas acadêmicas, incluindo inclusive os depoimentos orais transformados pelas transcrições em documentos escritos, entre as boas e confiáveis fontes, dando-nos, os bons ouvintes de velhas confissões, a oportunidade de transformar a tessitura dos anos em relatos para os presentes e futuros.

Volver ao passado traz riscos e nos impõe desafios. O tear onde o conjunto desordenado e imaterial do pretérito se aloja não abstrai as emoções boas ou más do vivido. Fica tudo lá, nos recônditos, bem guardadinho. Ao tocá-lo, ainda que tímida e cuidadosamente, os acontecimentos e seus personagens afloram por vezes com a força das águas represadas, rompendo e derrubando obstáculos. E somos levados aos solavancos rumo às antigas

<sup>3</sup> Rodrigo Otávio (1866/1944). Magistrado e escritor. Foi membro fundador da Academia Brasileira de Letras.

tensões e prazeres. Aos rostos e fatos deixados em velho baú guardado dentro de nós, juntam-se palavras que soltas nos escaninhos do tempo novamente se agrupam e magicamente nos devolvem os sons da oitava esquecida.

Recordar é viver, eu digo sem medo de errar, versos e melodia de uma canção de outrora e que reporta ao adágio popular, a sabedoria das ruas, dos sobrados de nossos avós. Das cidades horizontais e calmas, menos ruidosas e mais pacíficas. Dos bairros de vida noturna previsível e bucólica, das cadeiras nas calçadas e nas fachadas das residências escrito “que é um lar”, como nos informa a poética de Chico e Vinicius sobre a melodia comovente de Garoto.

Foi na década de 1980 do século vinte, ele que se foi ontem e hoje já nos parece tão distante, que Canudos chegou até mim ou eu cheguei à histórica região onde o Conselheiro Antônio deu formas a sua utopia.

Entrara para a equipe do Projeto Canudos, trabalho desenvolvido pelo Centro de Estudos Euclides da Cunha - CEEC, que objetivava colo-

car o esforço acadêmico a serviço da comunidade local. A ideia básica era conciliar a pesquisa histórica com a produção de um diagnóstico da situação socioeconômica do município então recém-criado. A Nova Canudos que se gestara em terras da antiga fazenda Cocorobó retomara a toponímia antepassada e célebre. O sangue secara, os cadáveres estavam sepultados, no entanto, as marcas da Guerra forjaram cicatrizes inapagáveis. As impressões decorrentes da leitura de “Os Sertões”, espécie de rito de passagem obrigatório para toda a equipe de técnicos e pesquisadores, ressurgiam pungentes diante da caatinga majestosa na sua aridez tão íntima dos homens e mulheres sertanejos. Cinza de dor e beleza para mim desconhecidas, soco no estômago e um bulício inquietante na consciência. Vinham às perguntas aos borbotões, sôfregas de respostas. Como ser plenamente brasileiro sem haver pisado aquela terra? Como ser militante político sem revirar este Brasil ao avesso? Buscava nas referências intelectuais alguma luz para desvendar imagens e figuras humanas e físicas,



a serviço da  
ia básica era  
órica com a  
óstico da si-  
lo município  
ova Canudos  
da antiga fa-  
ra a toponí-  
re. O sangue  
vam sepulta-  
cas da Guer-  
apagáveis. As  
da leitura de  
rito de passa-  
a a equipe de  
, ressurgiam  
inga majesto-  
a dos homens  
inza de dor e  
hecidas, soco  
o inquietante  
às perguntas  
de respostas.  
brasileiro sem  
a? Como ser  
rirar este Bra-  
as referências  
ara desvendar  
nas e físicas,

plantas e bichos. Pedia socorro aos mestres Graciliano, Guimarães Rosa e José Calasans, este último respeitabilíssimo conselheirista! Como explicar tal abandono? Como entender a força moral e a dignidade inquebrantável daquele povo que saía dos livros, dos textos acadêmicos, dos debates e sessões de estudos para fazer morada em meu viver intelectual de brasileiro rebelado contra as injustiças? Senti-me naqueles dias pisando em ovos, mas a sorte estava lançada.

Estivemos nos meses anteriores a viagem sob a orientação da Professora Yara Dulce Bandeira de Ataíde e do Professor Renato José Marques Ferraz, respectivamente Diretora e Vice-diretor do CEEC; escrevendo projetos, anotando providências, participando de encontros quase diários com o conjunto da equipe, ocasiões em que debatíamos pesquisa participativa, multidisciplinaridade, metodologia da pesquisa histórica e ouvíamos longas dissertações de um psicólogo argentino, Hugo Kutscherauer sobre dinâmica de grupo e interdisciplinaridade, isto num portunhol abstruso que mais

confundia que explicava. Preparavam-nos jovens pesquisadores de formações diversas para a fascinante aventura ao mundo beato que dera origem ao arraial de Canudos, encravado “entre montes soberbos e alinhados”, como escrevi anos mais tarde em um poema que dediquei ao mestre e amigo Antônio Olavo, o refinado artesão do soberbo documentário “Paixão e Guerra no Sertão de Canudos”, filme premiado e visto por numeroso público em todo Brasil e no estrangeiro também. Chegar aquele lugarejo tão comentado e igualmente desconhecido para quase todos nós, assinalava momento singularíssimo para o desenvolvimento do Projeto. A equipe de Arqueologia e Antropologia Física, Jorge Glauco, Paulo Zanettini, Luís Carlos, José Rebouças e Heloisa Kuser, esta uma gauchinha de faiscentes olhos verdes e de uma timidez que a fazia monossilábica, antecipara-se ao restante do grupo e fixara-se em Canudos de “mala e cuia”, atarefada com a demarcação da área reservada para criação do futuro Parque Estadual de Canudos, resolução expressa no Decreto nº 33.193, de

27 de maio de 1986. Posteriormente e, também, pelo Decreto nº 33.333, de 30 de junho, instituiu-se o PEC,<sup>4</sup> autorizando a Secretaria de Educação e Cultura, por intermédio da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, a adotar as providências necessárias à sua construção, autarquia a qual estávamos institucionalmente vinculados como um Órgão Suplementar diretamente ligado a Reitoria.

A professora Yara era uma historiadora experiente e rigorosa na sua tarefa de gestora, nos exigindo cumprimento de horários e execução conforme o planejado das tarefas. De estatura mediana, alva, cabelos claros e atitude sempre reservada, era uma figura essencialmente profissional e de comportamento classicamente acadêmica, sem ser arrogante ou pernóstica. Era, ao contrário, afável e receptiva nos debates teóricos. Funcionava como uma abelha diligente, trabalhando incansavelmente para prover os técnicos de todos os recursos logísticos e materiais necessários à execução

<sup>4</sup> Abreviatura adotada para nomear o Parque Estadual de Canudos.

das atividades. Para tudo tinha olhos desdobrando-se num esforço hercúleo para fazer o “trem partir da estação”. Estudiosa, aplicada, participava intensamente dos grupos de estudos sugerindo e fazendo as corrigendas provenientes nos relatórios semanais produzidos pelos pesquisadores, notadamente no que se referia as consultas em arquivos.

O professor Renato Ferraz era o oposto. Estilo Indiana Jones, ares aristocráticos no falar e no comportar, mostrava-se refratário no trato dos assuntos burocráticos. Proseador de boa cepa, intelectual de formação adquirida nos livros e na sua vida grande parte vivenciada na convivência em meio a escritores, artistas plásticos, fotógrafos e cineastas, tivera experiência anterior no Museu de Arte Moderna da Bahia, instituição onde trabalhara ao lado da célebre Lina Bo Bardi<sup>5</sup> a qual sucedera na direção daquela casa de cultura. Leitor apaixonado de Euclides da Cunha a quem devotava uma admiração traduzida nas leituras

<sup>5</sup> Arquiteta e designer (1914-1992). Esteve na direção do Museu de Arte Moderna da Bahia (Solar do Unhão), entre o final dos anos 1950 até 1964.



... tinha olhos  
forço hercú-  
artir da esta-  
... participava  
s de estudos  
... corrigendas  
ios semanais  
adores, nota-  
a as consultas

... o Ferraz era  
a Jones, ares  
... no compor-  
o no trato dos  
Proseador de  
formação ad-  
a vida grande  
vivência em  
... plásticos, fo-  
ra experiência  
arte Moderna  
nde trabalha-  
ina Bo Bardi<sup>5</sup>  
reção daquela  
paixonado de  
nem devotava  
la nas leituras

2). Esteve na dire-  
da Bahia (Solar do  
150 até 1964.

e releituras constantes do “livro vin-  
gador” era capaz de repetir integral-  
mente e sem tropeços trechos inteiros  
da narrativa euclidiana. Deambulava  
pelos sertões há bons anos, posto que  
em companhia do escultor Mario Cra-  
vo, seu cunhado, percorrera caminhos  
sertanejos em viagens anteriores a sua  
entrada na UNEB. Por indicação de  
Jorge Amado servira de guia ao es-  
critor peruano Mário Vargas Llosa  
em suas andanças sertanejas, quando  
buscava subsídios para escrever a “A  
Guerra do Fim do Mundo”, esplêndida  
ficção sobre a saga de Antônio Conse-  
lheiro e o seu povo. Fizera-se conheci-  
do e reconhecido na cidade renascida,  
primitivamente Cocorobó, mais tarde  
Nova Canudos e novamente rebatiza-  
da, outra e mais uma vez Canudos. Era  
o sempre festejado e porque não dizer  
reverenciado “Dr. Renato”. Capaz de  
falar durante horas, pois assunto nun-  
ca lhe faltava, deleitava-se em narrar  
fatos e episódios, sérios ou anedóticos,  
envolvendo autoridades ou subordina-  
dos, celebridades ou anônimos. Alto,  
cabelos levemente grisalhos, bigodes,  
andar largado e natureza pachorren-

ta, raramente tinha pressa. Calmo,  
quando, porém zangado, exaltava-se  
a violência. Bem apessoado tipo visto-  
so, encantava homens e mulheres, es-  
pecialmente as mulheres que estavam  
sempre a rondá-lo e ele a elas. No trato  
conosco era sempre afável, educado,  
mas sem expansividades. Amiudada a  
convivência mostrava-se afetivo e soli-  
dário, desde que a sua autoridade não  
fosse questionada. Conservador vivia  
às turras com freiras e padres adeptos  
da Teologia da Libertação que questio-  
navam com justa razão a forma autori-  
tária que ele adotara para a demarca-  
ção do PEC. Gostava de polemizar, era  
do seu feitio.

Tento recordar aqui os outros  
membros do numeroso grupo de  
funcionários burocráticos, técnicos e  
pesquisadores que constituíam a fun-  
cionalidade do Centro. Sem consultar  
anotações: Sandra Caicó, Normandia  
Lima, Kátia, Maria do Socorro, Adail-  
ton e Waldir formavam o quadro ad-  
ministrativo. Mais de uma dezena de  
pesquisadores, contando com profes-  
sores de Juazeiro integrados ao Proje-  
to, desafiavam ao meu arquivo mental.

As meninas: Venétia Rios, Luiza Cavalcante, Denise, Dina, Thaís, Claudia Rangel, Olívia, Marta Trombone. Heloisa Kuser e Iracema. O grupo masculino incluía José Carlos Pinheiro, Atila Vinicius, Cesar Naus, Manoel Neto, Alberto Heráclito, José Carlos Mendes, Carlos Fuschini, José Rebouças, Jorge Glauco, Jaime Neves, João Cesar, Paulo Zanettini, Ismar de Oliveira, Luís Carlos, Alfredo Matta e o anteriormente citado Hugo Kutscherauer.

Pondo a cachola para funcionar recordo a curiosidade e forte impressão que a primeira ida a Canudos causou sobre os pesquisadores. Iríamos – pelo menos assim supúnhamos – ver de perto a terra que ensanguentada ardeu em chamas ao final de 1897. Sabíamos que pouco restava da velha “urbe” conselheirista, pois apenas escombros sobraram e as toscas ruínas restantes afundaram-se nas águas turvas do Açude de Cocorobó nos meses iniciais de 1969. Tais informações, contudo, em nada arrefeciam o meu entusiasmo, sentimento que acho era inteiramente comum entre todos os excursionistas. Anoitecia quando adentramos a aca-

nhada Vila. Vencêramos centenas de quilômetros num percurso percorrido em chão asfaltado até a cidade de Tucano, terra de João Abade, o famoso guerrilheiro canudense e berço natal do não menos notório ator Othon Bastos que representara Corisco em “Deus e o Diabo na Terra do Sol”, filme rodado em Monte Santo, com algumas cenas marcantes gravadas na velha Canudos, a que foi reconstruída a partir de 1909, ou seja, no pós-guerra. Fati- gados dormimos após o jantar.

Ao deparar-me com o amanhecer esplendoroso, recordo que a noite fez frio, deveria ter me ocorrido à sentença euclidiana declarando incomparáveis as manhãs sertanejas! Nada me ocorreu, entretanto, apenas desfrutei o azul do céu e a claridade ofuscante. A luz do dia e o sol inclemente nos impuseram a realidade local. Calor escaldante e a visão de um pequeno lugar composto por casinhas pequenas, ruas descalças, outras singelamente calçadas, ladeiras, terrenos baldios e sinais sutis da fauna e da flora catingueira. Bichos domésticos criados soltos, livres, absolutamente integrados na paisagem

e no con  
vizinhos  
bras. Qu  
Na minh  
que fixei  
Fo  
Canudos  
hoje é du  
brados e  
coorden  
caso a ec  
tropológ  
dos com  
vida loca  
de chofr  
trora cor  
hostil, c  
ticos” vi  
com seu  
e espinh  
do, rasga  
noticiava  
dâneo de  
republic  
dos àque  
que nos  
arrogant  
pegos e  
de comb



centenas de  
o percorri-  
a cidade de  
de, o famo-  
e berço na-  
ator Othon  
Corisco em  
o Sol”, filme  
om algumas  
a velha Ca-  
ída a partir  
guerra. Fati-  
ntar.

o amanhe-  
que a noite  
rrido à sen-  
lo incompa-  
is! Nada me  
s desfrutei o  
ofuscante. A  
nte nos im-  
Calor escal-  
queno lugar  
quenas, ruas  
nente calça-  
dios e sinais  
ingueira. Bi-  
oltos, livres,  
na paisagem

e no convívio com seus proprietários e vizinhos. Gatos, cachorros, bodes e cabras. Quase uma imagem de presépio. Na minha câmara imaginária foi assim que fixei o lugarejo.

Fomos ao Parque Estadual de Canudos. Em nada lembrava o que hoje é duas dezenas de anos e mais quebrados decorridos. Nossos anfitriões, coordenados pelo Prof. Renato, no caso a equipe da Arqueologia e da Antropologia mostravam-se familiarizados com o clima e as circunstâncias de vida local. Exibiam-se. Fomos levados de chofre ao encontro do território outrora conflagrado! Terreno acidentado, hostil, configurava-se para nós “raquíticos” viventes das bordas litorâneas, com seus cactos e bromélias agressivas e espinhentas, com seu piso desnivelado, rasgado por sulcos ressecados que noticiavam chuvas passadas, um sucedâneo de armadilhas. Eram os soldados republicanos inadvertidos e inadaptados àquele ambiente silente e belicoso que nos vinham à cabeça. Garbosos e arrogantes nos primeiros passos e trôpegos e desfeiteados após alguns dias de combates. Firmei naquela primeira

visita ao Parque Estadual e até hoje me mantenho convicto de que a área escolhida para sua implantação expressa muito mais a visão do agressor que do agredido, ou seja, por apoiar-se essencialmente na textualidade euclidiana o que temos é a olhar de fora para dentro, diria mesmo um olhar republicano sobre Bello Monte. O professor Sergio Guerra em dissertação apresentada ao Mestrado em História Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC abordou as marcantes diferenças que antagonizam a Canudos vista de fora, em contraponto ao modo de ver dos seus habitantes, texto que transformado em livro ganhou o sugestivo título de **Universos em Confronto: Canudos X Bello Monte**.<sup>6</sup> Nos mil trezentos e vinte um hectare da área reservada pelo Governo da Bahia à história se apresenta nos vestígios materiais deixados pelos confrontantes; artefatos militares, louças de origem estrangeira, trincheiras dos conselheiristas, restos esqueléticos, fardamentos em frangalhos que

6 GUERRA, Sergio. **Universos em confronto: Canudos x Bellomonte**. Salvador: Gráfica da UNEB, 2000. 193 p. il.

se espalham em pontos como o Vale da Morte, Alto da Favela, Fazenda Velha, Alto do Mário, Pelados, Encosta da Favela e em meio à vegetação por vezes espessa e por outras rarefeitas.

Foi nesta ocasião que conheci dona Isabel Maria de Oliveira, cuja propriedade modesta e acolhedora situava-se em território do PEC. Herdara a terra e benfeitorias dos seus pais. Ali nasceu e ali vivia. Baixinha, cabelo alvo e sempre preso, rechonchuda, a todos recebia com uma cordialidade que hoje sei tipicamente sertaneja. Abria a casa e o coração. Na sala acanhada e parca de assentos, acomodava-se em uma velha cadeira e punha-se a conversar. Provocada falava da guerra, dos pais inquietos e dos dias assombrosos e tumultuados que a luta trouxera para aquele mundo pacato e isolado. Invocava constantemente o nome de Deus, evidenciando uma religiosidade profunda, natural. Fora ela, inclusive, que fincara no Alto do Mário uma cruz sobre tosco amparo composto de tijolo e barro, bela homenagem aos mártires de 1897, muitos dos quais parentes seus. Criava junto com os filhos,

modestos camponeses, bodes, cabras, galinhas, *miunças* que complementavam o criatório de vacas leiteiras de cujas tetas jorravam a matéria-prima para o fabrico de requeijão, coalhada e outros quesitos da culinária catin-gueira. Mencionava mezinhas, rezas e chás, adjutórios para o trato de pequenos males. Tornei-me seu amigo e dos seus filhos e filhas, frequentava a sua casa na cidade ou no Parque, aprendendo com ela a desvendar um pouco da alma sertaneja. Colhemos, eu e José Carlos Pinheiro, o seu depoimento. Ouvimo-la discorrer sobre o seu mundo e suas esperanças. Recriou puxando da memória tudo que escutara dos seus antepassados. Tive o privilégio de com ela dialogar durante mais de uma dezena de anos, escutar seus lamentos e perceber a sua alegria quase infantil, despojada, feitas de benemerências ocasionais que a alcançavam ou aos seus descendentes. A morte a colheu discreta e ela se foi na mesma simplicidade em que sempre viveu.

Conhecer o Perímetro Irrigado do Vaza Barris nos possibilitou avaliar e debater com moradores e funcioná-



des, cabras, implementa-  
leiteiras de  
téria-prima  
io, coalhada  
nária catin-  
lhas, rezas e  
to de peque-  
amigo e dos  
entava a sua  
rque, apren-  
ar um pouco  
os, eu e José  
depoimento.  
e o seu mun-  
criou puxan-  
escutara dos  
privilégio de  
mais de uma  
eus lamentos  
quase infantil,  
nemerências  
avam ou aos  
orte a colheu  
mesma simpli-  
veu.

etro Irrigado  
bilitou avaliar  
s e funcioná-

rios do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca - DNOCS, a gênese e desenvolvimento do projeto ali implementado por aquela Autarquia Federal há muito presente no semiárido brasileiro. Criado em 1909 com a nomenclatura de IOCS - Inspetoria de Obras Contra a Seca, passando em seguida a chamar-se IFOCS - Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca, identidade com a qual se apresentou em Canudos na década de 1930 para operar a construção da BR-116, finalmente tornou-se DNOCS nome que conserva até hoje. Opino que mudou mais de nome que de orientação técnica e política, sofrendo ao longo dos anos as nefastas injunções conjunturais do Poder que tanto penalizam os serviços públicos no Brasil. Ainda assim, prestou e presta – hoje de maneira precaríssima – importante contribuição ao crescimento de Canudos.<sup>7</sup>

Dotada de uma estrutura que incluía galpões, oficinas, hospital, residências

<sup>7</sup> Sobre este assunto sugerimos a leitura da obra ficcional e autobiográfica do escritor canudense Eldon Canário, em especial a trilogia **Canudos**, **Memórias de Canudos** e **Cativos da Terra**, publicações indispensáveis para quem deseja melhor conhecer sobre a cidade do pós-conflito.

funcionais para técnicos e operários, equipamentos e maquinários caríssimos, a Repartição atendia a demanda dos colonos assentados no terreno beneficiado por um sistema de irrigação vindo da Europa que conduzia água aos assentamentos através de extensas tubulações côncavas e em concreto, espécies de veias abertas do Vaza Barris a sangrar diuturnamente. Sem dúvida uma obra monumental e de custo elevadíssimo. Causou-me funda e má impressão a presença de uma produtora de sementes, a Agroceres,<sup>8</sup> que explorava a produção no assentamento. Financiavam o plantio de tomate e pimentão, culturas tratadas com doses maciças de fertilizantes e pesticidas, aplicadas pelos agricultores sem as devidas e indispensáveis precauções. As polpas dos frutos eram jogadas ao lixo, imprestáveis que ficavam para o consumo humano. Desaparecera ou existia em escala reduzida a produção de hortaliças, feijão, verduras e outros ingredientes da dieta alimentar do homem das caatingas. As moradias

<sup>8</sup> Hoje Monsanto. O uso abusivo e descuidado de herbicidas persiste infestando o Perímetro e fazendo vítimas.

destinadas aos engenheiros e servidores mais graduados do DNOCS, localizadas num altiplano, eram solidamente construídas, pintadas de branco o que dava ao conjunto uma graciosidade especial. Ainda hoje permanecem deste modo, muito embora ocupadas não só por funcionários, como também, por pessoas da comunidade. Lá funciona, onde outrora foi residência dos engenheiros-chefes do escritório local, o Hotel Por do Sol, privilegiado e majestoso, propiciando aos hóspedes nascentes e poentes de uma beleza sagrada, irretocável. A arrendatária e responsável pelo empreendimento é a professora Joselina Rabelo, antiga funcionária da instituição e casada com um também funcionário, cujo apelido Pelanca, de tão presente e disseminado me fez esquecer seu nome de batismo. Não foram, todavia, as moradas mais compostas, mais bem acabadas, que me impressionaram. Algumas casinhas aparentemente frágeis, pintadas de um azul esmaecido pelo tempo, me tocaram fundamente. Ali viviam operários, os denominados cassacos, trabalhadores braçais que convoca-

dos para a construção da BR se deixaram ficar e reaproveitados passaram à construção da Barragem de Cocorobó. Um tanto disformes, feitas de madeira, espalhavam-se pelas proximidades das residências dos graduados e, em maior número, num local conhecido como *Acampamento do Dudu*, topônimo advindo de um morador que ajudara a fundar o arruado. Alinhadas a direita e a esquerda, prosaicamente enfeitadas com flores na janela, ajeitavam-se como a se escorar uma nas outras. Humanas fossem dariam a ideia de bêbados amparando-se mutuamente. O final da rua desembocava no açude, numa pequena enseada, batizada de Prainha e utilizada como balneário. Assim conserva-se.

O Açude de Cocorobó, grandiosa lâmina de água, em números cúbicos 245.000.000 de litros represados por poderosas estruturas de concreto derrama-se pachorrento, como que de fastio, no seu leito de senhor abastado. Cercado por elevações como as serras do Cambaio, Poço de Cima, Cocorobó e algumas mais, lambe-as arreesado, arrastando-se para rumos diversos.

Sua edifi  
denenas d  
de 1940/  
em 1969.  
de orien  
Ditadura  
divisei pe  
robusto,  
de armai  
exploraçã  
dades. Fi  
a pesca fi  
artesanal,  
locomovi  
Locais p  
mentos r  
fício do a  
nado. No  
indefecti  
aguadas,  
cos, latas  
mesmissi  
de tempe  
gumas m  
e os cam  
rentos te  
vias asfál  
as chuva  
rrios amb  
tasmias in



BR se deixa-  
s passaram à  
le Cocorobó.  
de madeira,  
midades das  
e, em maior  
ecido como  
opônimo ad-  
ue ajudara a  
idas a direita  
ente enfeita-  
a, ajeitavam-  
ia nas outras.  
a a ideia de  
mutuamente.  
cava no açu-  
ada, batizada  
no balneário.

obó, grandio-  
úmeros cúbi-  
os represados  
s de concreto  
como que de  
hor abastado.  
omo as serras  
na, Cocorobó  
is arrevesado,  
nos diversos.

Sua edificação persistiu durante boas dezenas de ano. Atravessou as décadas de 1940/1950 e somente foi finalizado em 1969. Negociado no Estado Novo de orientação fascista findou-se na Ditadura Militar. Em 1985 quando o divisei pela vez primeira estava cheio, robusto, mas sua enorme capacidade de armazenamento não resultava na exploração plena das suas potencialidades. Faltavam projetos adequados, a pesca fazia-se de maneira primária e artesanal, enfim, era um gigante que se locomovia com grandes dificuldades. Locais próximos, pequenos ajuntamentos rurais, não gozavam o benefício do abastecimento regular e encanado. No período de estiagens surgia o indefectível caminhão pipa, enchendo aguadas, tanques, utensílios domésticos, latas, barris, ou seja, repetindo o mesmíssimo ritual cíclico e perverso de tempos passados. Em que pese algumas melhorias hajam se processado e os caminhos antes de barro e poeirentos tenham se transformado em vias asfálticas bem sinalizadas, quando as chuvas escasseiam esses reservatórios ambulantes ressurgem como fantasmas insepultos e renitentes.

Informação colhida por alguns colegas e facilmente perceptível nas vias públicas atestavam a inexistência de esgotamento sanitário na imensa maioria das casas e na própria vila de um modo geral. Córregos fétidos, podres, corriam junto aos meios-fios, ameaçando a saúde de adultos e crianças. Foco de muriçocas e mosqueiro densamente povoado, esta realidade degradante não se afigurava problema de preocupações mais agudas. A coleta de lixo irregular também deixava ruas e praças com aspecto pouco recomendável. Como é corriqueiro na maior parte dos municípios interioranos, a urbanização das ruas e avenidas não significava que obras de infraestrutura precedentes a cobertura com pedras ou asfáltica das artérias, notadamente rede sanitária, sejam providenciadas. Hoje cobertas de paralelepípedos as vias canudenses conservam seus “rios” urbanos infectos e apodrecidos, expostos e sem o tratamento técnico adequado.

Encantou-me a cordialidade das pessoas. Receptivas, alegres, algumas delas verdadeiramente comprometidas e identificadas com a própria

história. Tive a surpresa de descobrir a Associação de Estudos e Pesquisas Antônio Conselheiro - ACEPAC, grupo de jovens interessados em pesquisar, documentar e difundir a cultura e a memória histórica do município. Entre seus dirigentes Haroldo e Tininha. Ele um homem aparentemente rude, operário de muitos ofícios, em verdade, um intelectual orgânico, conhecedor da flora, da fauna, da geografia e dos acontecimentos históricos que ilustravam a existência da cidade em suas fases distintas. Identificava palmo a palmo os cenários da luta de 1896/1897, apontando com segurança onde sob as águas do Cocorobó as ruínas da vila conselheirista e as sobras da segunda Canudos estavam sepultadas. Tininha com seus cabelos negríssimos, lisos e o rosto a expor com fidelidade a origem indígena era sua parceira constante. Baixa, franzina, ao movimentar-se e falar transmitia uma energia surpreendente. Dela dependia a logística para a realização das pesquisas de campo, das entrevistas com antigos moradores, pois bem articulada politicamente transitava com alguma facili-

dade nos gabinetes da administração municipal. Tanto Haroldo quanto ela mostravam-se excessivamente centralizadores, diria também intransigentes, com aqueles meninos e meninas que os acompanhavam na árdua tarefa de revolver o passado e renovar-lhe a vida, para trazê-lo de volta para os seus conterrâneos e eventuais interessados. Com a ACEPAC manteve longa e cordial relação de trabalho e amizade. Várias gerações de moças e rapazes por ela passaram e depois deram curso as suas vidas. Abalada pelas disputas políticas municipais que geravam atritos irreconciliáveis a Associação feneceu. Seu patrimônio documental, acervo constituído por uma interessante iconografia, documentos e importantes entrevistas, ao que sei acha-se em poder de Haroldo, cuja companheira envolveu-se em um conflito que resultou em morte da sua antagonista, drama passional que alterou a rotina da Vila e modificou drasticamente a vida dele, que na ausência da companheira teve que dedicar-se exclusivamente aos seus filhos e a mulher encarcerada.

Par  
e melhor  
UNEB/CI  
feitura M  
instituiçõ  
to o médi  
Vavá, sen  
Ribeiro (C  
apelido d  
res, fisiol  
nham um  
vezament  
eles e seu  
essa oligar  
Canudos  
alguns do  
uma déca  
explica e  
sociais e  
desenvol  
que resu  
cante, nu  
emergen  
de desen  
jovens, a  
Ne  
municiaç  
dades en  
telefonia



Administração  
o quanto ela  
ente centra-  
intransigen-  
s e meninas  
árdua tarefa  
renovar-lhe a  
para os seus  
interessados.  
longa e cor-  
amizade. Vá-  
rapazes por  
ram curso as  
disputas po-  
avam atritos  
ção feneceu.  
ental, acer-  
interessante  
e importan-  
i acha-se em  
companheira  
ito que resul-  
gonista, dra-  
a rotina da  
mente a vida  
companheira  
ivamente aos  
arcerada.

Para cumprir seu planejamento e melhor amparar-se no município a UNEB/CEEC articulava-se com a Prefeitura Municipal, DNOCS e outras instituições. Exercia o cargo de Prefeito o médico Manoel Adriano Filho, Dr. Vavá, sendo o seu vice o contador João Ribeiro Gama, tratado sempre pelo apelido de Zito. Políticos conservadores, fisiológicos e clientelistas, mantinham uma aliança que presumia o revezamento no Poder, partilhado entre eles e seus seguidores. Dominada por essa oligarquia paroquial e autoritária Canudos foi governada por ambos ou alguns dos seus áulicos durante mais de uma década. Este domínio prolongado explica em parte os graves infortúnios sociais e econômicos que retardam o desenvolvimento municipal, entraves que resultam numa educação claudicante, numa saúde cujo atendimento emergencial é desumano, na alta taxa de desemprego, na desassistência aos jovens, aos idosos e aos pobres.

Nos anos oitenta os meios de comunicação com Salvador e outras cidades eram complicados. O serviço de telefonia era resumido a um posto tele-

fônico, sempre lotado e frequentemente avariado. As antenas parabólicas fincadas sobre telhados de dezenas de residências, algumas delas modestíssimas, despertavam inevitável curiosidade e por que não dizer? Espanto! Mas eram através delas que o mundo com suas diferentes cores e ambiguidades chegava até Canudos. As novelas faziam furor e seguravam jovens e velhos, senhoras e senhores, moços e moças enfiados em casas diante do receptor. Moça bonita tornava-se “Juma Marruá” numa alusão explícita a protagonista de Pantanal, folhetim eletrônico de estrondosa audiência. Sonhavam e sofriam todos, solidários na utopia de um mundo de enlevo e paz.

Após essa primeira viagem, voltamos sucessivas vezes aquela terra boa e acolhedora. Sempre na companhia de José Carlos Pinheiro fomos descobrindo Canudos, sua gente sábia e modesta, seus encantos mais reservados. Nosso retorno se deveu a dois projetos, ambos agraciados com recursos do CNPq.<sup>9</sup>

<sup>9</sup> Conselho Nacional de Pesquisa, órgão vinculado ao Ministério da Educação e Cultura.

O primeiro já na titulação – A Presença da Guerra de Canudos na Memória do Povo de Cocorobó – expressava seu objetivo primordial. Iniciávamos com ele o programa de história oral do CEEC e nas buscas de fontes para a construção da narrativa pretendida fomos ao encontro do povo mais antigo, para usar uma expressão marcadamente sertaneja. Conhecemos figuras admiráveis, algumas das quais se tornaram nossos amigos e amigas por toda a vida, até o dia que finalmente partiram. Foram tempos assinalados por um cotidiano de encantamento, de aprendizado. Começo pelos mais idosos. João Guerra e dona Eulina, proprietários do Hotel São João Batista. Vou buscar na sua rocinha em meio à caatinga e cercado por suas cabras e bodes, esperto e falante, o inesquecível Paulo Monteiro. Viajo até a casinha de João Molambo, curvado sob os anos e seguro no seu cajado, indagando se éramos da Força, retornando no seu delírio aos anos de chumbo que presenciara. Como não pensar em João de Doni? Imóvel no leito e a nos dizer: “não durmo penso no povo que

conheci. Vivo e morto”. Dona Zefinha e dona Ana no Bendegó, cujas recordações eram entremeadas com rezas e cânticos. Nas Umburanas altivo como as grandes árvores sertanejas o mestre João de Régis e sua filha Duru. Redivivos João Botão, Pistola e dona Léia, em cujo restaurante no cento da cidade comíamos bode com poções de arroz e feijão, tudo caseiro, temperado no costume dos sertões. No Cumbe, rebatizada Euclides da Cunha, Seu Ioiô da Professora que tomado de uma emoção que nunca se esgotava, não apenas contava o que ouvira e lera, incontinente levanta-se da cadeira e pondo-se de pé entrava em cena reproduzindo diálogos, descrevendo personagens, recriando os acontecimentos. Não há como esquecer-los, mesmos aqueles que por lapso da memória fugidia deixo aqui de mencionar. Dos mais novos “sentaram praça” nestes meus “recuerdos” o sempre bem humorado Antônio Geraldo, vereador e comerciante, José Moreira, pessoa risonha e afável, que sendo delegado conciliava antes de punir, regra que seguia escrupulosamente apaziguando vizinhos em pé



2. Dona Zefinha  
gô, cujas recor-  
das com rezas e  
as altivo como  
anejas o mestre  
na Duru. Redi-  
la e dona Léia,  
cento da cidade  
oções de arroz  
temperado no  
o Cumbe, reba-  
na, Seu Ioiô da  
de uma emo-  
va, não apenas  
lera, inconti-  
ra e pondo-se  
reproduzindo  
personagens,  
entos. Não há  
smos aqueles  
ia fugidia dei-  
os mais novos  
meus “recuer-  
norado Antô-  
comerciante,  
onha e afável,  
nciliava antes  
ia escrupulo-  
tinhos em pé

de guerra. Pelanca que se orgulhava de  
nunca haver ingerido álcool ou fuma-  
do, o que não o impediu de morrer de  
um fulminante ataque cardíaco anos  
depois. José Uilton, vice-prefeito numa  
das gestões de Zito, Adrino aposentado  
do DNOCS, Arnaldo agricultor e irri-  
gante assentado no Perímetro, Ugilson  
Gama, Bião de Canudos, compositor  
inspiradíssimo. Kerto, aposentado fe-  
deral e mestre na culinária, morador  
do bairro Califórnia hoje densamente  
ocupado e naquela quadra zona de ra-  
ras moradas. Destaco meu amigo João  
Gama, comerciante e agricultor. No  
seu bar, bebíamos cervejas, ouvíamos  
músicas por nós escolhidas, medida  
preventiva a nos proteger do repertório  
disponível na sua discoteca. Como não  
falar de Cornélio Oliveira, de Judivam  
e Pedro de Tuté, seus irmãos e todos  
filhos de dona Isabel. Das filhas de Seu  
João e dona Eulina, Joselina, Josélia e  
Jailda e Sandra a mais nova delas. Ze-  
lito, Gilberto, João Bosco e João Car-  
los, prole masculina do mesmo casal.  
Filiei-me a alguns amigos para todo o  
sempre. Moisés Varjão, filho do velho  
Paulo Monteiro a quem até hoje venera  
e chora tantos anos após o seu faleci-

mento. José Lúcio, inteligência privile-  
giada e que tocado por algum tormen-  
to existencial, abortou uma carreira  
brilhante, pois muito bem articulado  
chegou a ser Vice-prefeito. Perdeu-se  
e vive hoje obscuramente num insulto  
ao seu talento e inteligência. O poeta  
José Américo a engatinhar nas letras,  
ainda inédito, mas sempre inquieto e  
inconformado, deblaterando contra  
Deus e o mundo, numa ira que o fazia  
rebelar-se quase por necessidade orgâ-  
nica, ira visceral e produtiva. Escreveu  
e publicou seus poemas e permanece  
a vender seus livros, “mercador das le-  
tras”, por onde a vida o leva, dizendo  
com inegável paixão e fogo interior a  
sua palavra poética.

Em torno dos festejos religiosos,  
em especial as Trezenas de Santo Antô-  
nio, a cidade regurgitava de novidades  
e visitantes. Surgiam artistas de varias  
origens e calibres, talentos insuspeitos  
apresentavam-se em busca de um lu-  
gar ao sol ou a lua, pois as noites eram  
e são movimentadíssimas nos junhos  
canudenses. Cantores, atores, músicos,  
pintores, artesãos, enfim, numerosa  
“trupe” a querer brilhar.

Em meio a essas revivências desordenadas me obrigo em abrir parênteses para João Dias de Oliveira, João Guerra, e sua esposa dona Eulina.<sup>10</sup> Ele era um homem de baixa estatura, tipo albino, fala mansa e passo cadenciado, leve, como a pisar em chão coberto por flores frágeis. Cordial com todos que tratava fazia valer o proverbial bem receber dos viventes das caatingas. Conversamos muitas vezes, algumas palestras improvisadas, nascidas da intimidade que se foi forjando com a convivência amiudada pelas nossas frequentes visitas. Na sua casa ampla, onde vivia com seus familiares e recebia seus hóspedes, nos privilegiou com um tratamento paternal, entremeadado de conselhos e ensinamentos, decifrando alguns códigos de acesso ao mundo particularíssimo do sertão.<sup>11</sup> Era figura de inquestionável prestígio e respeitabilidade, íntegro, participante da vida social, cultural e religiosa da sua terra. Vivera alguns anos fora, com

10 Ambos já faleceram. Sr. João nos deixou em 1992 e dona Eulina, se não a memória não me trai, nos primeiros anos década passada.

11 Hotel São João Batista. Nele se hospedou entre outros nomes ilustres, Mário Vargas Llosa.

certeza em Uauá, sempre trabalhando duro para manter a família e educar os filhos. Na "Terra dos Vagalumes"<sup>12</sup> aliançou compadrio com o lendário Coronel Jerônimo Rodrigues, político e patriarca daquelas terras, que batizou seu filho João Carlos. Aposentado do DNOCS, onde trabalhara como *feitor*<sup>13</sup> de cassacos na construção da estrada e, posteriormente, no levantamento da barragem, quando da submersão da Canudos Velha tomou a si o encargo de trazer para Cocorobó o Cruzeiro posto por Antônio Conselheiro e seu povo frente à Igreja de Santo Antônio, aquela reformada pelo Beato Paulo José da Rosa ou Hora?<sup>14</sup> Seus últimos dias foram de resignado sofrimento. Enfermo, prostrado no leito, padeceu sem reclamar. Acalentava a netinha Milena, a quem devotava um

12 Dístico que destaca a cidade de Uauá.

13 A função de feitor correspondia ao que hoje se denomina apontador na construção civil. A nomenclatura, sem dúvida, advém do regime escravocrata.

14 Manuscrito existente no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia - IGHB, de autoria do Beato Paulo José, analisado pelo Prof. José Carlos Pinheiro, produziu no citado pesquisador a dúvida quanto ao sobrenome do acompanhante do Conselheiro, posto que o R e o H sugerem semelhanças caligráficas.



re trabalhando  
nília e educar  
; Vagalumes”<sup>12</sup>  
om o lendário  
rigues, político  
as, que batizou  
posentado do  
a como *feitor*<sup>13</sup>  
ição da estra-  
o levantamen-  
o da submer-  
tomou a si o  
Cocorobó o  
ntônio Con-  
te à Igreja de  
reformada pelo  
sa ou Hora?<sup>14</sup>  
de resignado  
ostrado no lei-  
ar. Acalentava  
devotava um

e Uauá.

ia ao que hoje  
rução civil. A  
n do regime

uto Geográfi-  
le autoria do  
Prof. José Carlos  
quisador a dúvida  
nhante do Con-  
rem semelhanças

amor que se traduzia na interminá-  
vel paciência que o fazia acarinhá-la a  
cada choramingo de menina mimada,  
mesmo quando as forças lhe faltavam.  
Firmo a certeza que se foi em paz.

Dona Eulina era a placidez em  
pessoa. Fotografia da sua juventu-  
de pendurada na parede da sala nos  
mostrava uma cabocla legítima, dona  
de uma beleza genuinamente brasilei-  
ra. Discretíssima, de poucas palavras,  
riso contido, não deixava de exercer a  
sua autoridade de avó e mãe. Senhora  
absoluta da faina doméstica conduzia  
o labor quer para a vida familiar, quer  
para a atividade comercial de forma  
diligente e bem dosada. Arredia nos  
primeiros contatos, pouco a pouco  
modificava os cumprimentos formais  
transformando-os em manifestações  
sinceras de afabilidade. Socorreu-me  
de uma ferroada de caboclo, inseto  
endêmico da região, cobrindo o ferim-  
ento com emplasto contendo alho e  
algumas outras substâncias que agora  
não me ocorre. Livrou-me, disseram-  
-me muitas pessoas, de febre, frio e dor  
de cabeça. Religiosa e portadora de fé  
inquebrantável, a ela se atribui a exor-

cização da residência do Dr. Sandoval,  
Diretor do escritório local do DNOCS,  
que proclamava aos quatro ventos a  
sua condição de ateu sem remissão.  
Ocorre que em um feriado prolongado  
reunido com a família, parentes e al-  
guns convivas, foram subitamente ata-  
cados por visitantes invisíveis, todavia,  
barulhentos e operosos, os quais lhes  
atiravam objetos de variados tamanhos  
e pesos, além de fartas quantidades de  
sal. Assustadíssimos recorreram aos  
mais distintos expedientes parra acal-  
mar os convidados indesejáveis, sendo  
que até o padre esteve no local, mas  
os ataques persistiram. Lembrados  
de dona Eulina, cujos conhecimentos  
de orações poderosas e eficazes era  
já conhecido na comunidade, foi ela  
chamada para enfrentar as tais “almas  
do outro mundo” que azucrinavam os  
dias pacatos do Dr. Sandoval, àquela  
altura confuso e abalado no seu mate-  
rialismo ateu. A matriarca dos Guerra  
mostrou-se a altura da tarefa: foi ao lo-  
cal, executou seus rituais, preferiu suas  
orações e apaziguou os espíritos per-  
turbados que se retiraram envoltos no

mesmo mistério em que chegaram.<sup>15</sup>

Muitos verões posteriores, já vivenciando a solidão da sua viuvez e vitimada pelo Mal de Alzheimer converteu-se com o agravamento da moléstia em uma criança risonha, tomando-me a benção como se fora seu pai. Juntou-se ao esposo com quem conviveu mais de cinquenta anos indo ao seu encontro inocente como nascera.

Dia de feira semanal em Canudos, o que ocorria aos domingos, era acontecimento ruidoso e festivo, como em todas as cidades interioranas. Cores e uma algaravia estridente dos mercadores caracterizavam o ambiente. Assentada na Praça Principal, espaço predileto da cidade, notadamente dos jovens, sua rotina era de estudantes, namorados, desocupados, idosos buscando sol para os ossos ameaçados pela longevidade, bêbados contumazes e insanos de todas as esquesitices. Nos bares de variadas categorias, desde minúsculos cubículos a razoáveis estabelecimentos ouvia-se música tocada em

15 Este fato do qual tinha conhecimento superficial me foi contado em detalhes pela professora Joselina Rabelo, filha de Dona Eulina e do Seu João Guerra.

decibéis elevados, dramáticas e folhéticas letras, embaladas por melodias não menos melancólicas compunham a trilha musical destes ambientes. Bebia-se de tudo e em grande quantidade, de acordo com o poder aquisitivo do freguês. Destaco entre tantos a bodega de *Dr. Santana* que servia beveragens inusitadas e exóticas. O proprietário que nos cultos religiosos adotava aparência e comportamento circunspeto transfigurava-se no exercício da profissão: entrava de corpo e alma na galhofa. Sem “cobrar a consulta”, como fazia questão de ressaltar, oferecia do seu receituário etílico remédios para dor de corno e outros tormentos amorosos e físicos como impotência e males do fígado, estômago, do fiofó (hemorróidas), enfim, toda a farmacopeia extraída da flora catingueira e devidamente baldeada com boa cachaça. Cachaceiros de hábitos diários e também bebedores eventuais constituíam a numerosa e barulhenta freguesia do afamado consultório. Merece menção honrosa o Bar das Megueletes, este se distinguindo pela boa qualidade da música tocada, como também, pela



iticas e folheti-  
por melodias  
s compunham  
mbientes. Be-  
nde quantida-  
der aquisitivo  
e tantos a bo-  
servia bebera-  
as. O proprie-  
giosos adotava  
ento circuns-  
no exercício  
corpo e alma  
r a consulta”,  
essaltar, ofere-  
lico remédios  
ros tormentos  
o impotência  
nago, do fiofó  
da a farmaco-  
ingueira e de-  
boa cachaça.  
liários e tam-  
s constituíam  
freguesia do  
rece menção  
eletos, este se  
qualidade da  
ambém, pela

simpatia das proprietárias, moças gen-  
tilíssimas, estudantes, que sabiam bem  
receber e servir a clientela de gosto  
mais exigente.

Aos loucos de Canudos e eles  
são numerosos perambulando pelas  
ruas, absortos nas suas fantasias e de-  
lirios, dedico especial afeto a Milton  
Doido, a quem conheço desde muito  
jovem, estando hoje chegando inocente  
e insano a meia-idade. Corujinha,  
pedinte sem nenhum juízo, por vezes  
desbocada, deambula sem rumo por  
bares e restaurantes, num esmolar de-  
sesperado. Tem um maluquinho que  
não recobro o nome, de andar apressa-  
do, fala que acompanha o passo e que  
ante a presença de qualquer estranho  
se curva quase genuflexo a pronunciar  
frases desconexas. Não anda, diria que  
faz uma marcha forçada. Episódio re-  
cente, ocorrido há pouco mais de dois  
anos passados, revela a completa incú-  
ria com a saúde mental no município.  
Um adolescente visivelmente surtado,  
de família paupérrima, urrava deses-  
perado num terreno adjunto ao case-  
bre onde vivia sua família, aprisionado  
pelos pés a uma árvore. Os familiares

que necessitavam trabalhar, assim o  
conservavam durante o dia para que  
não fugisse. Como se fora um animal  
perigoso movia-se em círculos entre  
dejetos. As autoridades municipais  
mostravam-se indiferentes e insensí-  
veis ao sofrimento daquele ser huma-  
no que carpia a sua dor desamparado  
e sozinho. Escandalizado juntei-me a  
alguns amigos, pressionamos os gesto-  
res municipais e o rapaz foi removido  
para o Hospital Genaro Rabelo. Não  
sei que fim levou, quando retorno a ci-  
dade não o vejo mais e nem aos seus  
familiares. Outros com certeza vivem  
em condições semelhantes, ou melhor,  
vegetam. E pensar que nos primórdios  
do século XX, o Dr. Juliano Moreira,  
médico e renomado estudioso, a quem  
podemos atribuir a iniciação da mo-  
derna psiquiatria brasileira, já conde-  
nava e combatia os castigos corporais  
e o isolamento dos doentes psiquiátri-  
cos, tendo posto em prática no Hos-  
pital dos Alienados no Rio de Janeiro,  
nosocômio que dirigiu por prolonga-  
dos anos, as suas teorias então revol-  
ucionárias e inovadoras que hoje são  
largamente adotadas, sendo uma delas

o tratamento antimanicomial, assunto atualíssimo na agenda da comunidade médica, familiares e profissionais da área de saúde em todo o país. Li em algum lugar que para os orientais os loucos são seres especiais, iluminados, dotados de uma sensibilidade que lhes faculta uma percepção de mundo diferenciada. Creio nisso sinceramente e carrego no meu “arquivo” mental um adágio que ouvi com frequência de minha avó materna e da minha mãe: “de médico, poeta e louco, todos nós temos um pouco”. O povo sabe o que diz.

Volto-me agora para as Semanas Culturais Canudos evento nascido de uma sugestão, diria quase despreziosa da professora Ana Maria Biriba de Almeida, que nos primórdios da década de 1990 do século passado geria a Pró-Reitoria de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação onde nos enquadrávamos institucionalmente como já expliquei nestas reminiscências. Trabalhávamos Renato Ferraz – autor do projeto -, eu e José Carlos Pinheiro na elaboração

da Cartilha Histórica de Canudos,<sup>16</sup> num processo metodológico que incluía a participação de representantes comunitários com os quais discutíamos passo a passo o texto histórico-gráfico, sendo esses debates precursores da escrita dos capítulos sob a responsabilidade do Professor Renato, que após escrevê-los retornava com as anotações para o aprovo final.<sup>17</sup>

O modesto livrinho pretendia contribuir para o ensino da disciplina História de Canudos exigência da nova Lei Orgânica do Município, o que efetivamente ocorreu, muito embora reconheça no trabalho deficiências que dificultam o seu uso pedagógico, especialmente no texto eivado de vocábulos poucos usuais, quase em desuso. Discutíamos com a professora Ana Biriba o lançamento da Cartilha que deveria vir a público naqueles dias, quando ela sugeriu que fizéssemos o evento

16 FERRAZ, Renato; SANTOS NETO, Manoel Antônio dos; PINHEIRO, José Carlos da Costa. **Cartilha histórica de Canudos**. Salvador: Prefeitura Municipal de Canudos; Universidade do Estado da Bahia, 1991. 66 p. il.

17 Integravam a Comissão as professoras Joselina Rabelo, Laudice Varjão, o professor Eginildo Cardoso dos Santos, a Ir. Deliris Brum, o estudante Moisés Varjão e o vereador José Lucio Rabelo.



Canudos,<sup>16</sup> pedagógico que impresentantes locais discutia-  
texto histórico-  
tes precedes-  
pítulos sob a  
fessor Renato,  
etornava com  
provo final.<sup>17</sup>  
tendia contri-  
disciplina Histó-  
ia da nova Lei  
, o que efeti-  
o embora re-  
eficiências que  
pedagógico, es-  
ivado de vocá-  
tase em desuso.  
fessora Ana Bi-  
Cartilha que de-  
eles dias, quan-  
semos o evento

NETO, Manoel  
Carlos da Costa.  
18. Salvador: Prefeitura-  
iversidade do Estado

professoras Joseli-  
professor Eginaldo  
ris Brum, o estudante  
sé Lucio Rabelo.

em meio a um conjunto de atividades culturais típicas da região. Essa é a gênese de uma programação que perdurou por mais de uma década reunindo acadêmicos, artistas, escritores, pesquisadores, intelectuais, estudantes, professores e, sobretudo, mobilizando e inserindo a comunidade canudense nas sucessivas edições realizadas.

A primeira Semana Cultural de Canudos transcorreu no período de 29 de outubro a 1º de novembro de 1991, tendo a Prefeitura Municipal como parceira, cooperação que se estenderia nas ocasiões seguintes e até o seu ocaso. Cito nomes correndo riscos de omissões, mas menciono José Calasans Brandão da Silva, Oswaldo Gallotti, Adelino Brandão, Clóvis Moura, José Augusto Vaz Sampaio Neto, Alexandre Otten, Marco Antônio Villa, Ângela Gutiérrez, Zorilda Andrade, Luitgarde Barros, Lucia Ludolf, Jolivaldo Freitas, Oleone Coelho Fontes, Eldon Canário Antenor Junior, Evandro Teixeira, Fabio Paes, Gereba Barreto, Marcos Canudos, Oleone, Sergio Guerra, Dionísio Nóbrega Antônio Olavo, Pola Ribeiro, Tripoli Gauden-

zi, Gabriel Arcanjo, Carlos Petrovich, Paulo Dourado, Dody Só, Mirela Misi. José Américo Amorim, Fred Dantas e Orquestra, Banda de Pífanos de Canudos, Gildemar Sena, Enoque Araújo, Enoque Oliveira além de autoridades municipais, estaduais e federais, políticos, visitantes estrangeiros e turistas de todo o Brasil que fizeram das Semanas Culturais eventos marcantes e inesquecíveis, inscritos e presentes até os dias que correm nas recordações de todos aqueles que os vivenciaram. Foram palestras, debates, visitas orientadas ao Parque Estadual de Canudos e ao açude de Cocorobó, dança, música, mostra de cinema, exposições fotográficas e de pinturas, oficinas de arte diversas, enfim, encontros memoráveis que entraram para o calendário turístico e cultural da região.

Sempre exitosas as Semanas ocorreram por mais de uma década, salvo engano, foram treze ou catorze, com maior ou menor brilho em decorrência das dificuldades estruturais e, principalmente, conjunturais, determinantes para que os investimentos financeiros tanto da UNEB quanto

da Prefeitura fossem escasseando. Os custos com passagens, hospedagem, alimentação e traslado dos palestrantes, convidados e funcionários demandavam recursos nem sempre disponíveis nos minguados orçamentos das duas instituições mantenedoras, cujos dispêndios com outras prioridades punham em dificuldade o caixa. Não cremos, contudo, ter sido esta a razão do seu ocaso. Imputamos a uma mudança da política acadêmica na região, enfaticamente no CEEC, que sob uma gestão demasiadamente centralizadora redefiniu os objetivos do Centro na localidade, optando por priorizar a implantação de atividades voltadas para um projeto de desenvolvimento local, que se não prescindia ou não demonstrava prescindir de projeto cultural, relegou-o a plano secundário.

Cuidamos em alguns momentos, de forma sempre circunstancial, de qualificar jovens para a atividade turística, ou melhor, habilitá-los para a profissão de Guia, como também, proprietários de hotéis, pousadas e bares, para capacitá-los no que concerne a receptivo, higiene e demais serviços em

seus estabelecimentos. Convidamos órgãos especializados – Bahiatursa, Secretaria de Saúde etc. – para junto conosco que ministrávamos o conteúdo específico de história local e regional, trabalharmos com uma clientela por tudo heterogênea, distinta em muitos aspectos e por esta razão necessitando de tratamento diferenciado. Fizemos o que esteve ao nosso alcance e sem dúvida demos os passos iniciais para atender uma postulação há muito verbalizada pela comunidade.

Se não viajamos na boleia, da carroceria não escapamos num percurso que nos conduziu do Conde para Esplanada após, eu e Pinheiro, após perdermos o último transporte de linha, um “cacareco” que servia heroicamente naquele trecho de conservação precaríssima, Ali também o Conselheiro pusera suas alpercatas, levava sua palavra de fé e deixara suas marcas como sempre inapagáveis nas recordações do povo, Nem sempre foi assim, porém, na imensa maioria dos casos viajamos sempre em veículos oficiais, grandes ou pequenos, velhos ou seminovos, conduzidos por figu-



Convidamos  
thiatura, Se-  
ara junto co-  
s o conteúdo  
al e regional,  
clientela por  
a em muitos  
necessitando  
ido. Fizemos  
lance e sem  
iniciais para  
há muito ver-  
e.

na boleia, da  
os num per-  
u do Conde  
1 e Pinheiro,  
no transpor-  
o” que servia  
echo de con-  
li também o  
s alpercatas,  
deixara suas  
apagáveis nas  
m sempre foi  
i maioria dos  
em veículos  
enos, velhos  
los por figu-

ras inolvidáveis. O riso vem incontido quando chamo no “arquivo” a figura de Farias, o nosso Fafá. Pequeno, rechonchudo, cabeça grande de nordestino, bigode cheio, olhos claros e de uma inquietude inquietante. Sujeito dedicadíssimo ao seu ofício, cumprida a sua jornada de trabalho entregava-se com não menos rigor as libações noturnas. Bebia, cortejava mulheres, divertia-se como uma sofreguidão de tirar o fôlego. Assistimos, eu Renato Ferraz e Pinheiro, certa noite em Canudos uma performance sua absolutamente impagável. Dançou para um público que ria e aplaudia, como se fora Oscarito nos tempos da Atlântida. Passos improvisados, contorções, piruetas, enfim, repertório digno de um grande e extraordinário palhaço. Depois, exausto, quedou-se e dormiu profundamente. Curiosamente no dia seguinte era tomado de uma melancolia que o tornava monossilábico. Outro personagem era Paulo Matos, ou melhor, Paulo Maconha, como até hoje é chamado nas rodas unebianas, muito embora nunca houvesse feito uso da *cannabis sativa*. Eu o conhecia há mui-

tos anos, pois trabalhara com meu pai no antigo Ceteba, servindo como uma espécie de *boy*, habilitando-se como motorista posteriormente. Baixote e troncado, desconfiado e de uma calma que o deixava eternamente em estado de espera, cumpria suas obrigações, mas descumpria religiosamente todos os horários. Estava constantemente atrasado, sem, contudo, mostrar-se preocupado. Ao contrário, mantinha a pachorra de costume. Motorista cuidadoso dirigia com muita cautela. Figuração. Tipo singular era “Barbudo”, um homem branco, de olhos claros, bigodes fartos e dotado de um mau humor que exteriorizava na cara fechada e no riso avaro, quase inexistente. Fumava como uma caipora, respondia sem muita vontade as perguntas que lhe eram endereçadas, mas apresentava-se sempre impecável no trajar e pontualíssimo nos compromissos. Pessoa rude, de limitada percepção intelectual, evidenciou-se refinado conquistador. Namorou e casou em Canudos. Teve filho. Transferiu-se para Euclides da Cunha, passando a servir no Departamento local. Lá permanece. Aposen-

tou-se com a saúde fragilizada. Presto aqui uma homenagem a Zeca, amigo que desapareceu prematuramente, vítima de infarto violento. Dirigia para o Reitor, mas eventualmente foi conosco ao sertão. Sorridente, brincalhão, extremamente prestativo, torcedor apaixonadíssimo do Vitória, era uma ser humano do bem. Finalizo com Edilson, nosso querido amigo "Gaspar". De baixíssima estatura, entretanto, forte e ágil. Agitado, andava como se estivesse em verdade querendo correr. As *pernas curtíssimas* não constituíam empecilho para seu movimentar de ciclista sem bicicleta. Segurava o volante com as mãos fechadas em concha, presas por invisível aderência a direção. Os braços diminutos não o impediam de manobrar com destreza e segurança o veículo sob a sua responsabilidade. Trabalhava como um mouro enquanto existisse sol, sumindo no horizonte o astro-rei era tomado de uma letargia que prostrava-o, colocando-o de banho tomado, bermudas, alimentado, diante da televisão para assistir contrito o telejornal. Vez em quando dava umas escapulidas nunca bem explica-

das, reaparecendo com suspeito bom humor. Conosco todos eles, alguns aqui não citados aos quais peço desculpas pela omissão, percorreram estradas e veredas, caminhos e atalhos. Ajudaram-nos a vencer os verdes anos hoje tão longínquos. Quando retorno do sertão, idas e vindas de léguas vencidas a cada temporada penso comigo: "viajo porque preciso, volto porque te amo". Poe essa razão esta história tem seguimento, esse ainda não é ponto final. Amoroso das reminiscências, usando a frase poética do mestre José Calasans voltarei ao assunto. Até breve.

#### Resumo

A seca e o sileiro q grande d ções sob João Mig cito bras que asso por Lam deste tra Para tan lógicos a campo. ( possíveis "grandes fito; por forçada; colabora

#### Palavras

Graduaç -Cultural |



# “A Seca de João Miguel”: Aspectos de uma Estratégia de Combate ao Cangaço e à Seca no Sertão Nordestino

Raimundo Marins<sup>1</sup>

## Resumo

A seca e o cangaço são dois, dentre os elementos que compõem a história do nordeste brasileiro que, pelas suas implicações na paisagem e na vida humana daquele local, merecem grande destaque. É nesse contexto que nasce o tema deste trabalho, intitulado “Considerações sobre a *Seca de João Miguel* no contexto da história do nordeste brasileiro”. A “seca de João Miguel” refere-se ao período (1932), no qual o Sr. João Miguel da Silva, oficial do Exército brasileiro, arquitetou uma estratégia, a qual julgou eficaz para acabar com o cangaço que assombrava os sertões nordestinos, especialmente o da Bahia. Naquelas terras assoladas por Lampião, todos tinham sempre um plano seguro para liquidá-lo. Assim, o objetivo geral deste trabalho foi investigar os motivos que levaram a estratégia de João Miguel a fracassar. Para tanto, realizou-se um estudo exploratório e descritivo, cujos procedimentos metodológicos adotados incluem a revisão bibliográfica, pesquisa documental e levantamento de campo. O estudo permitiu concluir que a estratégia de João Miguel fracassou, entre outros possíveis motivos: pelo fato de não ter sido levada em conta a possibilidade do inchaço das “grandes cidades”, na região escolhida para abrigar a população retirada das áreas de conflito; por não ter sido dada aos sertanejos a oportunidade de se prepararem para a retirada forçada; pelo despreparo das forças governamentais; e, pela má vontade dos sertanejos em colaborar com o plano.

**Palavras-chave:** Seca. Cangaço. Estratégia. João Miguel.

<sup>1</sup> Graduado em História pela UniJorge, Pós-graduado em História e Cultura Baiana pela Associação Sócio-Cultural Patí Consultor Associado do Centro de Estudos Euclides da Cunha/UNEB.

## “JOÃO MIGUEL'S DROUGHT”: ASPECTS OF A STRATEGY TO COMBAT CANGAÇO AND DROUGHT IN THE NORTHEASTERN BACKCOUNTRY

### Abstract

The drought and banditry are two, among the elements that make up the history of northeast Brazil, through their implications on the landscape and human life in that place, deserve great attention. In this context, comes the theme of this work, entitled “Considerations for João Miguel Dry in the context of northeastern Brazil history.” “The João Miguel dry” refers to the period (1932), in which João Miguel da Silva, Brazilian army officer, devised a strategy which effectively ruled to end the banditry which haunted the northeastern hinterlands, especially in Bahia. In those lands afflicted by Lampião, when everyone had a safe plan to blow it up. Thus, the overall objective of this study was to investigate the reasons why the Joao Miguel strategy failed. To this end, there was an exploratory and descriptive study, whose methodological procedures adopted include a literature review, archival research and field survey. The study concluded that the João Miguel strategy failed, among other possible reasons: because they have not been taken into account the possibility of swelling of the “big cities” in the region chosen to house the people removed from conflict areas, for not have been given the opportunity to backlanders to prepare for the forced removal, the unpreparedness of the government forces, and the unwillingness of the backlanders to collaborate with the plan.

**Keywords:** Dry. Banditry. Estrategy. João Miguel.

Dentre os elementos que compõem a história do nordeste brasileiro, pelas suas implicações na paisagem e na vida humana daquele local, dois merecem destaque: a seca e o cangaço.

A seca, por se tratar de um fenômeno ainda presente, com o qual a sociedade nordestina convive historicamente há séculos, repercutindo no ambiente natural e no quadro sócio-político, haja vista a necessidade de

se desenvolverem e exercitarem mecanismos de superação e de adaptação da sociedade; o cangaço, por ser um fenômeno multifacetado, que decorreu de causas sociais e econômicas e vinculou-se diretamente às paisagens físicas e culturais de onde brotaram e se desenvolveram, por força, também, das grandes secas que devastaram as precárias economias regionais, contribuindo para definir as especificidades do banditismo nos sertões.

Para  
que assola  
se faz cara  
das as sua  
premissa, é  
rico da reg  
elementos  
mente, da s

Com  
modo de o  
destino co  
este autor q  
tima foi a p  
povoada. Is  
culo XVI e  
base a mo  
car. Os por  
biam da m  
de terra pa  
que surgira  
-de-obra er

“A reg  
do território  
de 1.561.17  
km<sup>2</sup> situam  
(ADENE, 21  
taões brasil

Sendo  
mente de c  
hostil e desj



## COMBAT COUNTRY

history of north-  
that place, de-  
Considerations  
ão Miguel dry”  
officer, devised  
rtheastern hin-  
yone had a safe  
he reasons why  
he reasons why  
scriptive study,  
chival research  
l, among other  
ility of swelling  
nflict areas, for  
ed removal, the  
landers to col-

rcitarem me-  
de adaptação  
, por ser um  
, que decor-  
econômicas e  
às paisagens  
e brotaram e  
rça, também,  
evastaram as  
onais, contri-  
pecificidades  
s.

Para se entender os problemas que assolam determinado local mister se faz caracterizá-lo, estudá-lo em todas as suas nuances. Com base nesta premissa, é imperioso um breve histórico da região nordeste, abordando os elementos que fizeram parte, inicialmente, da sua formação.

Com base em Andrade (1980), o modo de ocupação do território nordestino começou pelo litoral. Conta este autor que a Zona da Mata nordestina foi a primeira área do Brasil a ser povoada. Isso aconteceu ainda no século XVI e o povoamento teve como base a monocultura da cana-de-açúcar. Os portugueses que vinham recebiam da metrópole grandes extensões de terra para serem cultivadas. Foi aí que surgiram os latifúndios, cuja mão-de-obra era de africanos escravizados.

“A região Nordeste ocupa 18,27% do território brasileiro, com uma área de 1.561.177 km<sup>2</sup>. Desse total, 962.299 km<sup>2</sup> situam-se no polígono das secas” (ADENE, 2006, p. 1). Abrange oito Estados brasileiros, dentre eles a Bahia.

Sendo uma região eminentemente de caatinga, sua atmosfera é hostil e desgastante para a progressão

em seu terreno onde a adversidade do clima, em determinadas épocas do ano, atinge 40°C à sombra. Mas é necessário deixar de lado o conceito tradicional de região Nordeste – o de uma região homogênea – para considerar as diferenciações encontradas no seu interior. Assim, qual o conceito de região Nordeste?

Andrade (1980) diz ser o Nordeste uma das regiões mais discutidas, porém menos conhecidas do país. Na realidade, conforme o aspecto abordado, o Nordeste é apontado:

[...] ora como área das secas, que desde a época colonial faz convergir para a região, no momento de crise, as atenções e as verbas dos governos; ora como área dos grandes canaviais, que enriquece a poucos em detrimento da maioria da população; ora como área essencialmente subdesenvolvida, devido à baixa renda per capita dos seus habitantes (ANDRADE, 1980, p. 9).

Conforme Garcia (1985, p. 7), o Nordeste é, com frequência, caracterizado como “uma região de extrema miséria sujeita a secas periódicas que dizimam os rebanhos e frustram la-

vouras, provocando o êxodo e a morte por fome e sede”. Castro (1994, p. 158), por sua vez, conceitua a região a partir da perspectiva do “regionalismo nordestino”, que consolidou a existência e as aparições desta “região” e de seus atributos.

Muitos políticos insistem em centrar o seu discurso na visão de uma região Nordeste homogênea, ou seja: com predomínio da pobreza, descapitalizada e controlada pelo centro-sul. Por isso, autores como Oliveira (1985) tratam o conceito de região Nordeste dentro do enfoque da economia política. Com isso, mostra que o próprio conceito de região Nordeste tem sofrido mudanças importantes no curso da história econômica e social da região. Segundo ele, dado que o sistema capitalista de produção baseia-se no desenvolvimento combinado e desigual, a região Nordeste vem se fragmentando devido às mudanças econômicas, políticas e culturais em cada localidade, produzindo uma regionalização e a criação de vários “Nordestes”.

Nesse contexto situa-se o foco deste estudo: a região do sertão (ou

caatinga), divisa com os Estados de Pernambuco, Alagoas, Piauí e Sergipe (BAHIA, 1985, p. 23). A Caatinga é um dos sete biomas brasileiros (Figura 1) que guarda, tanto quanto todos os outros, especial importância, tendo em vista representar clima, solo e vegetação típicos, o que pode determinar a frequência da ocorrência de determinados tipos de fenômenos, tais como as secas.

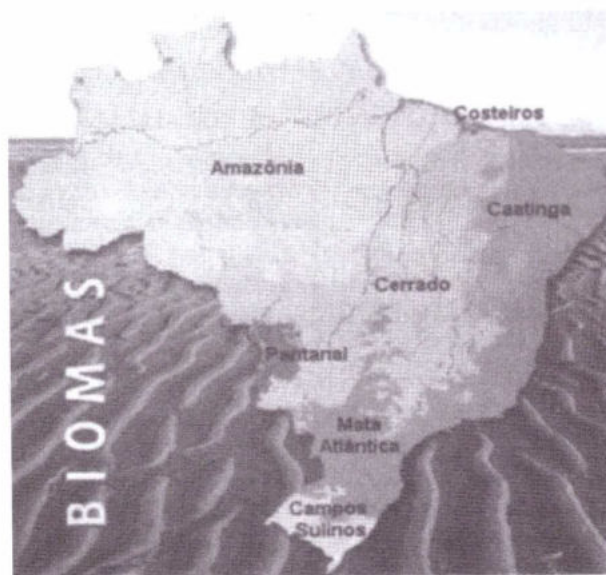
Segundo Andrade (1980), o povoamento do Sertão foi realizado no século XVII com base na criação de gado e da agricultura de subsistência, também formando grandes latifúndios. Com o passar do tempo foram surgindo os minifúndios, pequenos imóveis rurais onde era praticada a citada agricultura. Hoje, a maior parte da população rural do Nordeste vive em minifúndios.

A caatinga, segundo Mendes (2007, p. 17), se configura na cobertura vegetal da região semi-árida do Nordeste brasileiro, denominada sertão, sendo um tipo singular de vegetação xerófila tropical, somente encontrada nesta Região (Figura 2).



os Estados de  
iauí e Sergipe  
A Caatinga é  
sileiros (Figu-  
quanto todos  
rtância, tendo  
a, solo e vege-  
e determinar a  
a de determi-  
os, tais como

(1980), o po-  
i realizado no  
na criação de  
e subsistência,  
des latifúndios.  
oram surgindo  
os imóveis ru-  
citada agricul-  
e da população  
n minifúndios.  
ando Mendes  
ra na cobertura  
árida do Nor-  
ninada sertão,  
r de vegetação  
nte encontrada



**Figura 1** – Distribuição dos biomas brasileiros

Fonte: Ibama, 2006.



**Figura 2** – Região de caatinga

Fonte: Viva Brazil, 2011.

O termo “caatinga”, em Tupi-guarani, quer dizer “mata rala” ou “mata cinzenta” ou “mata clara”. Constitui-se de uma “vegetação tortuosa, espinhenta, de folhas pequenas e caducas”, e por “arbustos e árvores de pequeno porte” (MENDES, 2007, p. 17).

A Caatinga é, assim, uma extensa região do Nordeste brasileiro, que ocupa mais de 70% (setenta por cento) de sua área (11% do território brasileiro). Na Bahia, a caatinga compreende 258 (duzentos e cinquenta e oito) municípios, distribuídos em uma área de 388.274 km<sup>2</sup> (trezentos e oitenta e oito mil, duzentos e setenta e quatro), segundo o *site* do Centro de Recursos Ambientais (CRA, 2004).

Região semiárida de baixa nebulosidade e elevada insolação (média, em setembro, oito a nove horas diárias), com irregular distribuição pluviométrica no tempo (EMBRAPA, 1996); sujeita a calamitosas estiagens e sem rios perenes, reflete, no seu revestimento florístico e, no homem, as condições ambientes, agravadas por um solo, em geral rijo e adelgado. Praticamente, não possui estações e,

sim, dois períodos, os únicos sentidos, social e economicamente: o “verde”, ou inverno, que varia entre três a seis meses, e o “seco” ou verão, entre sete e, periodicamente, até vinte meses.

Dentro deste panorama climático, a área de caatinga é xeromorfa, ou seja, grande número de cactáceas, que apresentam espinhos no lugar de folhas e que armazenam água no caule. A caatinga apresenta as variações de: caatinga rala, caatinga média e caatinga fechada, caracterizada pela grande densidade da vegetação, onde se apresentam algumas dificuldades de circulação noturna e até diurna. No inverno, a região de árvores e arbustos raquíticos, cheias de espinhos, tem um aspecto triste e desolador, como o descrito pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 1996, p. 107):

Quando chega o mês de agosto, parece que a natureza morreu. Não se vêem nuvens no céu, a umidade do ar é mínima, a água chega a evaporar 7 mm por dia e a temperatura do solo pode atingir 60° C. As folhas da maioria das árvores já caíram e assim, o



ínicos sentidos, te: o “verde”, ou e três a seis me- entre sete e, pe- meses.

norama climá- a é xeromorfa, o de cactáceas, lhos no lugar enam água no senta as varia- caatinga média aacterizada pela egetação, onde s dificuldades até diurna. No vres e arbus- espinhos, tem solador, como a Brasileira de (EMBRAPA,

mês de agosto, tureza morreu. vens no céu, a mínima, a água 7 mm por dia e solo pode atin- has da maioria iram e assim, o

gado e os animais nativos, como a ema, o preá, o mocó e o camaleão, começam a emagrecer. As únicas cores vivas estão nas flores douradas do cajueiro, nos cactus e juazeiros. A maioria dos rios pára de correr e as lagoas começam a secar.

Em virtude do exposto há muito tempo e em número elevado vem ocorrendo à saída de nordestinos de sua região, sendo o sertão a principal área de emigração, pois, quando não vêm as chuvas de dezembro, muitos sertanejos abandonam suas terras e dirigem-se para o litoral. A seca é, assim, apontada como o maior fator de evasão.

O fenômeno das secas tem seus primeiros registros nos primórdios do processo de reconhecimento e ocupação do território brasileiro, no século XVI, quando as primeiras expedições foram “empreendidas pelo interior em busca de ouro e pedras preciosas” (BAHIA, 1985, p. 23). Instalada a atividade açucareira no Recôncavo baiano e litoral pernambucano, as referências à seca vão adquirindo nova consistência. Em 1583 já se registram efeitos tais como a falta de água para a moagem de cana,

dificuldades nas plantações de cana-de-açúcar e mandioca, e a fome assolando os engenhos. Segundo o relato do Jesuíta Cardin, que percorreu a Bahia e Pernambuco no período,

[...] no ano de 1583 houve tão grande seca e esterilidade nesta província [...] que os engenhos d'água não moeram muito tempo. As plantações de cana e de mandioca secaram [...]. Dos sertões de Pernambuco desceram de quatro a cinco mil índios apertados pela fome [...] (CARDIN *apud* ALVES, 1982, p. 225).

Na mesma fonte lê-se sobre a existência de outros registros de seca na Bahia no ano de 1592 e, no século XVII, nos anos de 1652, 1690 e 1692, porém sem maiores detalhes sobre seus efeitos, apenas mencionando a desarticulação de populações indígenas. Também há registros de ocorrência de secas na Bahia na primeira metade do século XVIII e na segunda, esta se estendendo da Bahia até o Piauí (GUERRA, 1980).

As primeiras providências da Coroa marcam o início de um intrincado jogo protagonizado pelo poder dominante através dos séculos, jogo

esse que antagonizou a sociedade residente no sertão com os representantes desse mesmo poder, a primeira sempre em desvantagem na medida em que sua luta quase nunca encontrará eco no segundo.

Estudiosos como Calmon (1978) chamam a atenção para períodos de secas notórios em 1819, 1823/1824, 1843/1845, 1915/1919, que, de tão agudas que foram, deixaram saldos dramáticos.

Já sob a égide republicana, sob os auspícios da República Velha, mais precisamente em 1909, surgiu a Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS), modificada em 1919 para Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS). Com isso, o poder federal almejava uma estratégia mais organizada no intuito de enfrentar os problemas cada vez mais desafiadores das estiagens (BAHIA, 1985, p. 29).

O período de 1930-1934 foi marcado por uma seca de efeitos calamitosos. Conforme relata Villa (2001, p. 143), “no segundo semestre de 1931, surgiram nos jornais do Rio de Janeiro

e de São Paulo diversas notícias dando conta de que estava ocorrendo no Nordeste uma nova seca.” Essas notícias levaram vários interventores das regiões Sul e Sudeste a enviar alimentos para os flagelados. No período retromencionado, várias cidades nordestinas perderam quase totalmente o seu movimento, causando a impressão de terem se tornado “desertos sonolentos” (VILLA, 2001). Conta, ainda, este autor que nas fazendas o quadro era desolador:

O gado, para falar na língua corrente, só tem o couro sobre os ossos. A perda diária é assustadora. Dezenas de reses são levantadas sobre ‘forquilhas’ sendo esse um dos trabalhos mais penosos. Muitos bois [...] não vão mais às cacimbas distantes. Ficam no curral, estirados, aguardando a morte inevitável, para que seja aproveitado o couro. Na estação de Orós, 300 flagelados assaltaram um trem retirando dezenas de fardos de charque, enquanto em Inhamuns [...] crianças raquíticas, com faces descoradas, os ventres dilatados e as pernas deformadas pelas inchações, choravam de fome e sede e recusavam caminhar (VILLA, 2001, p. 144).



notícias dando  
rendo no Nor-  
sas notícias le-  
res das regiões  
mentos para os  
stromencion-  
estinas perde-  
seu movimen-  
o de terem se  
ntos” (VILLA,  
autor que nas  
solador:

na língua cor-  
iro sobre os os-  
a é assustadora.  
são levantadas  
sendo esse um  
nais penosos.  
não vão mais  
ntes. Ficam no  
aguardando a  
para que seja  
ro. Na estação  
elados assalta-  
rando dezenas  
que, enquanto  
] crianças ra-  
s descoradas,  
os e as pernas  
s inchações,  
e sede e recu-  
VILLA, 2001,

Ainda segundo Villa (2001), a situação se prolonga e, em fevereiro de 1932, a situação já era de calamidade pública em diversos Estados nordestinos, inclusive na Bahia. Pelas estradas, milhares de retirantes iam deixando cadáveres. O calor chegava a 38 graus na sombra.

Andrade (1980) descreve o sertanejo como um homem simples, respeitoso, que cultua valores esquecidos pelo homem civilizado da cidade. É, ainda, solícito, corajoso e hospitaleiro, com elevado sentimento de honra, principalmente quando envolve a família; crê nas pessoas, porém, é rancoroso quando ofendido. Para o autor, essa pessoa rústica resistente à fadiga é de grande valia, visto que é conhecedor profundo do ambiente natural da caatinga. Conhece trilhas, pegadas, carreiros, formas de sobrevivência, a fauna e flora, como também toda a medicina natural buscada na vegetação. Vem daí a célebre frase de Euclides da Cunha (2001, p. 207), para quem “o sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral”.

Ao completar a esparsa ocupação daquele meio hostil, através das barrancas do Rio São Francisco, com semblante sofrido, mas, com estrutura rígida e coragem indômita, formou-se, como indica Ribeiro (1999), uma personalidade singular com os seguintes traços e características: simplicidade; respeito às autoridades; elevado sentimento de honra (se agrava quando envolve família); credulidade; solicitude, rancor (quando ofendido); rusticidade; resistência à fadiga; coragem; tendência ao fanatismo; hospitalidade; cuidados no trato com a população sertaneja; atitudes firmes; não demonstra fraqueza.

Vale mencionar que é notória, já no Brasil da época da República Velha, a atuação do “coronel”, o senhor feudal do campo nordestino, que tão bem se aproveitou da seca e suas consequências, no sentido de estender os laços da sua parentela, de sorte a multiplicar a influência de seu estilo (BAHIA, 1985).

Outro aspecto fundamental ao entendimento do objeto de estudo deste trabalho, como subproduto do quadro gerado pela seca, é o incremento da criminalidade nas áreas atingidas.

Com a real escassez de atividades profissionais, fruto de uma sociedade multiplamente manietada, o homem sertanejo encontrava no campo formal produtivo, raras opções de sobrevivência. Isso remete aos jagunços e cangaceiros, ambos originados do mesmo tecido social, tendo percorrido caminhos idênticos na mesma sociedade, e sofrido as mesmas agruras impostas pelas condições adversas, diferenciando-se apenas porque: enquanto o jagunço fornecia seus préstimos aos donos do poder, trazendo com isso uma discutida legitimidade aos seus atos, o cangaceiro transpunha o marco legal estabelecido, transformando-se em criminoso autêntico. Foi assim que, aproveitando-se da desestruturação dos poderes constituídos no território sertanejo e da precariedade dos serviços oferecidos por estes, que os cangaceiros se organizaram em bandos cada vez mais numerosos, aumentando de forma progressiva seu raio de ação (BAHIA, 1985).

O termo “cangaço”, segundo Queiroz (1977), aparentemente, teria sido utilizado pela primeira vez com

o sentido atual já nas décadas de 1830 e 1840, pela população do sertão nordestino, de acordo com alguns estudiosos, ao passo que, segundo outros, essa designação era usada da forma corrente desde o século XVIII, ainda que a “função dos cangaceiros”, na época contratados pelos colonizadores, fosse a de perseguir índios. Cascudo (1999) teria localizado o primeiro emprego desse termo em dicionários em 1872, significando “uma reunião de objetos menores e confusos, utensílios das famílias humildes, mobília de pobre e escravo”. Acredita-se que a definição que mais se aproxima do que se entende hoje por “cangaço”, é o registro de Henrique de Beaurepaire Rohan, em seu “Dicionário de vocábulos brasileiros” (publicado no Rio de Janeiro pela Imprensa Nacional, em 1889), que indica o “conjunto de armas que costumam conduzir os valentões” (CASCU-DO, 1999, p. 211).

Independente da sua definição, o simbolismo do cangaço é algo que permeia a história, a cultura, a arte e a música do nordestino. Distanciado no tempo, este é explorado, atualmente,



décadas de 1830  
o do sertão nor-  
om alguns estu-  
segundo outros,  
usada da forma  
ulo XVIII, ain-  
cangaceiros”, na  
los colonizado-  
r índios. Cascu-  
ado o primeiro  
em dicionários  
“uma reunião  
onfusos, uten-  
nildes, mobília  
redita-se que a  
roxima do que  
zaço”, é o regis-  
repaire Rohan,  
ocábulos bra-  
lio de Janeiro  
em 1889), que  
ias que costu-  
es” (CASCU-

ua definição,  
o é algo que  
ra, a arte e a  
stanciado no  
atualmente,

pelo capitalismo que usa seus símbolos em artigos de compra e venda, “mas é negado ideologicamente como movimento social” (BEZERRA, 2009, p. 15).

Não se pode afirmar aqui, que os cangaceiros tivessem realmente a consciência de que sua revolta remontasse às causas sociais. Não percebiam a si mesmos como atores sociais. No entanto, ao se revoltarem contra um estado de injustiça, tornaram-se atores no imaginário nordestino. Nesse aspecto, o cangaço se encaixa na teoria do banditismo social de Hobsbawm (1975). Para este autor, os “bandidos sociais” permaneceriam dentro da sociedade camponesa e seriam admirados e respeitados pela população pobre, que os consideraria heróis, vingadores, justiceiros e até líderes de sua libertação, desse modo oferecendo-lhes seu apoio. Seriam vistos como símbolos do protesto social, já que lutavam contra os inimigos de classe dos camponeses: o Estado e os “senhores”, ou seja, os potentados rurais. As condições para o surgimento desse tipo de banditismo seriam a pauperização, as crises econômicas, as conquistas ou a ruptura do sistema administrativo.

Nessa perspectiva, Pericás (2010) julga válido tentar explicar o surgimento do cangaceirismo a partir da estrutura econômica nacional e da estrutura agrária regional existente na época. Afinal, a forma como as terras eram apropriadas, a própria produção agropastoril, a interdependência entre sertanejos e fazendeiros e a presença de agregados e jagunços nas propriedades rurais regidas por parentelas, compadrios e disputas familiares foram elementos importantes para as relações clientelistas que possibilitaram o desenvolvimento do “coronelismo”, assim como também foram fatores que criaram o ambiente propício para aquele tipo muito específico de banditismo rural. Daí, pode-se inferir que dos milhares de brasileiros da época que viviam no campo, somente um pequeno percentual era de agricultores que trabalhavam em suas propriedades e milhões de trabalhadores rurais não possuíam terras próprias.

Diante desse quadro, não é de se estranhar que houvesse rivalidades entre famílias e disputas por terras ou, mesmo, por motivos fúteis. Conforme

Pericás (2010, p. 28-29), aqueles que se sentiam prejudicados por um determinado elemento reuniam aliados, muitas vezes ex-jagunços e guarda-costas de coronéis que, desgarrados de seus patrões, tornavam-se “bandoleiros independentes”.

Mas, em geral, eram os próprios membros das famílias proeminentes do sertão (como os filhos mais velhos, por exemplo), que se encarregavam de levar a cabo a vingança familiar. E eram vários desses mesmos indivíduos que se tornavam as principais lideranças do cangaço moderno, como Virgulino Ferreira da Silva, o “Lampião”.

A história de Virgulino Ferreira começa como várias outras no Sertão daqueles tempos: um desentendimento que poderia ter sido contornado pelas autoridades, que estavam acostumadas à omissão. Seu reinado de vários anos projetou Virgulino até no exterior. Sua saga, com uma demonstração de sagacidade e astúcia, chamou a atenção da imprensa, nos jornais locais, nacionais e internacionais. O cangaço tomou uma dimensão nunca alcançada antes dele. Como gostava de se sentir impor-

tante, repetia sempre para os circunstantes, com arrogância e convicção, que o Governo mandava na Capital, mas ele é que era o Governador do Sertão. A verdade é que Lampião possuía marcante personalidade de chefe, cuja autoridade muitas vezes pôs à prova nos duros embates com que enfrentou as volantes das diversas polícias que o perseguiram. Costumava surpreender as forças causando-lhes sérios prejuízos, para o que contava sempre com o auxílio dos coiteiros profissionais ou amadores. Vale mencionar aqui o que, nesse sentido, relatou o Capitão Chevalier ao Ministro de Justiça, em 18 de março de 1931:

Lampião é bastante protegido por grande número de coronéis e políticos, que por este meio amedrontam os seus adversários, ao mesmo tempo em que evitam as depredações. Outros, forçados pela falta de garantias dos governos locais, fazem-se seus cúmplices involuntariamente, aguardando, entretanto, ocasião oportuna para agir contra eles. [...] Infelizmente, posso adiantar [...] ter Lampião algumas vezes fornecido dinheiro aos seus próprios perseguidores [...]. Essa proteção é



para os circuns-  
ta e convicção,  
lava na Capital,  
vernador do Ser-  
Lampião possuía  
de de chefe, cuja  
zes pôs à prova  
m que enfrentou  
as polícias que o  
ava surpreender  
es sérios prejuí-  
ra sempre com o  
profissionais ou  
onar aqui o que,  
o Capitão Che-  
ustiça, em 18 de

istante protegido  
úmero de coros-  
cos, que por este  
itam os seus ad-  
mesmo tempo  
as depredações.  
los pela falta de  
governos locais,  
cúmplices invo-  
aguardando, en-  
io oportuna para  
s. [...] Infelizmen-  
ntar [...] ter Lam-  
vezes fornecido  
eus próprios per-  
. Essa proteção é

sem dúvida alguma o principal  
fator das vitórias de Lampião e  
seus comparsas (*apud* BONFIM,  
2007, p. 93).

Foi esse, entre outros motivos,  
que transformou Lampião numa len-  
da, que cresceu ao longo dos anos  
junto com a admiração de muitos ser-  
tanejos que, provavelmente, nunca ti-  
veram contato com ele, pois acredita-  
-se que muitos dos que o conheceram  
pessoalmente deviam ter uma opinião  
diferente.

Os atos de Lampião, além de lhe  
dar grande destaque nos cenários na-  
cional e internacional, imprimiram re-  
percussões nos âmbitos sociopolítico e  
cultural à década de 1930, notadamente  
no período que vai dos 1930 a 1932. Tal  
popularidade acabou por mobilizar a  
sociedade da época, que passou a pres-  
sionar o Poder Público em virtude do  
pavor que tal fenômeno lhe despertava  
(BONFIM, 2007). Mas importa dizer  
que também existia pavor com relação  
aos homens das volantes, que não ra-  
ras vezes praticavam roubos e estupros  
contra a população indefesa (PERI-  
CÁS, 2010).

Os fatos ligados ao cangaço,  
ocorridos nas comunidades rurais,  
atraíram os olhares da sociedade brasi-  
leira para as diferenças de classe, para  
as consequências da má distribuição  
de renda, do desemprego, entre outros  
problemas sociais, que tornaram-se as-  
pectos fundamentais para o surgimen-  
to de tal fenômeno; pois, “é intrínseca  
a ligação entre indivíduos e realidades  
sociais em que os atores estão em cons-  
tante troca” (BEZERRA, 2009, p. 23).

Ferreira e Amaury (1999) obser-  
varam que a população menos favoreci-  
da viu no movimento do cangaço uma  
forma de chamar a atenção da sociedade  
para o que estava acontecendo com o  
povo nordestino. O fato é que os estu-  
dos ligados ao cangaço evidenciaram o  
comportamento da elite dominante da  
época, nos sertões, e a conseqüente ex-  
clusão a que a população nordestina foi  
submetida ao longo do tempo.

Quanto às repercussões políti-  
cas, em sua análise sobre o cangaço,  
Raboni (2008) concluiu que depois da  
Revolução getulista de 1930 a perse-  
guição ao cangaço se intensificou, ha-

vendo mudanças nas formas de garantir os interesses. Observou este autor:

Via de regra, também mudam-se as elites dominantes no país. O fim da 'política dos governadores' mostra como novas relações de poder político são instauradas. A perseguição aos grupos políticos de esquerda também tem sua vertente na perseguição aos cangaceiros – pretensos justiceiros que ampliariam o poder do povo sofrido, usurpando-o das elites. Sendo também uma ameaça ao Estado (em muitos casos pelas próprias alianças com chefes locais), deveriam ser exterminados (RABONI, 2008, p. 1).

Do enfoque macro-social dado pelo supracitado autor ao período posterior à Revolução de 1930, pode-se inferir que ele se caracterizou pela propensão ao fortalecimento estatal, coincidente com o remanejamento da oligarquia e a exclusão dos camponeses, o crescimento das classes médias e a consolidação da burguesia. Nesse panorama, com a Revolução de 1930, as classes dominantes baianas viram-se alijadas do bloco de poder nacional e ameaçadas em seus interesses políticos. Essa situação teria sido superada na in-

tendência de Juracy Magalhães, Tenente do Exército, que promoveu um novo ajuste das forças políticas, reforçando os vínculos da estrutura de poder nos níveis federal, estadual e municipal (BAHIA, 1985).

A nomeação de interventores (governadores nomeados pelo governo federal) nos estados refletiu o “anseio por um Estado forte e eficaz no combate ao banditismo social e ao domínio local por chefetes e coronéis” (RABONI, 2008, p. 1). Mas este autor enfatiza que tal anseio “[...] foi uma máscara que escondia por trás de si um rosto [...] antidemocrático [...]”.

De fato, existe farta documentação, que demonstra a aliança firmada entre Juracy Magalhães e os coronéis do interior baiano que passaram a ter reconhecido o seu poder. Consta que em 1933, escrevendo a Getúlio Vargas, Juracy Magalhães afirmou: “Fiz aparecer a gente que tem prestígio real (os coronéis)” (BAHIA, 1985, p. 31).

Nesse novo contexto político, os interesses dos coronéis do interior, sustentados por uma base econômica di-



galhães, Tenen-  
ouve um novo  
s, reforçando os  
poder nos ní-  
municipal (BA-  
erventores (go-  
lo governo fe-  
o “anseio por  
no combate ao  
nínio local por  
3ONI, 2008, p.  
que tal anseio  
e escondia por  
tidemocrático

a documenta-  
ança firmada  
e os coronéis  
assaram a ter  
e. Consta que  
etúlio Vargas,  
u: “Fiz apare-  
stígio real (os  
5, p. 31).

cto político, os  
lo interior, sus-  
econômica di-

versificada (agropecuária e comércio),  
passaram a merecer atenção especial.  
Uma forma de atender a esses interes-  
ses, senão a principal, foi o carreamen-  
to de benefícios financeiros por meio  
de medidas estratégicas de combate às  
secas e às atividades do cangaço, como  
bem demonstra Barros (2007, p. 137),  
sobre estas últimas, ao relatar:

Depois do movimento de Trin-  
ta, enquanto os governos do  
Sudeste conseguem subsídios  
para os seus principais produtos  
econômicos, como o acordo do  
café, e investem em pesquisas,  
como São Paulo desenvolvendo  
pesquisa sobre fibra de algodão  
no Instituto de Pesquisa Tecnoló-  
gica, os governantes do Nordeste  
queimam trunfos políticos para  
pedirem dinheiro ao governo cen-  
tral a fim de combater cangaceiro.  
Só a Bahia recebeu 4000.000\$000  
para eliminar o cangaço, sem que  
qualquer prejudicado recebesse  
ressarcimento dos prejuízos, as  
volantes tivessem aumento de sol-  
do, melhoria de transporte etc.

Nota-se, portanto, que as polí-  
ticas adotadas pelo estado brasileiro  
a partir de 1930 revelaram-se tenden-  
tes à centralização e ao autoritarismo.  
Ademais, para conquistar condições

de governabilidade, os interventores  
tinham que encontrar uma maneira de  
racionalizar politicamente um modelo  
administrativo que incorporasse tanto  
o espírito da revolução como os an-  
seios dos coronéis.

Isso foi feito por Juracy Maga-  
lhães, que costurou uma rede de do-  
minação política que tanto continha  
elementos modernizadores, como ele-  
mentos conservadores, dando lugar ao  
juracisismo na política baiana. Foi a par-  
tir de então, que as ações de combate ao  
cangaço tornaram-se eficientes.

Considerando-se que o cangaço  
é um fenômeno muito antigo, que du-  
rou por um período que foi de 1870 a  
1940, e que as campanhas com o fim  
de extingui-lo foram muitas, partindo  
dos diversos estados nordestinos por  
ele afetados, este trabalho se limita a  
analisar o período a partir de 1926,  
até 1938, marcado pelo Convênio<sup>2</sup>  
celebrado entre os Estados da Bahia,

<sup>2</sup> O acordo foi proposto pelo Governador da  
Bahia Francisco Marques de Góes Calmon, como  
medida preventiva contra a penetração do bando  
de Lampião em território baiano. O convênio foi  
formalizado pelo decreto nº 4.241, de 21 de janeiro  
de 1926 (BORGES *et al.*, 1975).

Alagoas, Pernambuco e Sergipe e pelo término do “reinado” de Lampião nas terras do Estado da Bahia. Não obstante, vale mencionar que o cangaço só terminou, de fato, no ano de 1940, com a morte de Corisco.

Cabe informar que as estratégias às quais este trabalho se refere foram traçadas pelos governos estaduais, pois, segundo Castro (2008), o descaso do governo federal pelo cangaço foi sempre o mesmo manifestado pelo semiárido de um modo geral.

De acordo com Castro (2008, p. 41), o ano de 1926 foi um período marcado por “agitações provocadas pelas competições políticas-partidárias”, no qual se avolumaram as tropelias e desmandos, pela complexidade de forma, com prática de crimes, especialmente no interior do Nordeste, estendendo-se pelos municípios de Santo Antônio de Glória, Curaçá e Chorrochó.

Como medida acautelatória das diligências a serem efetuadas, houve por bem o governo do Estado da Bahia fazer convênio com os Estados de Alagoas, Pernambuco e Sergipe, a fim de resguardar da incursão de bando-

leiros, uma enorme faixa das fronteiras (CASTRO, 2008).

Com base em Borges *et al.* (1975, p. 139), com esse Convênio, esperava-se “dar maior mobilidade às forças policiais dos Estados celebrantes no combate ao cangaceirismo, uma vez que, conforme as medidas estabelecidas, esses estados se comprometiam a um apoio mútuo e a atuarem conjuntamente e com livre trânsito” entre os limites estaduais, na perseguição aos bandos criminosos.

O acordo firmado pelos quatro referidos Estados pareceu surtir efeito. As investidas policiais durante o ano de 1927 intensificaram-se e quase dizimaram os bandos cangaceiros, fazendo com que suas atividades cessassem por algum tempo, dando à Polícia a ilusão de que a tranquilidade dos sertões havia sido alcançada. Talvez por isso, Lampião e seu bando conseguiram burlar o forte policiamento estabelecido nas fronteiras e penetrou na Bahia sem maiores dificuldades, aparecendo pela primeira vez neste Estado em agosto de 1928, “na localidade de Canché, perto de Canudos” (GÓIS, 1966 *apud* BORGES *et al.*, 1975, p. 140). Com as noti-



ca das fronteiras

Borges *et al.* (1975,

início, esperava-se

as forças policiais

no combate ao

que, conforme

esses estados

o apoio mútuo

ante e com livre

as estaduais, na

criminosos.

o pelos quatro

ou surtir efeito.

durante o ano

de e quase dizi-

aceiros, fazen-

des cessassem

lo à Polícia a

idade dos ser-

la. Talvez por

o conseguiram

o estabelecido

na Bahia sem

recendo pela

em agosto de

Sanché, perto

5 *apud* BOR-

Com as notí-

cias sobre esse acontecimento, a Polícia percebeu que a estratégia do convênio havia falhado e deslocou suas forças em seu encalço, passando a enfrentar uma das missões mais árduas da sua história durante quase 10 anos.

Refletindo a utilização dessas estratégias e os resultados até então apresentados, não seria exagero afirmar que o relacionamento de Lampião com os sertanejos, apesar de tudo, poderia ser considerado razoável. Seguramente, este relacionamento contribuiu para a sua sobrevivência de cangaceiro durante mais de duas décadas.

O banditismo, então, continuou crescendo, e o Governo da Bahia, representado por Vital Soares, invocando os termos do Convênio formado com os Estados vizinhos, propôs a “organização de um destacamento único, constituído por frações das forças policiais dos quatro estados interessados na campanha, sem subordinação, porém, de qualquer natureza, aos Comandantes das polícias das quais provieram” (BORGES *et al.*, 1975, p. 142).

Todavia, a despeito do grande número de praças e da frequência com

que eram enviados à região, o combate ao banditismo, realizado assistematicamente, sem qualquer estratégia global de ação, não poderia alcançar maiores êxitos, e ao contrário, essa atuação descontinua no tempo e no espaço, oferecia ao bando oportunidades de reorganização e expansão, enquanto importava em continuados sacrifícios de vidas dos integrantes das forças de repressão.

Nesse ponto, faz-se uma breve digressão sobre o cenário da época em comento. O ano de 1932, particularmente, encontra o Nordeste enredado em mais um período de seca aguda (BAHIA, 1985). Desgraçadamente, os estados nordestinos viram ressurgir o fenômeno climático que, de forma inclemente, castigava os residentes daquelas desafortunadas paisagens. Como um fantasma redivivo, a seca trouxe todos os dramáticos elementos das edições anteriores, que só faziam, conforme a intensidade da estiagem, diminuir ou aumentar seus efeitos.

Na esteira dos mencionados acontecimentos reapareceram também a fome, as doenças, as mortes, enfim, a miséria em larga escala, ingredientes já

conhecidos pelos que conviviam com a recorrente assombração. Aliado a isso, conviviam, também, com os paliativos adotados pelos representantes do poder: as frentes de trabalho; os donativos; o assistencialismo.

Dadas às circunstâncias, a população poderia se considerar satisfeita com a adição dessas políticas, uma vez que em inúmeras oportunidades nelas se apresentavam, agravando imensamente o sofrimento, se é que isso fosse possível. O que se imaginar, então, a partir do quadro até aqui descrito, da conjunção da seca impiedosa, dificultando, quando não impossibilitando, o assentamento regular do lavrador e do criador sertanejo, e do cangaço aterrozante, alimentado pela indolência e/ou conveniência de alguns segmentos políticos?

Pois bem: foi nesse contexto que surgiu a ideia de um programa, considerado por Prata (1983, p. 123) como “um cômico adorável” ou “um ridículo sem qualificativo” e por Fontes (2001, p. 296) como “desastroso, estapafúrdio, infeliz”, de autoria do oficial da

polícia com patente de Capitão, João Miguel da Silva.

O Capitão João Miguel era um militar do Exército, comissionado para servir na Força Pública da Bahia. Isso pode demonstrar que ele veio afinado com a política de seu chefe, Juracy Magalhães, com uma visão de fora para dentro, em que pese o fato de já haver servido em outro Estado do Nordeste, no caso a Paraíba. Como ressalta Bonfim (2007, p. 116):

Com a sua longa prática, pois que organizara e executara na Paraíba um magnífico serviço de rádio, o Capitão João Miguel montou as estações de Santo Antônio da Glória, Serra Negra, feira do Pão, Santa Brígida, os quais começaram a funcionar em outubro de 1931, com o maior êxito.

Tendo-o conhecido como amigo do seu pai, o Professor Dr. Lamartine de Andrade Lima, em e-mail enviado ao escritor e pesquisador Sr. Luiz Eduardo Carvalho Dórea, datado de 17/06/2010, assim o descreveu:

*Conheci o [...], Capitão João Miguel da Silva, no ano de 1958, na Cidade de Se-*

*nhor do Bon  
versamos m  
ãiana, bran  
maquela cal  
calvície pro  
larga, olhos  
ca, orelhas g*

*Ele era nasc  
fina alistado  
cente e, logo  
designado p  
ão General S  
Guerra do C  
lutismo de j  
entre as ara  
ão Beato João*

*Depois de ha  
ção de 1930 e  
Terceiro Sarg  
licado em Te  
posto de Cap  
Estado da Ba  
nabelecer as li  
cação Morse  
interior baian  
tão, onde aco  
ção cangaceir*

*Não demorou  
guão em Jere  
ji de bando  
um aparelho  
traga sob seu  
preendeu o cai  
termina seu ra  
quanto recebe*



Capitão, João

Miguel era um  
comissionado para  
da Bahia. Isso  
e veio afinado  
fe, Juracy Ma-  
de fora para  
to de já haver  
do Nordeste,  
ressalta Bon-

a prática, pois  
e executara na  
gnífico serviço  
ão João Miguel  
ções de Santo  
ria, Serra Ne-  
Santa Brígida,  
ram a funcio-  
de 1931, com o

o como amigo  
Dr. Lamartine  
e-mail envia-  
ador Sr. Luiz  
ea, datado de  
reveu:

João Miguel da  
Cidade de Se-

*nhor do Bonfim, Estado da Bahia. Con-  
versamos muito com ele, de altura me-  
diana, branco de cabelo fino e grisalho  
naquela cabeça redonda, com a quase  
calvície protegida pelo chapéu de aba  
larga, olhos acinzentados, nariz adun-  
co, orelhas grandes e queixo fino, [...].*

*Ele era nascido em Piancó, na Paraíba,  
fora alistado no Exército ainda adoles-  
cente e, logo que sentara praça, em 1915,  
designado para servir junto das tropas  
do General Setembrino de Carvalho, na  
Guerra do Contestado. Ali, tivera o seu  
batismo de fogo a tiros de “Comblain”  
entre as araucárias, contra os jagunços  
do Beato João Maria, [...].*

*Depois de haver participado da Revolu-  
ção de 1930 e alcançado a graduação de  
Terceiro Sargento do Exército, especia-  
lizado em Telegrafia, comissionado no  
posto de Capitão da Polícia Militar do  
Estado da Bahia, foi encarregado de es-  
tabelecer as linhas e estações de comuni-  
cação Morse daquela Força Auxiliar no  
interior baiano, particularmente no ser-  
tão, onde acontecia a grande conflagra-  
ção cangaceira liderada por “Lampião”.*

*Não demorou, recebeu função de dele-  
gado em Jeremoabo e soube que o che-  
fe de bando prometera fazê-lo engolir  
um aparelho de telégrafo. Então, com a  
tropa sob seu comando, em diligência,  
preendeu o cangaceiro Jurubeba, que se  
tornou seu rastejador, até que morreu  
quando recebeu um tiro de fuzil de um*

*dos soldados de sua tropa, como vingança  
pelo ex-bandido haver, no passado,  
assassinado um irmão daquele militar.*

*Com a ajuda de Jurubeba, prendera um  
bandido velho que andava com uma  
mocinha, torturou-o com simulação de  
fuzilamento e vareta do mosquetão ra-  
lando a perna dele até sangrar e apare-  
cer o osso da canela, mas o danado não  
disse como se chamava nem onde esta-  
vam “Lampeão” e outros cangaceiros, e  
por isso foi sangrado.*

Após descrever o Capitão João  
Miguel e suas primeiras experiências  
no combate ao cangaço, o Dr. Lamar-  
tine prossegue abordando a sua estra-  
tégia:

*Depois, o Capitão apresentou um pla-  
no de terra arrasada, para tirar todo o  
apoio logístico aos cangaceiros naquela  
região, e então coincidiu acontecer a fa-  
mosa seca [...], que se celebrou tam-  
bém como “Seca de João Miguel”.*

*A intenção dele era desestabilizar os  
bandos de cangaceiros que se disper-  
savam por ali, afastando-os da região,  
ajudando a extingui-los, mas foi mal  
interpretado por alguns historiadores.*

*Trinta anos depois desse tempo ruim,  
João Miguel, vivendo um tempo bom,  
respeitado, reformado, morando na an-  
tiga Vila Nova da Rainha de sua época*

*de combatente, veio a sofrer o irrecuperável abalo de perder a sua filha mais velha e casada, que morava no Recife, vítima de suspeita de uxoricídio, sendo o seu corpo encontrado carbonizado dentro de um automóvel. João Miguel demorou pouco tempo com vida, [...].*

Posteriormente, em 19/07/2010, o Dr. Lamartine enviou um e-mail ao autor deste trabalho com as mesmas informações, acrescidas de outras a respeito do panorama político da época, e atribuindo as consequências negativas da estratégia de João Miguel à sobrevivência da grande seca que durou de 1932 a 1934. No mesmo e-mail, o Dr. Lamartine salienta a dificuldade de encontrar documentos pessoais sobre tal estratégia, afirmando ter lido em “curtas passagens de poucos livros, uma ou outra referência ligeira à Seca de João Miguel entre 1932 e 1934”, embora não se lembre em quais volumes.

De fato, não foram encontrados registros verdadeiramente oficiais sobre o fato, apenas notícias em livros e uma ou outra matéria em jornal, o que se constituiu num fator limitante da pesquisa. A estratégia de João Miguel, em que pesem as várias citações, só existiu, salvo engano, em caráter

quase extraoficial, uma vez que não foi encontrado por este pesquisador, nenhum documento que o registrasse oficialmente. Assim, segundo Fontes (2001, p. 296), a proposta teórica de João Miguel, feita em uma reunião a outros oficiais e autoridades civis, em Jeremoabo, consistia em “agrupar toda a população dos sertões nas sedes dos municípios e em todas as outras cidades maiores”. Desta maneira, de acordo com a estreita visão do oficial, “os cangaceiros, sem condições de serem abastecidos por coiteiros e simpatizantes, seriam fatal e facilmente dizimados pela fome, por falta de quem os abastecesse, e simplesmente se entregariam à polícia”.

Todavia, naquela época, “os meios de comunicação eram escassos. Não havia senão poucas e más estradas de rodagem, de maneira que a movimentação da tropa era feita de maneira penosíssima”, com o que muito lucravam os bandidos conhecedores de locas das caatingas e veredas do nordeste (BONFIM, 2007, p. 116). Por isso, Prata (1983) relata e Fontes (2001) acha curioso, o fato de esse plano, apesar de ser quase impossível de dar certo, com muitas dificuldades já previstas, ter



ez que não  
pesquisador,  
o registrasse  
ndo Fontes  
a teórica de  
a reunião a  
les civis, em  
agrupar toda  
as sedes dos  
outras cida-  
eira, de acor-  
lo oficial, “os  
ões de serem  
e simpatizan-  
te dizimados  
em os abaste-  
entregariam à

época, “os  
ram escassos.  
e más estradas  
que a movi-  
ita de maneira  
: muito lucra-  
cedores de lo-  
as do nordeste  
. Por isso, Pra-  
s (2001) acha  
ano, apesar de  
dar certo, com  
previstas, ter

sido aprovado pelo então Secretário de Segurança e pelo Interventor Juracy Magalhães, quando as autoridades de Sergipe, de pronto, o rejeitaram.

Tendo sido iniciado em 1932, o infortunado projeto de João Miguel acabou fazendo com que aquele período ficasse conhecido como “Seca de João Miguel”. Como relata Chandler (1981, p. 199), “[...] a execução do projeto variava de intensidade conforme a autoridade local”. Como observa este autor, poucos projetos do governo, naquele tempo, eram executados com eficácia e rapidez, e, neste caso, as deficiências foram, talvez, uma benção.

Concordando com o retromencionado autor, Fontes (2001, p. 296) também observou que “[...] felizmente, para o bem de todos e felicidade geral dos sertões, o plano de evacuação das populações da zona rural foi executado com grande deficiência”. E completa:

Cidade como Uauá, Bonfim, Jeremoabo, Cumbe (Euclides da Cunha), Tucano, Juazeiro, ficaram abarrotadas de flagelados, não só fugindo das secas, mas também porque escorraçados de suas comunidades. Cerca de 12 mil criaturas foram postas para fora de

suas próprias casas e pouco podia o governo fazer por elas, vez que andava atolado na falta de recursos. Quem não tinha parentes nem aderentes em cidades maiores a quem recorrer era atirado à mendicidade (FONTES, 2001, p. 296).

Os relatos de Prata (1983) e Fontes (2001) permitem entrever os prejuízos sofridos pelas populações atingidas, uma vez que foram obrigadas a abandonar suas propriedades para inchar os maiores centros urbanos da região e se viram desassistidas pelos poderes públicos.

Nas cidades para onde migravam, se não tinham parentes que os abrigassem, faziam-no sob as árvores ou nos adros das igrejas. Ali mesmo cozinavam, satisfaziam suas necessidades fisiológicas, lavavam panelas, “dando ao quadro um aspecto de horror não imaginado pela estreiteza sociológica da política de então” (FONTES, 2011, p. 297). Ressalte-se, com base em Bahia (1985, p. 32), que, naquela ocasião, não havia rede de abastecimento de água permanente em quase nenhuma cidade do interior e o suprimento para a população era transportado por via férrea, para os que dispunham deste serviço.

Ademais, apesar das péssimas condições de vida da população do interior do Estado terem sido bastante noticiadas pela imprensa, fazendo com que os diversos setores da sociedade civil mobilizassem-se em campanhas de solidariedade e apoio aos flagelados, tais gestos de caridade não foram suficientes para resolver a situação de miséria instalada no sertão baiano. Associando-se à situação descrita, estava a dificuldade de migração do nordestino para outros Estados, dada as dificuldades de transporte e as condições econômicas da população. As estradas para o Sul estavam em início de construção e o transporte fluvial e marítimo se colocavam, à época, como as principais formas de transferência da população (BAHIA, 1985).

Assim, ficavam os retirantes, compulsoriamente retidos nas vilas e cidades mais próximas, tendo que, para ir a suas casas, obrigatoriamente pedir permissão às autoridades, e tinham que ir acompanhadas por um guarda (CHANDLER, 1981, p. 199). Diz este autor que, para impedir que as pessoas sem autorização saíssem, os soldados patrulhavam a periferia das cidades. Conforme narra Prata (1983, p. 129),

“[...] as povoações sem recursos não podiam prover as caravanas de foragidos do necessário, nem pensaram nisso os responsáveis pela medida impiedosa e inútil”. Diz ainda este autor que, nas vilas, o matuto acaba condenado ao suplício do ócio, enquanto isso, os campos se despovoam, se extinguindo os ruídos de sua vida rudimentar.

Quando a caatinga ficou vazia dos seus habitantes, as volantes partiram ao encalço de Lampião que, todavia, não foi encontrado, fazendo com que falhasse o plano de João Miguel. A previsão de que os cangaceiros sofreriam as consequências não foi concretizada.

Segundo Fontes (2001, p. 297), os cartazes espalhados pelos sertões onde os apelos lhes garantiriam a vida caso se entregassem não surtiram o menor efeito. Não obstante, Chandler (1981, p. 199) informa que três homens do bando de Lampião se entregaram. E,

[...] apesar de se ter verificado logo de início a inoperância do plano, este durou todo o ano de 1932, com pequenas modificações. Os apelos dos mais lúcidos não eram levados em conta, mesmo depois que epidemias



recursos não  
ias de foragi-  
ensaram nis-  
medida impie-  
ste autor que,  
a condenado  
tanto isso, os  
extinguindo  
imentar.

a ficou vazia  
olantes parti-  
ão que, toda-  
fazendo com  
ão Miguel. A  
aceiros sofre-  
io foi concre-

01, p. 297), os  
sertões onde  
n a vida caso  
ram o menor  
andler (1981,  
s homens do  
regaram. E,

ter verificado  
noperância do  
todo o ano de  
nas modifica-  
dos mais lúci-  
ados em conta,  
que epidemias

começaram a matar em massa. Apenas alguns arraiais, vilas e fazendas, em consequência da intervenção de homens influentes politicamente, receberam autorização para descentralizarem o projeto, isto é, que vaqueiros e administradores pudessem ficar concentrados em propriedades, quando de maior porte (FONTES, 2001, p. 297).

Quando finalmente o Estado admitiu o fracasso do plano em todos os quadrantes do nordeste da Bahia, este foi abandonado e seu autor, destituído. O Interventor Juracy ordenou a volta das populações a seus lares, mas os efeitos da medida já eram insanáveis. O que as populações encontraram foi a ruína, a miséria total. Rebanhos foram dizimados pela seca e comidos pelos soldados e pelos bandidos. “A mandioca jazia sem trato, afogada pelo mato. A casa, deteriorada, a servir de abrigo para raposas e morcegos. E a dominar o quadro, agravando tragicamente a situação, o cautério da seca, que chegara definitivamente”. Nem um pingo de água havia no fundo dos tanques cobertos de lama petrificada (PRATA, 1983, p. 130-131). Contudo, ainda segundo o mesmo autor, a Bahia continuou a manter nos sertões cerca

de 1.170 homens, prosseguindo numa guerrilha na qual as volantes cruzaram-se pelo deserto em uma caçada sem fim, exaurindo o tesouro estadual, de modo que Lampião passou a constituir também problema econômico e a força pública, a sofrer perdas constantes, fraqueja e desanima.

Como contam os supracitados autores, quando o cerco policial fazia-se mais opressivo, o bando fugia de um local para o outro com incrível rapidez, variando seu campo de ação, entre os anos de 1933 a 1935, ao sabor das perseguições, entre os Estados de Alagoas, Bahia, Pernambuco e Sergipe.

Por outro lado, ainda com base na mesma fonte, não se vinham cumprindo integralmente os termos do acordo datado de 21 de janeiro de 1926, que determinava a ajuda mútua e permitia o livre trânsito entre as fronteiras dos Estados acordantes. Isso permitia aos bandidos se localizarem ora em um, ora noutro Estado, cuja polícia, por si só, não tinha condição para lhe dar combate. A ação policial isolada e contida territorialmente, não alcançava toda a sua eficiência. Com isso, os esforços eram redobrados e os

resultados medíocres, limitados a muitas, mas insuficientes vitórias parciais.

Nesse período, grande número de bandidos foi abatido, mas em contrapartida, igual número de policiais perdeu a vida nessa luta fratricida e o problema ganhou dimensões cada vez maiores e repercussão nacional, impondo-se a necessidade de uma reorganização das forças empenhadas no combate ao banditismo se impôs. Somente em fins de 1935, o Governo da Bahia, pediu providências ao Governo Federal, no sentido de unificar a ação policial dos vários Estados atingidos, do que resulta a criação por lei datada de 17 de janeiro de 1936 do Destacamento do Nordeste do País (DNP) (BORGES et al., 1975, p. 144).

Ao mesmo tempo, o Governo do Estado pede aos Estados vizinhos, celebrantes do acordo de 21 de janeiro de 1926, o pleno cumprimento das cláusulas então estabelecidas. Com isso, teve início uma ação policial melhor orientada, que levaria ao extermínio do banditismo na região.

Dentro do mesmo esquema de conferir mais eficiência às forças em ação contra o banditismo, o governo

do Estado criou, por meio do Decreto no 9.866, datado de 21 de fevereiro de 1936, o Destacamento do Nordeste do Estado (DNE) com sede em Jeremoabo e autonomia equivalente a de comando de Unidade, com regulamentação equivalente à adotada para as medidas administrativas da Polícia Militar. Nesse destacamento, ficam incorporadas as antigas Forças em Operação no Nordeste do Estado (FONE).

Em 28 de julho de 1938, aos 41 anos de idade, finalmente o rei do cangaço foi surpreendido e morto em seu esconderijo da Gruta do Angico pela volante da Polícia Militar de Alagoas, comandada pelo Tenente João Bezerra, tendo sido mortos com ele onze de seus "Cabras" e a sua companheira, Maria Bonita.

A morte de Lampião não significou ainda a extinção total do cangaço, pois alguns integrantes do bando conseguiram escapar ao ataque a Angico e outros encontravam-se em locais diferentes, conforme o hábito dos bandidos de atuarem em subgrupos em frentes diversas. Entre eles, Corisco (Cristino Gomes da Silva), que na ocasião atuava no Estado de Alagoas e que



deio do Decreto  
de fevereiro de  
do Nordeste do  
em Jeremoabo  
te a de coman-  
regulamentação  
para as medi-  
Polícia Militar.  
am incorpora-  
Operação no  
NE).

de 1938, aos 41  
e o rei do can-  
morto em seu  
Angico pela  
r de Alagoas,  
e João Bezer-  
m ele onze de  
companheira,

o não signifi-  
do cangaço,  
do bando con-  
ue a Angico  
em locais di-  
ito dos ban-  
bgrupos em  
les. Corisco  
que na oca-  
lagoas e que

assume o comando do remanescente  
do bando e dá prosseguimento às ati-  
vidades criminosas, até ser morto em  
1940. Só então, depois de muita luta e  
muitas vidas perdidas, foi exterminado  
o cangaço na Bahia.

## REFERÊNCIAS

[ADENE] AGÊNCIA DE DESENVOLVI-  
MENTO DO NORDESTE. **O nordeste  
semi-árido e o polígono das secas.** Dis-  
ponível em: <[http://www.adene.gov.br/  
semiarido/nesemiariado.html](http://www.adene.gov.br/semiarido/nesemiariado.html)>. Acesso  
em: 01 fev. 2011.

ALVES, Joaquim. **História das secas: sé-  
culos XVII a XIX.** 2. ed. Fortaleza: Secre-  
taria de Agricultura, 1982.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A ter-  
ra e o homem no nordeste.** São Paulo:  
Ciências Humanas, 1980.

BAHIA. Secretaria do Trabalho e Bem-  
-Estar Social. **A seca na Bahia: o modelo  
de intervenção do Estado.** Salvador: CE-  
TRABES/CODESO, 1985.

BARROS, Luitgar de Oliveira Cavalcanti.  
**A derradeira gesta: Lampião e Nazare-  
nos guerreando no sertão.** Rio de Janeiro:  
Mauad, 2007.

BEZERRA, Rosa. **A representação social  
do cangaço.** Recife: Ed. do Autor, 2009.

BONFIM, Luiz Ruben F. de A. **Lampião e  
os interventores.** Paulo Afonso, BA: Graf  
Tech, 2007. v. II.

BORGES, Alberto Salles Paraíso *et al.* **150  
anos da Polícia Militar da Bahia.** Salva-  
dor: Empresa Gráfica da Bahia, 1975.

CALMON, Francisco M. de Góes. **Vida  
econômico-financeira da Bahia: elemen-  
tos para a história 1808-1889.** Salvador:  
Fundação de Pesquisa - CPE, 1978.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Flor dos ro-  
mances trágicos.** Natal: EDUFERN, 1999.

CASTRO, Iná Elias de. Visibilidade da  
região e do regionalismo: a escala brasi-  
leira em questão. In: LAVINAS, Lena *et  
al.* **Integração, região e regionalismo.**  
Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

CASTRO, Felipe de. **Derrocada do can-  
gaço.** 2. ed. Salvador: Assembléia Legisla-  
tiva do Estado da Bahia, 2008.

CHANDLER, Billy Jaynes. **Lampião: o  
rei dos cangaceiros.** Rio de Janeiro: Paz e  
Terra, 1981.

[CRA] CENTRO DE RECURSOS AM-  
BIENTAIS. **Bahia lançou banco de da-  
dos sobre a caatinga.** 5 ago. 2004. Dispo-  
nível em: <[http://ecoviagem.uol.com.br/  
noticias/ambiente/bahia-lancou-banco](http://ecoviagem.uol.com.br/noticias/ambiente/bahia-lancou-banco)

-de-dados-sobre-a-caatinga-4594.asp>. Acesso em: 21 jan. 2011.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**: campanha de Canudos. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

[EMBRAPA] EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Atlas do Meio Ambiente e do Brasil**. 2. ed. Brasília, DF: Terra Viva, 1996.

FERREIRA, Vera; AMAURY, Antonio. **De Virgulino a Lampião**. São Paulo: Idéia Visual, 1999.

FONTES, Oleone Coelho. **Lampião na Bahia**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

GARCIA, Carlos. **O que é Nordeste brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GUERRA, Phelippe. **Secas contra a seca**. Brasília, DF: CNPq, 1980.

HOBSBAWM, Eric J. **Bandidos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

[IBAMA] INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Manual de Fiscalização**. Brasília, 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflitos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

PERICÁS, Luiz Bernardo. **Os cangaceiros**: ensaio de interpretação histórica. São Paulo: Boitempo, 2010.

PRATA, Ranulfo. **Lampião**. São Paulo: Traço, 1983.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Os cangaceiros**. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

RABONI, André. **Cangaceiros, coronéis e a nossa república de máscaras**. 28 jul. 2008. Disponível em: <<http://acertodecontas.blog.br/artigos/lampiao-cangaceiros-coroneis-e-a-nossa-republica-de-mascaras/>>. Acesso em: 02 jun. 2011.

RIBEIRO, Jerônimo Rodrigues. **Uauá**: história e memórias. Salvador: Ianamá, 1999.

VILLA, Marco Antonio. **Vida e morte no sertão**: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ática, 2001.

[WWF] WORLD WILDLIFE FUND FOR NATURE - BRASIL. **Caatinga**. Disponível em: <[http://www.wwf.org.br/natureza\\_brasileira/biomas/bioma\\_caatinga/index.cfm](http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/biomas/bioma_caatinga/index.cfm)>. Acesso em: 01 fev. 2011.

## Resumo

A represen-  
sentido pe-  
onde tudo  
deserto, v-  
invasores,  
deuses, su-  
vultos de  
hábitos tot-  
Outro. Ma-  
de lugares  
Lembrand-  
de si mesm-  
respeitado

## Palavras-c

## SERTÃO

## Abstract

The occup-  
effected aft-  
is relatively  
soil of nor-  
them, whi-  
indigenou-  
toughness,

l Rosa Bezer-  
ms, Secção d



# O Sertão e o Sertanejo

Rosa Bezerra<sup>1</sup>

## Resumo

A representação que consta no imaginário brasileiro sobre o “Sertão” sempre foi carregada de sentido pejorativo e depreciativo, como sendo uma terra inóspita, árida distante e “bárbara”, onde tudo é sinônimo de atraso, penúria, seca e fome. O Sertão seria, originalmente, um deserto, vazio de tudo, à disposição de quem chegasse primeiro. À chegada dos europeus invasores, os habitantes senhores da terra, eram livres e assim viviam de acordo com seus deuses, sua ancestralidade, seu *modus vivendi*. Para os autóctones, bárbaros eram aqueles vultos de roupa estranha, em canoas enormes, falando muito, numa língua travada e de hábitos totalmente estranhos. Nesta visão, os europeus é que eram diferentes, eles eram o Outro. Mas tentariam entrar em contato com eles aos poucos. Esta imagem de vastidão, de lugares enormes, distantes e vazios de gente estimulava o imaginário dos europeus. Lembrando que a representação é um simulacro do que existe realmente, um simulacro de si mesmo, o Sertão passou a ser um lugar do desconhecido, um lugar para ser temido, respeitado e quem sabe? - ocupado.

**Palavras-chave:** Interior. Guerra. Representação. Costumes.

## SERTÃO AND THE SERTANEJO

### Abstract

The occupation of the northeastern hinterlands promoted by the Portuguese attacker was effected after a war of extermination against the indigenous people of the region, a fact that is relatively hidden in official historiography. The fierce “War of the Barbarians” soaked the soil of northeastern Indian blood, decimating several tribes or even extinguishing some of them, which goes against the thesis of Brazilian and Indian cordial indolent. The Brazilian indigenous defended its territory in every way possible, leaving behind the backcountry toughness, free spirit and many habits that forged a distinguished man of man of the coast.

<sup>1</sup> Rosa Bezerra é pernambucana. Psicóloga, pesquisadora e escritora integra a Sociedade Brasileira de Escritores, Secção de Pernambuco. É autora do livro “A Representação Social do Cangaço”.

Beliefs and food to ambushes, guerrilla warfare and lifestyles, the countryman forged an adverse scenario by inclement weather and shortages, proved to be a man who is “above all, strong”. The representation we have of the backcountry is also a consequence of the image that was created from the indigenous colonial times. Studies in anthropology, sociology and psychology have helped us to understand how it was created and conveyed this representation, based on imaginary baroque Iberian.

**Keywords:** Hinterland. War. Representation. Costumes.

A ocupação do Sertão, fazendo parte do plano expansionista português no contexto colonialista, ocorreu em decorrência de alguns fatores que a historiografia oficial não tem contemplado adequadamente. O principal destes fatores foi a exploração das terras mais distantes do litoral (local por excelência da zona canavieira), pela necessidade de mais terras para a criação de gado. As terras recém-invasadas, sob a proteção do Tratado de Tordesilhas e a bênção papal, eram a oportunidade de lucro fácil aos olhos europeus ávidos pelos “tesouros” da terra inculca e bela. E terras amplas eram o que não faltava na colônia. As colônias espanholas e portuguesas foram de importância fundamental para sustentar o capitalismo que se iniciava nos países europeus. Portugal já dispunha da colônia Ceuta, invadida em

1414, e da experiência de braços escravos.

Após o contato “oficial” de Cabral com os gentios da terra de Santa Cruz, Portugal, envolvido com os negócios em terras do Oriente, só veio a ocupar-se da nova presa, mais de trinta anos depois, ao verificar que os franceses negociavam, muito bem, com os índios. Percebeu então, a necessidade de debruçar-se sobre a terra “em que se plantando, tudo dá”, ameaçada pelos países não contemplados na divisão do mundo entre Portugal e Espanha.

Com a experiência da técnica do açúcar nas ilhas da Madeira, Açores, Cabo Verde e São Tomé, os invasores estabeleceram que a colonização da terra conquistada se desse visando apenas o mercantilismo, através da plantação da cana de açúcar. No caso, a colonização serviria, também, de

ocupação  
totalmente  
a preservar

A ga  
templava :  
usando atr  
extensão d  
prio. O so  
-se como o  
cana e as j  
zaram-se r  
Guerra (1:  
comprovaç  
que havia  
to em Per  
chegava à l  
nambuco e  
recia como  
começo da  
terras indí  
genhos e a  
mizando o  
frete marít  
ria riqueza  
vastava as  
para abaste  
Castro (19  
transforma  
na que de  
transforma



in forged an  
ho is "above  
uence of the  
nthropology,  
nd conveyed

raços escri-

cial" de Ca-  
ra de Santa  
com os ne-  
te, só veio a  
ais de trinta  
que os fran-  
em, com os  
necessidade  
ra "em que  
zaçada pelos  
a divisão do  
panha.

da técnica  
adeira, Açõ-  
mé, os inva-  
colonização  
esse visando  
através da  
ar. No caso,  
também, de

ocupação das terras desconsiderando totalmente os habitantes já existentes e a preservação do solo.

A ganância do europeu não contemplava a melhoria técnica do solo, usando através do latifúndio, a maior extensão de terras em benefício próprio. O solo do Nordeste apresentou-se como o mais propício ao cultivo da cana e as primeiras habitações localizaram-se na faixa litorânea. Segundo Guerra (1992), apesar de não haver comprovação documental, admite-se que havia algum tipo de povoamento em Pernambuco, pois em 1526 já chegava à Lisboa açúcar "saído de Pernambuco e Tamaracá". O açúcar já aparecia como negócio rentável. Foi este o começo da empreitada portuguesa em terras indígenas. E aí surgiram os engenhos e a riqueza da colônia, maximizando os lucros. O açúcar pagava o frete marítimo. Ao tempo que produzia riqueza, a monocultura da cana devastava as florestas em busca da lenha para abastecer os engenhos. Conforme Castro (1992, p. 113), referindo-se à transformação da paisagem nordestina que de "região de floresta tropical, transformada em homem em região

de campos abertos, teve o Nordeste a vida do seu solo, de suas águas, de suas plantas e do seu próprio clima, tudo mudado pela ação desequilibrante e intempestiva do colonizador, quase cego às consequências de seus atos, pela paixão desvairada que dele se apoderou, de plantar sempre mais cana e de produzir sempre mais açúcar". O açúcar havia se transformado, na Europa, em gênero de primeira necessidade. E a plantação da monocultura da cana gerou prejuízos irrecuperáveis para o gênero humano, ao longo do tempo, como veremos mais adiante. Nos estudos de Castro, a cana é autofágica, pois após a ascensão rápida e passageira vem o declínio vertiginoso também rápido.

A região de Pernambuco foi a mais afetada pela monocultura da cana. E o progresso rápido que fez Olinda rivalizar com Lisboa, em luxo e ostentação, necessitava sempre de mais terras. E Pernambuco foi perdendo a mata Atlântica original restando atualmente uma inexpressiva faixa da mesma. Este foi o início do processo de desertificação irreversível, que traria como consequências, no futuro, seca

e fome. Existem estudiosos do solo, como Ward Shepard, que afirmam que a erosão causada pela agricultura comercial tem “efeitos comparáveis ao de uma guerra” e citando o Nordeste como uma área das mais sacrificadas.

Evidentemente que, as reservas subterrâneas de água e a desertificação trouxeram problemas aos habitantes das capitâneas, havendo menções de seca já pouco tempo depois do auge da cana de açúcar. Mesmo porque a monocultura da cana fez o colonizador abandonar o cultivo de outras plantações. Pela fala de Fernão Cardim (ALVES, [s.d.], p. 9), sabemos que:

No ano de 1583 houve tão grande seca e esterilidade nesta província (coisa rara e desacostumada, porque é terra de contínuas chuvas) que os engenhos d'água não moeram muito tempo. As fazendas de canaviais e mandioca, muitas se cessaram, pois houve grande fome, principalmente no sertão de Pernambuco, pelo qual desceram do sertão apertados pela fome, socorrendo-se aos braços quatro ou cinco mil índios.

Temos assim a primeira notícia de fome e seca nas terras invadidas, em

pleno início da colonização. E vemos claramente o clamor da fome e das agruras que perseguem o sertanejo ao longo do tempo.

Encontramos no período açucareiro nordestino, as raízes de vários problemas que afligiram o sertão e o sertanejo ao longo da sua história: a monocultura da cana (com toda a devastação resultante), o desmatamento e a conseqüente subalimentação dos colonos, reduzidos a uma dieta pobre em vegetais, legumes ou maiores luxos. No entanto, para transportar a cana o gado revela-se demasiado importante. A princípio no litoral o gado foi sendo empurrado para regiões mais afastadas, pois a cana engolia os espaços com muita rapidez. O gado foi sendo expulso da zona açucareira.

Neste momento da história nordestina surge o imaginário sobre o Sertão, idealizado a partir das “vilas de açúcar”, que percebia a si mesma como o local por excelência da civilização, conforme o ideário barroco ibérico, que privilegiava o ócio, próprio dos donos de escravos, onde o trabalho manual denigre e aponta para “man-

chas de sa-  
cínio “ser-  
trabalhar”,  
cativos, lev-  
ferirem a n-  
atividades  
que este im-  
ciedade bra-

O ne-  
finir o bra-  
cativos era  
ra e poder.  
engenho ei-  
negro para  
obedecer-l-  
tus. E ter te  
Tal represe-  
presente na  
berdeiro da

Contri-  
das gentes  
paço incult-  
longínquo,  
Salientamos  
to dos port-  
comando d-  
fato tranqui-  
litoral difict-  
dos invason-



o. E vemos  
ome e das  
ertanejo ao

riodo açu-  
es de vários  
sertão e o  
história: a  
toda a de-  
matamento  
ntação dos  
dieta pobre  
iores luxos.  
tar a cana o  
importante.  
do foi sen-  
s mais afas-  
os espaços  
lo foi sendo

istória nor-  
rio sobre o  
das “vilas de  
mesma como  
civilização,  
oco ibérico,  
próprio dos  
o trabalho  
para “man-

chas de sangue”. Segundo este racio-  
cínio “ser livre era não ser obrigado a  
trabalhar”, atitude exclusiva de negros  
cativos, levando algumas pessoas a pre-  
ferirem a mendicância e a vadiagem às  
atividades manuais. Devemos lembrar  
que este imaginário se perpetua na so-  
ciedade brasileira até o presente.

O negro servia, então, para de-  
finir o branco e o número de negros  
cativos era a referência de status, hon-  
ra e poder. O imaginário do senhor de  
engenho era o “ser servido”, era ter o  
negro para servi-lo, era ter gentes para  
obedecer-lhe. Ter escravos era ter sta-  
tus. E ter terras era ter poder e honra.  
Tal representação também continua  
presente na psicologia do colonizado,  
herdeiro daquele ideário medieval.

Contrapondo-se ao imaginário  
das gentes do açúcar, havia um es-  
paço inculto, feroz, desconhecido e  
longínquo, habitado por “bárbaros”.  
Salientamos aqui que o estabelecimen-  
to dos portugueses em Olinda, sob o  
comando de Duarte Coelho, não foi  
fato tranquilo e fácil, pois os índios do  
litoral dificultaram ao máximo a vida  
dos invasores, causando-lhes baixas e

perdas. Apesar deste início já havia en-  
genhos moendo em Pernambuco, por  
volta de 1540.

Ao contrário da “civilização”  
própria do açúcar e de sua ostentação,  
o sertão era tido como o lugar selva-  
gem, dissoluto, perigoso, livre de amar-  
ras, onde os criminosos se escondiam.  
Enfim, o sertão era “bárbaro”. Surgia a  
dicotomia entre colonizador (branco)  
e selvagem (índios). Pensava-se o ser-  
tão como um grande deserto, vazios  
de gentes, vazio de súditos, desabitado.  
Para os indígenas o sertão significava  
terra distante, não vazia. O sertão era  
simples, sem ostentação, sem o luxo  
das vilas açucareiras, sem a exibição  
de fausto, era terra de autóctones, com  
seus costumes totalmente diferentes  
dos do homem europeu.

Realmente, o que a historiografia  
oficial veicula é que o sertão era despo-  
vado, como um local esperando para  
ser ocupado e usufruído pelo invasor,  
vendo os autóctones (donos realmente  
das terras, pois já existiam ali) como  
possíveis escravos cuja força de tra-  
balho gratuita deveria ser utilizada na  
empreitada oficial, para “maior glória”

de Deus e do rei. A cobiça europeia estendia suas garras sobre tudo e todos existentes no novo mundo: terras, gente, fauna, flora.

O imaginário das vilas açucareiras sobrevive ainda hoje no Nordeste, onde a herança de um sobrenome é a chave para a vida social e o sucesso. Tanto é que ainda vemos o trabalho manual como nódoa na vida e no passado de uma família. O fausto e a ostentação do açúcar fixou-se em Olinda, moradia da elite canavieira nascida na casa grande dos engenhos, chegando a ser comparada a Lisboa. Pela descrição da época temos uma amostra do luxo: “esta cidade foi antigamente (o autor se refere ao tempo anterior aos flamengos) muito populosa, rica e autorizada, com grandes e formosos casarios de pedra e cal, todos de três e quatro sobrados, e famílias muito nobres, donde havia grande e considerável negócio e muito abastadas de riquezas pelos muitos navios que vinham de Buenos Aires, carregados de patacaria” (SILVA, 2010, p. 18). Claro que, neste universo de riqueza e ostentação, o trabalho manual representava a degradação

causando desonra a quem o exercesse. Exemplo disso é a exigência da Santa Casa de Misericórdia da Bahia que, em 1618, exigia limpeza de sangue de seus membros, ou seja, que fosse isento de trabalhar com as mãos, não aceitando os que portavam “máculas de sangue”: mouros, judeus, índios e negros.

Com a invasão dos holandeses e a consequente destruição de Olinda, a outrora rica vila dos senhores do açúcar tornou-se moradia de pobres, pois não era adequado aos novos invasores que, fixados no porto, corressem o risco de uma retaguarda hostil, tendo o príncipe alemão Nassau se estabelecido na Ilha de Antônio Vaz, onde ergueria sua cidade Maurícia.

Quando o açúcar exigiu mais terras e o gado bovino foi empurrado para o sertão hostil e bárbaro, a Coroa resolveu recrutar os *vadios* das vilas açucareiras como mão de obra barata, para seu projeto expansionista, ao mesmo tempo em que engrossava as fileiras das tropas repressoras. Nas vilas do açúcar, existiam os pobres, os vadios e os bandidos, gente que era um problema aos olhos dos senhores

do açúcar. milicianos vam a ter reconhecer -se ao imaç to a Coroa dios, dimi improdutiv utilizava n via a difere e do vadio viar os pol projeto ex valia. Este de obra est mais tardia mos numa nele (no Pi cinquenta s socupada, e Ibiapaba), e pitânia do 2005, p. 31,

Apesa como vazio vado por i ção do terri cesso longo estava estab



o exercesse. a da Santa ahia que, em ngue de seus se isento de ão aceitando s de sangue”: negros.

holandeses e de Olinda, a ores do açú- : pobres, pois vos invasores ressem o ris- ostil, tendo o se estabeleci- /az, onde er- ia.

exigiu mais oi empurrado baro, a Coroa lios das vilas le obra bara- nsionista, ao engrossava as soras. Nas vi- os pobres, os gente que era dos senhores

do açúcar. No entanto, nem sempre os milicianos recebiam soldo, mas passavam a ter privilégios, horas, isenções, reconhecimento social, incorporando-se ao imaginário dominante. Enquanto a Coroa arregimentava pobres e vadios, diminuía o contingente humano improdutivo das vilas açucareiras e os utilizava num degredo proveitoso. Havia a diferenciação entre o pobre (útil) e do vadio (improdutivo). Ou seja, enviar os pobres e vadios ao sertão, no projeto expansionista, era de muita valia. Este critério de enviar esta mão de obra estagnada existiu até uma fase mais tardia da colonização como vemos numa Carta Régia de 1718: “Possa nele (no Piauí) levantar quarenta, até cinquenta soldados da gente mais desocupada, e vadia que há nela (Serra da Ibiapaba), e que estes vão servir na Capitânia do Maranhão” (CARVALHO, 2005, p. 31, grifos da autora).

Apesar de o sertão ser pensado como vazio, ele era densamente povoado por inúmeras tribos e a ocupação do território indígena foi um processo longo e sangrento, cujo comando estava estabelecido na Bahia e em Per-

nambuco. E a ocupação pelo homem branco foi uma guerra de conquista, demorada e gradual, com diversas batalhas e um genocídio indígena posto em prática pela Coroa. Podemos aqui, indagar: como o invasor viu este Outro, nu, com a pela pintada, livre, não negro, não branco, diferente?

Na capitânia de Pernambuco, Duarte Coelho ordenou o despejo dos índios do sertão com dois objetivos: liberar as terras e utilizar mão de obra escrava, submetendo os gentios. Em 1580, a União Ibérica, sob o cetro de Felipe II, aumenta os planos expansionistas. Era urgente ocupar o sertão. Era urgente ter terras para o gado, que deveria manter-se afastado do açúcar. Mas, em 1630, os holandeses invadem a capitânia de Recife, destroem Olinda, a cidade do fausto e permanecem na região por vinte e quatro anos, alcançando terras circunvizinhas, enquanto os negros fogem de seus “donos” em busca dos sertões de Palmares, onde se estabelecem. O porto de Recife e a ilha de Antônio Vaz crescem com a corte de Nassau. E o açúcar muda de mãos.

Algumas tribos guerreavam entre si, mas em várias ocasiões se uni-

ram contra o português, cujo objetivo era escravizá-los e tomar-lhes as terras. A Coroa lança mão também de outra estratégia para dominar os senhores do sertão: a catequese, quando a Igreja traz seus “agentes de civilização” para evangelizar o gentio, usando a cruz como um escudo moral e oficial para ocupar as terras dos índios, promovendo o aldeamento dos mesmos, impondo-lhes uma religião totalmente diversa, “destruindo-lhes” os deuses e os hábitos ancestrais, cobrindo-lhes os corpos e proibindo-lhes a pintura tão rica e diversificada, com seus significados e suas utilidades. Segundo consta, havia em Pernambuco o chamado “Padre de Ouro”, o jesuíta Antônio de Gouveia que vendia indígenas na própria vila da capitania.

Os religiosos a serviço da Cruz e da Coroa sob a desculpa de proteger os índios contra os brancos, assenhoram-se de suas terras criando gado e usando os gentios como braços escravos. Uma das facetas da colonização do sertão, a religião católica serviu aos interesses capitalistas da Coroa portuguesa, invadindo o “sertão de dentro”,

mutilando a alma indígena com seus deuses repressores, num terrível etnocídio.

A resistência dos “bárbaros” foi uma prova incontestada da não aceitação à ocupação branca, destruindo assim a lenda de que os índios eram “preguiçosos e indolentes”, não afeitos ao trabalho. Na verdade, houve o contato entre duas culturas diferentes, onde o autóctone saiu perdendo por conta da desigualdade bélica. Alguns índios aldeados, em alianças com os portugueses guerreavam contra outras tribos, inimigos anteriores, mas rompendo o trato com o colonizador quando lhe fosse favorável. Geralmente, os portugueses também promoviam emboscadas e matanças covardes contra os índios o que ocasionava excursões sangrentas de vingança por parte dos gentios, quando destruíam tudo que existia nas vilas.

A conquista do Rio Grande do Norte foi uma mortandade horrível resultando também em inúmeros gentios escravizados. Em 1591, houve casos de não haver índio sobrevivente em certas aldeias, tamanha a ferocida-

de dos cc  
doenças  
debilitara  
-as sem n

A  
trou, no  
nha, “cria  
e de boa  
não agres  
que, post  
habitante  
mento da  
vilizados”  
a ordem e  
ferteis ao  
de matar,

Seg  
reno, em  
madamer  
que o cál  
Nordeste  
tanto nas  
litorânea  
tões, pro  
dio. Cor  
de Perna  
nha impu  
rias aos ç  
pernamb



ia com seus terrível etno-  
árbaros” foi  
ão aceitação  
uindo assim  
eram “pre-  
io afeitos ao  
ve o contato  
ntes, onde o  
por conta da  
ns índios al-  
os portugue-  
utras tribos,  
rompendo o  
quando lhe  
nte, os por-  
oviam em-  
ardes contra  
va excursões  
or parte dos  
um tudo que  
  
o Grande do  
idade horrí-  
em inúmeros  
1591, houve  
sobrevivente  
na a ferocida-

de dos colonizadores. Houve casos de doenças dos brancos que mataram e debilitaram aldeias inteiras, deixando-as sem maiores defesas.

A invasão portuguesa encontrou, no dizer de Pero Vaz de Caminha, “criaturas de cor parda, gente boa e de boa simplicidade” o que indica a não agressividade bestial e desmedida que, posteriormente, foi atribuída aos habitantes da terra. A partir do momento da ocupação do sertão, os “civilizados” agiram como bárbaros, pois a ordem era dizimar e ocupar as terras férteis ao longo dos rios, com ordem de matar, aprisionar, escravizar.

Segundo cálculo de Soares Moreno, em 1609, o Ceará tinha, aproximadamente, 150 mil índios. Mas, claro que o cálculo era inexato. Em todo o Nordeste, o massacre foi uma rotina, tanto nas primeiras lutas pela região litorânea como na entrada pelos sertões, promovidas num momento tardio. Com a expulsão dos holandeses de Pernambuco, a interiorização ganha impulso com a doação de sesmarias aos que lutaram na “Restauração” pernambucana, que originou também

uma crise interna com os conflitos entre os próprios sesmeiros ávidos por mais terras. Ou seja, a Coroa oferecia recompensas estimulando o morticínio contra os índios.

As sesmarias para criação do gado encontraram feroz resistência indígena o que provocou a intervenção da Coroa, trazendo ao cenário da guerra os grupos de milicianos. Por volta de 1670 os conflitos se intensificam especialmente na região do Rio Grande do Norte, nas proximidades do Açu, onde os índios “[...] se levantaram [...] em 1687-88, matando a toda coisa viva e ao depois queimando e abrasando tudo não deixando, pau, nem pedra sobre pedra de que ainda hoje aparecem as ruínas” (LOPES, [s.d.]). Conhecedores exímios da região, usando as táticas de emboscada como principal forma de ataque, os indígenas defendem os sertões livres com a garra de um povo invadido e acochado.

Vale a pena mostrar um trecho da carta do Governador Geral do Brasil, Mathias da Cunha ordena ao Capitão-mor Manoel de Abreu Soares: “Vossa Mercê dirija a entrada e guer-

ra que há de fazer aos bárbaros como entender que possa ser mais ofensiva degolando-os seguindo-os até os extinguir, de maneira que fique exemplo deste castigo a todas as mais nações que confederadas com eles não temiam as armas de sua Majestade que considero vitoriosas indo a cargo de V. Mercê, e de todos os sucessos que V. Mercê tiver me vá dando conta com toda a particularidade” (PIRES, 1990, p. 62, grifos da autora). Temos aqui a ordem para dizimar indígenas vinda da autoridade máxima representando a Coroa e para que tal ato sirva de exemplo para outros indígenas. A ordem de extinção é clara e direta.

A resistência indígena foram convocadas expedições para reforçar a defesa dos colonos, inclusive trazendo o já conhecido Domingos Jorge Velho para combater os focos de rebelados, velho conhecido da Coroa, pois foi ele havia dizimado Palmares, o que lhe rendeu muitas terras e honrarias. Os paulistas, tão bárbaros quanto diziam serem os índios rebelados, eram tidos como os únicos capazes de enfrentar e dizimar os resistentes à escravidão.

Vale salientar que as ordens eram para *degolar* os mais aguerridos, aldeando-se mulheres e crianças por serem mais fracos e oferecerem menores riscos de fugas. Há ainda outro aspecto a ser salientado: as indígenas eram responsáveis pela agricultura, pela função produtiva e social, configurando a força de trabalho desejada.

O regimento das Missões de 1680 tem também o viés sociopolítico de submissão de um povo inteiro, classificando os indígenas como “criaturas dependentes e tuteladas”, retirando-lhes a independência e desclassificando o *modus vivendi*. Tendo o poder de classificar os índios, a Igreja atende aos interesses da Coroa, retirando-lhes o livre arbítrio e colocando-os como dependentes e incapazes rótulos que carregam até o presente momento na história brasileira. O aldeamento de aldeias inteiras criava o que se chamava de “muros do sertão”, um tipo de demarcação de terras para o avanço do invasor, pois as aldeias eram totalmente deslocadas para local de conveniência das tropas burocráticas.

No  
deserções  
um espaço  
dade régia  
gitivo, mui  
de pagame  
vivência, s  
dono pela  
do Capistr  
ponto de n  
meias”. No  
e vadios d  
das tropas  
facinerosos

A di  
plidão do  
em, pratica  
controle ré  
como sobre  
rio criado  
sem freios  
violentas c  
missionáric  
gerando rec  
pria Coroa,  
sexuais cor  
sem puniçã  
embrião do  
da soldades



s eram para  
i, aldeando-  
serem mais  
es riscos de  
cto a ser sa-  
n responsá-  
função pro-  
lo a força de

Missões de  
ociopolítico  
inteiro, clas-  
io "criaturas  
retirando-  
sclassifican-  
o o poder de  
a atende aos  
ando-lhes o  
o-os como,  
rótulos que  
nomento na  
mento de al-  
se chamava  
tipo de de-  
o avanço do  
m totalmen-  
e conveniê-  
i.

No entanto, tais tropas sofriam deserções aos montes, pois o sertão era um espaço de liberdade onde a autoridade régia nem sempre alcançava o fugitivo, muitos deles desertores por falta de pagamento e de condições de sobrevivência, sofrendo toda sorte de abandono pela Coroa, alguns deles, segundo Capistrano de Abreu "mal pagos a ponto de não poderem calçar sapatos e meias". No dizer régio, eram os pobres e *vadios* do açúcar, que se afastavam das tropas e que se transformavam em *facinerosos* do sertão.

A distância do sertão e a amplitude do mesmo o transformavam em, praticamente, território livre de controle régio tanto sobre os colonos como sobre os desertores. O imaginário criado sobre o sertão como terra sem freios sociais possibilitou ações violentas contra os gentios, contra os missionários e seus índios aldeados, gerando reclamações dos bispos à própria Coroa, tendo em vista os ataques sexuais contra as índias, geralmente sem punição. E assim, vemos aqui, o embrião do comportamento delituoso da soldadesca contrariando a ordem

que eles deveriam defender, enraizada até hoje no comportamento de polícias que se escondem atrás da farda para cometer agressões gratuitas com demonstrações de força desnecessária perante a população tida como inferior. Há registros também de que os comandantes não se davam o trabalho de punir os transgressores exemplarmente, favorecendo com sua omissão a continuidade de práticas criminosas. As mulheres indígenas eram as maiores vítimas em meio à desestruturação social imposta pelo invasor, ficando à mercê de todo tipo de desmando, especialmente quando os homens aldeados eram utilizados como flecheiros em incursões militares contra outros indígenas, deixando-as à mercê de agressões e estupros.

Os paulistas agiram como máquinas de matar gente. Eles tinham por objetivos ganhar sesmarias e recompensas, o que resultou em disputas entre eles quanto à divisão das melhores terras. Por exemplo, João Fernandes Vieira, tido como herói na historiografia oficial, prendeu e matou inúmeros indígenas quando governou a Paraíba

e levando os Janduí a se levantarem em armas contra os portugueses, tendo já em 1661 notícias sobre os índios “declarados inimigos”. E a década de 1680 demonstrou agravamento da situação com os indígenas destruindo tudo a que tivessem acesso, “matando a toda cousa viva e ao depois queimando e abrasando tudo não deixando, pau, nem pedra sobre pedra de que ainda hoje aparecem as ruínas”, segundo Pedro Carrilho de Andrade (*apud* PIRES, 1990, p. 61).

A guerra de extermínio foi justificada pelo Governador com a velha máxima de que os fins justificam os meios: “ainda que a guerra da parte supõe quebrarem a paz e fizeram a guerra, mortes, insultos e roubos de nossa parte, contudo foi justíssima porque se encaminhou a defesa das pessoas, vidas e bens”, desculpando os atos dos colonos em relação aos gentios (grifos da autora). E a guerra deveria seguir até o aniquilamento praticamente total dos rebelados. Houve ações destruidoras por parte de índios, invadindo aldeias.

Sem data precisa do término da guerra, após 1720 quase não existem registros de lutas, sugerindo o extermínio de tribos inteiras e aldeamento de algumas outras. O Sertão estava livre dos empecilhos à sua ocupação sem o risco de rebeliões nem emboscadas. Estava livre o espaço para a pecuária. O gado adentrou a amplidão e trouxe atrás de si o homem, o vaqueiro. Vale salientar aqui os conflitos entre os sesmeiros, ávidos por terras a perder de vista, como Dias d’Ávila, da Casa da Torre, que usou de todo tipo de crueldade e arbitrariedade contra os índios aldeados do braço da Igreja, o tentáculo religiosos da invasão.

Os religiosos transformavam os aldeados em trabalhadores escravos, em péssimas situações de trabalho, utilizando-os como vaqueiros, como mineiros, sempre sob abusos e trabalhos forçados, não havendo, para os gentios, grande diferença entre o trato dispensado pelos colonos ou pelos religiosos, pois o uso da mão de obra pouco diferenciava entre os que portavam armas ou terços. E até hoje, o Estado brasileiro não mudou muito o seu

trato cor  
sempre t

O  
“amansa  
os sesme  
um impé  
da Bahia  
dens da  
Sabemos  
poderosc  
surgido 1  
se tornac  
sileiro. Tã  
a soldo  
os lucros  
dos genti  
num dos  
de então,  
Piauí, un  
nossa hist

A f  
teve com  
se formav  
centes da  
seus hábi  
dos eles, z  
açúcar e  
também l  
1726 há n



trato com os remanescentes indígenas, sempre tratados como caso de polícia.

O lucro dos índios aldeados e “amansados” foi muito valioso para os sesmeiros e Dias d’Ávila construiu um império que ultrapassou os limites da Bahia, apesar de “contrariar” as ordens da Coroa no trato com o gentio. Sabemos que a impunidade a favor dos poderosos é secular no Brasil, tendo surgido neste período expansionista e se tornado uma faceta do Estado Brasileiro. Tanto é verdade que o assassino a soldo Domingos Jorge Velho, com os lucros do extermínio de Palmares e dos gentios sertanejos, transformou-se num dos maiores sesmeiros do Brasil de então, com terras em Alagoas e no Piauí, um dos maiores assassinos de nossa história, reconhecido como herói.

A famosa “Guerra dos Bárbaros” teve como resultado uma sociedade que se formava no sertão com os remanescentes das lutas, com seus costumes, seus hábitos e com a mistura de todos eles, além da distância das vilas de açúcar e de suas ostentações. Estando também longe dos freios sociais. Já em 1726 há notícias de muitos criminosos

nos sertões distantes, os desertores da guerra, negros fugidos, índios remanescentes, enfim uma plêiade de gentes que tentavam se estabelecer longe do litoral. E o gado começa a sua viagem pelo sertão. Contudo, no Piauí a resistência indígena ainda continuou até, aproximadamente, a década de 1770.

E foi surgindo uma população de homens livres criando gados, com hábitos muito simples, longe da dita civilização, rudes e tendo o couro como matéria prima, fazendo surgir a “Civilização do Couro”, presente em todo o sertão, mas sendo mais predominante no Ceará.

Com o gado vinha o homem, o vaqueiro, com sua habilidade própria ao tratar do rebanho. Surgia então, o sertanejo, tipo de homem diferente daquele do litoral, afeito às dificuldades e ao estilo de vida rude do sertão sem luxo. E começam a surgir às vilas, as povoações, as opções de crescimento acompanhando os rios da região. O sertanejo herda, portanto, todos os hábitos destes habitantes pré-coloniais, dos negros fugidos também lutando por liberdade, dos guerreiros de uma

grande guerra que durou vários anos, e com todo o arcabouço psicológico de uma região exposta à seca e à fome.

Interessante notar aqui alguns costumes que acompanharam o sertanejo ao longo do seu estabelecimento na terra, criando vínculos fortes com a mesma: do índio herdamos a guerra de emboscadas, tão presentes em vários momentos da história nordestina, a vingança que não deixa “pedra sobre pedra”, os sesmeiros abastados com suas guardas particulares, etc. E esta sociedade nascente, com seu *modus vivendi*, com suas roças, seus rebanhos, sua agricultura e sua moral. Por exemplo, os sesmeiros acolhiam fugitivos por crime de vingança, mas desprezando os casos de roubo, costume arraigado no Sertão até recentemente.

Esta sociedade sertaneja tem na família a sua referência social, funcionando como grupo coeso, onde a solidariedade está sempre presente, mesmo em casos de conflitos e violência. Neste universo distante o *compadrio* exerce função sociológica muito importante, pois comporta um parentesco ideológico e espiritual, conforme

Rego (2008). A amizade e o compadrio estabelecem uma rede de solidariedade e de elevação social, expansiva a toda a família. Para os menos abastados é útil por conta da dependência econômica, além do valor social. Vale salientar, que toda esta estrutura no interior do Nordeste vai se estabelecendo lenta e gradativamente até desaguar no coronelismo por volta dos *Oitocentos*, baseado na família extensa (o compadrio aqui é importantíssimo) e no latifúndio, herdeiro do poder dos sesmeiros cujas terras lhes davam valor, poder e mando.

O coronelismo cujo título foi criado pela Guarda Nacional, em 1831, se referia a uma milícia de cidadãos como poder paralelo para auxiliar – ou não – o poder central, conforme interesses particulares. Segundo Rego (2008), o coronelismo era uma troca de favores entre o Poder Público e os decadentes proprietários de terras, sendo um fenômeno nacional com características regionais. No entanto, o imaginário do coronelismo ficou mais presente no Nordeste, talvez pela atuação destas figuras até um passado mais



próximo. No entanto, havia a compra de títulos que enobrecia quem necessitasse de um título de Coronel, com toda a representação que tal designação carrega.

Ainda hoje, temos os novos “coronéis” na política, herdeiros de nomes fortes no passado, como uma herança que não pode ser desprezada. Interessante que, existem nomes que foram criados e ganharam destaques como sendo antigos, como é o caso do senhor Antônio Gonçalves de Mello que batizou seus filhos homenageando Pernambuco e Brasil, batizando seus filhos como Ulisses Pernambucano de Mello e Cícero Brasileiro de Mello, e assim criando sobrenomes que se tornaram famosos dando a impressão de antiguidade familiar.

O coronelismo, próprio da família patriarcal, era assim um poder armado que tomava decisões próprias e dominava sua área de atuação, com a conivência dos poderes constituídos, conforme costumes desde o período da invasão do sertão, como já citamos. Naquela origem colonial formaram-se representações que subexistem até

o presente, quando os herdeiros da “Casa Grande” se comportam como os coronéis de antigamente, exigindo de todos que cruzam seus caminhos submissão e subserviência, com posturas autoritárias e arrogantes.

Voltando ao tema das sesmarias, existem na historiografia oficial, alusões ao processo de invasão do sertão pelos colonos como um marco de “obra civilizatória” e que as concessões de sesmarias marcam o início das atividades do homem nos sertões. Percebemos aqui o total desconhecimento do índio como ser de direito, como não tendo exercido atividades nos territórios por eles habitados. A forma excludente de mencioná-los faz parte de uma representação social que os desvaloriza e os expurga do gênero humano, os “inexistentes” dos sertões vazios e incultos. Mas foram estes “inexistentes” que ofereceram a maior resistência ao invasor europeu, numa luta mortal e desigual.

A resistência indígena durou mais de meio século de renhidas lutas pela liberdade de suas tribos, sendo, portanto, a prova de que o Sertão foi

ocupado com muito sangue e com revolta, destruindo a tão propagada ideia de submissão do gentio pouco afeito ao trabalho. Tal desfecho é citado pelo general pernambucano, Duarte Sodré, em documento de 1774, falando sobre os Tapúya: "... ultimamente estamos senhores de suas terras, que sendo todas povoadas deles quando a descobrimos, hoje nos achamos senhores delas e eles extintos...". Este é um depoimento que deveria ser repassado nas escolas de todo Brasil em nome da verdade e da história real da ocupação das terras do sertão. Em Carvalho (2005, p. 51, grifo da autora) encontramos uma declaração de Maya da Gama, governador do Piauí na época, sobre uma aldeia Aroase: "A 18 fomos passar o brejo e a aldeia dos índios Aroases que foi muito populosa de mais *de quatrocentos* anos, e hoje se acha destruída, e acabada com quarenta casais ou cinquenta pouco mais ou menos [...]".

O homem sertanejo da história mais recente, séculos XIX e XX, herdou vários destes costumes enraizados em seu inconsciente coletivo: lutas, secas, fomes, mortes, deslocamentos,

estilo de vida rude e simples, duro e, ao mesmo tempo, sensível, acostumado a sobreviver às vicissitudes. Alguns destes hábitos vão aparecer nos grupos armados do Sertão, como entre os conselheristas, os cangaceiros, os andarielhos, os romeiros.

Não há neste texto a pretensão de contemplar todo o período e todas as atividades acontecidas no sertão e com o sertanejo, nos primórdios da invasão e da colonização nas terras nordestinas. Noutro momento poderemos aprofundar determinados aspectos característicos do sertanejo.

No entanto, fica apenas um panorama rápido da devastação sofrida pelos índios que aqui habitavam. E os motivos que foram o estopim para o genocídio, fato até hoje ocultado ou menosprezado pela historiografia oficial que tem, como viés, a versão eurocêntrica.

## REFERÊ

ALVES, Jo  
XVII a XI  
vo Virtual  
[S.L.]: [s.n.]  
colecaomo

CARVALH  
indígena r  
MA: Ética,

CASTRO,  
Rio de Jane

GUERRA,  
buc. Reci  
1992.

LOPES, Fát  
e missionári  
Grande do  
o Acervo V  
Faria. [S.L.]

PIRES, Ma  
dos Bárbar  
conflitos no  
FUNDARE

REGO, An  
coronelism  
poder. São

SILVA, Kal  
vastas e ass  
tão de Pern  
nos séculos  
2010.



## REFERÊNCIAS

ALVES, Joaquim. **História das secas**: sec. XVII a XIX. Edição especial para o Acervo Virtual Oswaldo Lamartine de Faria. [S.l.]: [s.n.], [s.d.]. Disponível em: <www.colecaomossoroense.org.br>.

CARVALHO, João Renôr de. **Resistência indígena no Piauí colonial**. Imperatriz, MA: Ética, 2005.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. Rio de Janeiro: Gryphus, 1992.

GUERRA, Flávio. **História de Pernambuco**. Recife: FUNDAJ; Massangana, 1992.

LOPES, Fátima Martins. Índios, colonos e missionários na colonização do Rio Grande do Norte. Edição especial para o Acervo Virtual Oswaldo Lamartine de Faria. [S.l.]: [s.n.], [s.d.].

PIRES, Maria Idalina da Cruz. “**Guerra dos Bárbaros**”: resistência indígena e conflitos no Nordeste colonial. Recife: FUNDARPE, 1990.

REGO, André Heráclio do. **Família e coronelismo no Brasil**: uma história de poder. São Paulo: A Girafa, 2008.

SILVA, Kalina Vanderlei. Nas Solidões vastas e assustadoras: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vias açucareiras nos séculos XVII e XVIII. Recife: CEPE, 2010.

# Canudos nas Obras de Tripoli Gaudenzi

Udinéia Braga<sup>1</sup>

## Resumo

Canudos apresenta uma complexidade tamanha, com variantes sociais e históricas que apontam questões ainda não estudadas, em pormenores, e que não serão esgotadas, pois ainda hoje existe uma produção nacional e internacional que trata desta temática nas mais variadas formas de expressão, seja na produção de romances e relatos, teses, biografias, temas musicais, abordagens literárias, cinema, vídeo, teatro, artes plásticas, na literatura de cordel, na voz de poetas e cantores e expressões artísticas como a aqui apresentada. Nesta perspectiva, um artista plástico chamado Tripoli Gaudenzi, rompe com os muros da academia e se lança em um projeto onde registra em suas telas a história de Canudos tendo como base a obra *Os Sertões de Euclides da Cunha*, leva para além dos limites da História do Brasil a trajetória daquele povo sertanejo.

**Palavras-chave:** Canudos. Arte. História. Sertão.

## CANUDOS IN TRIPOLI GAUDENZI'S WORK

### Abstract

Straws presents such complexity, with variants that link social and historical issues have not studied in detail, and that will not be exhausted because today there is a national and international production that deals with this theme in various forms of expression, whether in production novels and reports, theses, biographies, music themes, literary approaches, film, video, theater, visual arts, in literature, work in the voice of poets and singers and artistic expressions as presented here. In this perspective, an artist called Tripoli Gaudenzi, breaks the walls of academia and launches into a project where records on their screens the story of Canudos based on the work of *The Barrens Euclides da Cunha*, leads beyond the limits of history Brazil's trajectory that people countryman.

**Keywords:** Straws. Art. History. Wilderness.

<sup>1</sup> Licenciada em História pela UFBA, especialista em Metodologia do Ensino Afro-Brasileira, Gestora e Professora de História da Rede Pública Estadual em Salvador, Bahia.

A História  
desperta a  
pesquisado  
áreas, dada  
dade daqu  
se estabel  
no final d  
constitui n  
blicações  
não se esg  
volvem aq  
conseguiu  
republican  
centrando  
vinte e sei  
conselheri  
abordagen  
a ampliaçã  
peia da gu

Ante  
mou pelo s  
cemitérios  
e o camin  
mou em t

2 Boa parte da  
a detalhar o c  
ocasião notici  
é possível olha  
aspectos até er  
entender o qu  
Bele Monte.



nzi

a Braga<sup>1</sup>

stóricas que  
otadas, pois  
ica nas mais  
s, biografias,  
na literatura  
apresentada.  
os muros da  
nudos tendo  
da Historia

issues have  
ational and  
on, whether  
approaches,  
singers and  
i Gaudenzi,  
screens the  
beyond the

stora e Pro-

A História de Canudos ainda hoje desperta a atenção de historiadores, pesquisadores e cientistas de diversas áreas, dado a dimensão e a complexidade daquele arraial messiânico, que se estabeleceu no semiárido baiano no final do século XIX. Canudos se constitui motivo de pesquisas e de publicações acadêmicas, por que ainda não se esgotaram os assuntos que envolvem aquela epopeia humana, que conseguiu colocar-se à margem da lei republicana recém-implantada, concentrando em seus limites cerca de vinte e seis mil pessoas chamadas de conselheristas, como também as novas abordagens historiográficas permitem a ampliação do tema para além da epopeia da guerra.<sup>2</sup>

Antônio Conselheiro peregrinou pelo sertão, construindo igrejas e cemitérios, ensinou a palavra de Deus e o caminho para o céu, e se transformou em uma esperança para “o ser-

<sup>2</sup> Boa parte da bibliografia sobre Canudos se detém a detalhar o combate e a guerra que se tornou na ocasião notícia em todo o país e no mundo. Hoje é possível olhar para Canudos e observar outros aspectos até então não abordados para melhor se entender o que acontecia dentro dos limites do Belo Monte.

tanejo” pobre, ignorado, oprimido e marginalizado. Começou a ser seguido por uma multidão composta por trabalhadores rurais, sem posses, ex-escravos, velhos, mulheres e crianças. (NETO, 2007) “A grande massa humana provinha de pontos próximos ou distanciados dos sertões nordestinos” (CALASANS, 1973, p. 468).

O sertão significou muito mais do que o espaço e a região dos acontecimentos que compreende o Ciclo do Bom Conselheiro. É deste sertão, desta terra inculta e árida, deste sertão seco, embrutecido e inóspito, que milhares de pessoas em busca de alento para suas dores, desilusões, alimentando esperanças singulares, começaram a segui-lo. Antônio Conselheiro não chamava os seus fies, eles chegavam:

[...] espontâneos, felizes por atravessarem com ele os mesmos dias de provações e miséria. Eram no geral, gente ínfima e suspeita, avessa ao trabalho, farândola de vencidos da vida, vezada a mandria e a rapina. Um dos adeptos carregavam o templo único, então da religião minúscula e nascente... Entravam com ele, triunfalmente erguido,

pelos vilarejos e povoados, num coro de ladainhas (CUNHA, 2000, p. 167).

Andando pelos sertões, O Bom Conselheiro liga-se a Joana Imaginária, escultora de imagens em barro e madeira com quem tem um filho e os deixa em 1865 (NETO, 2007), dando continuidade a sua peregrinação. Viu a República e se declara contra as novas leis. Em certa ocasião estava em Bom Conselho, onde reuniu o povo em dia de feira e, entre gritos sediciosos e estrepitar de foguetes, mandou queimar as tábuas com as leis da República numa fogueira. Começava então a sua trajetória política, pois dispersara uma patrulha de soldados republicanos que tenta prendê-lo pelo ocorrido em Bom Conselho. A partir deste momento será sempre perseguido como um perigo social.

Chegou às margens do Rio Vazão-Barris numa fazenda que posteriormente, seria chamada de Belo Monte. O crescimento de Canudos foi vertiginoso para lá partia pessoas de várias localidades, sobretudo de locais onde o Conselheiro havia peregrinado mais

de vinte anos. “Pessoas de recursos que vendiam sua terra e gado. Homens e mulheres paupérrimos. Índios do aldeamento [...]; pretos libertos pela lei áurea, [...] doentes mentais, aleijados, incapacitados que viviam das esmolas do Bom Jesus e esperavam seus milagres” (CALASANS, 1973, p. 466). Mas não apenas estes tomavam o caminho de Canudos.

[...] os grupos de adeptos que surgiam todos os dias, procedentes de diversos lugares por onde peregrinara durante mais de 20 anos, o Santo Conselheiro ... Pessoas de recursos, que vendiam sua terra e seu gado. Homens e mulheres paupérrimos. Índios do aldeamento de Miranda e Rodelas ..., pretos libertos pela lei áurea ... Doentes mentais, aleijados, incapacitados que viviam de esmolas do Bom Jesus e esperavam seus milagres [...] (CALASANS, 1973, p. 465-466).

O arraial de Canudos surpreendia por causa do seu crescimento. Após iniciada a guerra, em três semanas este aumentara de modo extraordinário. Como nos primeiros tempos da fundação a todo o momento apontavam grupos de peregrinos em demanda de



recursos que  
Homens e  
dios do al-  
tos pela lei  
s, aleijados,  
das esmolas  
seus mila-  
466). Mas  
o caminho

adeptos que  
dias, proce-  
lugares por  
durante mais  
Conselheiro  
os, que ven-  
u gado. Ho-  
aupérrimos.  
to de Miran-  
etos libertos  
oentes men-  
acitados que  
lo Bom Jesus  
milagres [...]  
p. 465-466).

s surpreen-  
mento. Após  
emanas este  
raordinário.  
os da fun-  
apontavam  
emanda de

paragens lendárias. Dentre os que o seguiam para Canudos em busca do alento das prédicas do Bom Conselheiro, registrava um grande número de mulheres. “O mulherio constituía então, a parte mais numerosa do pessoal fanático, podendo ser calculado em dois terços do bando que acompanhava o Conselheiro [...]” (DANTAS, 1922, p. 146).

Encontramos uma vasta literatura e outros documentos a respeito da Guerra, dos jagunços, mas se carece de informações a respeito daquelas que formavam dois terços da população daquele arraial e que fizeram parte deste movimento histórico, de repercussão mundial, que ainda hoje é objeto de interesse de vários segmentos da sociedade científica. Porém, ao lermos este depoimento de Euclides da Cunha registrado em “Os sertões”, obra clássica sobre Canudos, nos reportamos às várias leituras que tratam destas mulheres no pós-guerra. Elas foram definidas como mulheres de aparência grotescas, sem polidez, sem beleza alguma, além de serem denominadas como “jagunça” o que está sem-

pre associado ao comportamento dos jagunços, facínoras que buscavam em Canudos como um “homizio”. Estas definições de caráter discriminatório não nos impedem de uma releitura na identidade das mulheres do arraial:

Ali estavam, gafadas de pecados velhos, serodidamente penitenciados, as beatas – êmulas das bruxas das igrejas – revestidas da capona preta lembrando a holandilha fúnebre da Inquisição; as solteiras, termo que nos sertões tem o pior dos significados, desenvoltas e desejadas, soltas na gandaíce sem freios; as moças donzelas ou moças damas recatadas e tímidas; e honestas mães de famílias; nivelando-se pelas mesmas rezas... Faces murchas de velhas... rostos austeros de matronas simples; fisionomia ingênua de raparigas crédulas... Grenhas maltratadas de crioulas retintas (...) (CUNHA, 2002, p. 467).

Relatos como os publicados pelo coordenador do Histórico e Relatório do Comitê Patriótico da Bahia, Lélis Piedade (PIEADADE, 1897-1901, p. 216-217), registra que várias mulheres após a guerra voltaram para suas famílias abastadas e que, algumas delas,

ainda em ocasião de sua morte, cederam quantias em dinheiro para ajudar outras, em condição menos favorecida, o que contradiz as definições e não correspondem aos fatos, quando não relatam o perfil destas mulheres, igualando-as, influenciados apenas nas publicações recorrentes da época.

Segundo José Calasans, Euclides da Cunha, em “Os Sertões”, costuma referir-se a essas mulheres de forma duramente estigmatizada. Dizia que as mulheres eram repugnantes (CALASANS, 1987, p. 15), praticamente negando a presença feminina em seu livro. As poucas referências que faz, trata de mostrar a sua feiura e as mazelas que carregavam sobre si. Nega, ainda mais, a participação destas como agentes históricos daquele episódio que marcaria significativamente a História da Bahia e do Brasil. Devolver a elas o “[...] exigindo reconhecimento do seu papel de mulher como participantes ativos (e iguais) nos movimentos políticos para a mudança social” (SCOTT, 1996, p. 69), se faz necessário.

Sem dúvida, os próprios historiadores das mulheres acharam

difícil inscrever as mulheres na história e a tarefa de reescrever a história exigia reconceituações que eles não estavam inicialmente preparados ou treinados para realizar. Era necessário um modo de pensar sobre a diferença e como sua construção definiria as relações dos indivíduos e os grupos sociais. (SCOTT, 1996, p. 86).

Neto, diz que “o papel desenvolvido pela mulher neste contexto, como de resto no sertão em geral, está umbilicalmente vinculado à família” (NETO, 2008, p. 2). Se considerarmos a formação religiosa do Bom Conselheiro e observarmos suas prédicas encontraremos claramente o que este considerava ser o comportamento ideal para o sexo feminino e conseqüentemente para as mulheres do arraial. Ataliba Nogueira traz a transcrição das prédicas do Conselheiro em seu livro “Antônio Conselheiro e Canudos” onde encontramos as seguintes recomendações:

Todos devem fugir deste pecado [...]. Seria bem útil que tal mulher meditasse profundamente nestas verdades, tendo em mira a importância de seu estado, obedecendo a seu esposo, rele-



vando suas faltas com paciência [...], cumprindo com diligência seus deveres, não deixando vencer por qualquer convite que ocasionasse uma ofensa... (NOGUEIRA, 1997, p. 148-149).

É sabido que se costumava omitir a importância da mulher nos movimentos e processos históricos. Lelis Piedade ao abrigar as sobreviventes prisioneiras da saga de Canudos, declarou que estas apresentam sentimentos de honra e recato, bons costumes, hábitos de trabalho, que buscavam posições para esconder a nudez da pele com os andrajos, além de testemunhar a nobreza de algumas destas mulheres que distribuía pequenas quantias que traziam consigo, no sentido de melhorar a vida das mais indigentes (PIEADADE, 1897-1901, p. 216-217).

Apesar da vasta bibliografia e documentação publicada sobre Canudos, poucas referências fazem-se a respeito daquelas mulheres que constituíam a grande maioria de sua população. Inscrever estas mulheres neste acontecimento histórico, com participação ativa naquele movimento político e social se faz necessário para tomarmos

conhecimento das relações de gênero ali estabelecidas.

A História de Canudos, mesmo ampla, omite o papel da mulher como agente histórico, se faz necessário pensar em uma Nova História, em que seja devolvida a mulher o seu direito de participante nas construções sociais e históricas. Portanto voltamos o nosso olhar aos acontecimentos vivenciados por estas mulheres antes, durante e após a grande epopéia da “Troia de Taipa” “Canudos”. “As mulheres [...] São elas que fazem os homens bons e maus; são as origens das grandes desordens, como dos grandes bem; os homens moldam a sua conduta aos sentimentos delas” (LOURO, 1997, p. 678).

Mulheres e crianças sobreviveram a Guerra de Canudos, muitas dessas listadas no Histórico e Relatório do Comitê Patriótico da Bahia (PIEADADE, 1897-1901, p. 224-233), que traz depoimentos sobre a guerra e sobre o que eles sofreram após a queda de Belo Monte. No entanto existe uma escassez de estudo a respeito da origem daquelas mulheres.



**Imagem 1** – As prisioneiras

Foto: Flávio de Barros, 1897.

Iam para lá e a seu lado permaneciam brancos, negros, índios, gente de recursos, escravos há pouco libertados e camponeses sem terra. Os proprietários rurais, prejudicados pelo êxodo em massa da mão-de-obra que deixava despovoadas as fazendas, exigiam medidas enérgicas contra Antônio Conselheiro, no que eram secundados pelos membros do alto clero que viam seus fiéis desertar das igrejas em busca do novo Messias.

Sabemos que de forma desumana foram assassinados barbaramente os vencidos, degolando crianças, mulheres e anciãos e todos os sertanejos que ali buscavam


alent  
Com  
a Hi  
Gue  
diçõ  
cont  
Histo  
hoje  
res e  
cont

nha  
varia  
tam  
porr  
das,  
poli  
repi  
gistr  
histe  
cime

Arte  
cons

em t  
Pré-  
duvi  
arte





alento. Poucos escaparam do massacre. Como prova desta barbárie legou-se a História brasileira a triste página da Guerra de Canudos que em três expedições teve o seu povo destruído. Neste contexto de tragédia, página de nossa História o episódio de Canudos ainda hoje desperta a atenção de pesquisadores e artistas que buscam contar e recontar aquela história.

Diante da complexidade tamanha que apresenta, considerando as variantes sociais e históricas que apontam questões ainda não estudadas, em pormenores, e que não serão esgotadas, um artista plástico chamado Tripoli Gaudenzi, busca através da arte representar o evento de Canudos, registrando em sua tela o descrito pelos historiadores que narraram os acontecimentos daquele fato histórico.

### **Arte e história: uma relação em construção**

A arte sempre esteve presente em toda a trajetória humana desde a Pré-história até os dias de hoje, e sem dúvida a arte, ou melhor, as obras de arte ou a produção de um artista, ou

ainda, o campo artístico nos revela os valores, costumes, crenças e modos de agir de um povo, de uma geração, de uma civilização e ou da sociedade que a produziu. Aos observadores ou intérpretes da arte cabe o esforço na tarefa de relacionar estes vestígios com algum traço do período em que foi concebida ou produzida, e é exatamente aí, a partir dessa ação, que a arte passa a ser interpretada com um olhar histórico, que se empenha em decifrar aquilo que o artista disse através de sua obra.

Observando então a arte como documento histórico, Langer faz a seguinte observação,

O conceito de arte, compreendido como uma espécie de “comunicação” apresenta seus riscos porque analogamente à linguagem, esperar-se-ia que a “comunicação” ocorresse entre o artista e seu público, noção que eu considero redutora. Mas há algo que, sem incorrer no risco de exprimir muito literalmente pode ser chamado de “comunicação através da arte”, ou seja, o testemunho que as artes dão de uma determinada nação ou época aos homens de uma outra época. [...]. (LANGER, 1953 *apud* CALABRESE, 1987, p. 35.).

Poderíamos dizer então que a arte é um mero reflexo do tempo em que o artista vive? Correríamos o risco de reduzir a arte apenas como um registro do passado deixando de considerar o seu importante papel no que tange a plenitude dos dons humanos que se reproduz através de suas produções artísticas nas diversas linguagens que apresenta como música, dança, dramaturgia etc. Seria então precipitado esse tipo de conclusão, mas não podemos acabar vendo a arte como uma manifestação presa aos valores de um tempo.

Umberto Eco a respeito de que representa a arte, em seu livro a definição da arte, afirma que:

Quando consideramos a obra de arte inserida no seu contexto originário, no complexo de relações culturais, econômicas e políticas em que se formou, empenhando-nos numa visão interactiva dos binômios arte-história e arte-sociedade [...], pois o artista, manifestando-se como modo de formar nas sinuosidades próprias do seu jogo abstrato de factos, vozes e imagens, traduz sempre sua personalidade e as constantes de uma época e de um ambiente; neste

sentido pode ver-se como a arte se alimenta de toda a civilização de seu tempo, reflectida na irrepetível reacção pessoal do artista e nela estão as maneiras de pensar, viver e sentir toda uma época, a interpretação da realidade, a atitude perante a vida, os ideais e as tradições e as esperanças e as lutas de um período histórico. (ECO, 1972, p. 33-34).

Sem duvida alguma o papel de um pesquisador não é apenas conhecer os fatos que envolvem este ou aquele evento histórico, dentro do campo da historia e da arte que uma manifestação de clara evidência “artística” pode não ser encarada como tal pelo seu autor ou sociedade em que surge, pode ser vista apenas com o signo do fazer e não do registro, do vestígio que o estudo da historia requer.

Em função disto ao estabelecermos um olhar atento à obra de um único artista, podemos reconhecer que os seus trabalhos não só refletem o tempo em que viveu, mas também demonstram a sua relação particular, o diálogo singular que estabeleceu com seu tempo ou com um evento que marcou a sua trajetória e o impulsionou a aquela produção que hora se dispunha a fazer

a realiz  
historia

Nas  
tórico sob  
do de out  
santes, ins  
apropriaç  
meios de c  
e o intercâ



no a arte  
vilização  
a na irre-  
lo artista  
s de pen-  
ma épo-  
ealidade,  
os ideais  
eranças e  
histórico.

papel de  
conhecer  
u aquele  
ampo da  
anifesta-  
ca” pode  
o seu au-  
ge, pode  
lo fazer e  
ie o estu-

abelecer-  
: um úni-  
er que os  
o tempo  
demonst-  
o diálogo  
seu tem-  
narcou a  
a aquela  
ha a fazer

a realizar. Para Argan (1992, p. 20),  
historiador de arte,

A arte é um fazer exemplar que, em última análise, tem como horizonte a produção de objetos perfeitos, que sirvam de guia as demais atividades. Nesta busca, ela é também criação de valores, já que deve se perguntar a todo instante pelo sentido de agir humano e operar de modo a garantir e ampliar seus próprios fundamentos. E esse movimento traz consigo necessariamente uma temporalidade de ordem histórica, em que passado e presente e futuro se condensam na presença instigante de um objeto particular. A partir desta formulação o estabelecimento de vínculos entre a produção artística e aspectos sociais, éticos, históricos e cognoscitivos pode se realizar sem a necessidade de privilegiar qualquer uma das instâncias envolvidas, desde que as análises partam dos trabalhos de arte e observem nelas a especificidade dos nexos propostos.

Nas últimas décadas o olhar histórico sobre a arte vem sendo acrescido de outras questões bastante interessantes, instigantes e polêmicas como a apropriação da obra pelo público, os meios de difusão do conteúdo artístico e o intercâmbio entre diferentes mani-

festações integram os novos caminhos que hoje englobam esse significativo campo de conhecimento. Diante de tantas perspectivas, e possibilidades de se enxergar a arte ou uma única obra como propulsora de variados sentidos, nos colocamos a observar de forma mais detalhada o trabalho e o olhar de um determinado artista sobre o evento de Canudos.

Colocando-nos ainda a questionar quais as suas motivações, quais os anseios e o que de fato levou este artista a se deter em registrar com seu olhar artístico, autodidata e pro que não dizer acadêmico aquele fato histórico que acontece dentro dos arredores do sertão nordestino e que ganha repercussão mundial dado aos acontecimentos que envolveram uma guerra entre a recém-implantada República brasileira e um grupo de sertanejos que resistiu até ao esgotamento total de suas forças.

### **Tripoli Gaudenzi e Canudos**

Tripoli Francisco Britto Gaudenzi, 72 anos, médico com experiência de mais de 30 anos de exercício da profissão, além de ter ocupado cargos de

chefia no Estado tornou-se um grande artista plástico reconhecido internacionalmente.

Atuou quase três décadas na medicina e na academia como professor universitário, enquanto na arte, traz um currículo que é uma verdadeira lição de história, que conta com mais de mil quadros pintados que retratam símbolos de uma época, como o trabalho sobre as Procissões Antigas da Bahia; as Aventuras do Descobrimento; o projeto sobre Jagunços e Heróis baseado em livro de Walfrido Moraes; o livro saudosista sobre Bares, Botequins e Cabarés da Bahia que está em andamento; e a exposição Óleo e Traço, enfocando a figura humana no cenário colonial da Bahia, além da famosa exposição “Canudos Rediviva”, ilustrada com base na obra Os Sertões, de Euclides da Cunha e que gerou a ascensão e o reconhecimento internacional do artista Tripoli Gaudenzi.

Antes de pensar em Medicina sempre desenhei e, esquizofrenicamente, levei as duas coisas juntas. Na época de escola gostava muito de história, geografia e biologia. E já desenhava. [...] Fiquei sentido de não concluir

essa formação. Sou um autodidata, mas acho que se você tem um talento e vai para Belas Artes, você se aprimora, amplia horizontes. É muito importante a formação universitária. (REBOUÇAS, 2012, p. 7).

Apesar de por duas vezes, tentado estudar Belas Artes, na Bahia e na França, e não ter conseguido por conta dos compromissos profissionais da medicina buscou se especializar. Quando esteve em Paris para complementar a formação médica, freqüentou os ateliers dos pintores Ronnie Abraham e Olivier le Bars e do argentino, radicado na Bahia, Alfonso Lafita.

A história do livro Os Sertões, foi retratada em ilustrações por cerca de 430 telas, com técnicas com bico de pena, óleo, acrílico, guache, aquarela, técnicas mistas etc. a depender da cena ilustrada. E tamanhos variados, que visitou 30 lugares diferentes, incluindo interior da Bahia, estados brasileiros e países como Cuba, Alemanha e França, de 1991 a 1998, em caráter didático-cultural, lhe rendendo a publicação do livro de arte e de história, Memorial de Canudos, e a edição de um DVD, Canudos, a Guerra no Sertão. Neste

seu tra  
ideias,



seu trabalho retrata o homem simples, sertanejo que luta por sua liberdade e seus ideais, deparamos em sua obra com a Terra, o Homem, a Luta.

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história resistiu até o esgotamento completo. Expugnada palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia cinco, ao entardecer, quando caíram seus últimos defensores; eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam, raivosamente, cinco mil soldados! (CUNHA, 2000, p. 418).



**Imagem 2** – Peregrinos de Canudos

Obra: Tripoli Gaudenzi, óleo s/ tela

A mostra, que já esteve em São Paulo, Paris, Havana, Colônia e Berlim, integrou a programação oficial da 36ª Jornada Internacional de Cinema da Bahia, cujo tema central do ano de 2009 foi o centenário da morte do Euclides da Cunha. O episódio de Canudos foi e é um dos maiores massacres da história do Brasil. Mas nas mãos de um artista, como é o caso do Trípoli Gaudenzi, o grotesco vira arte questionadora, ou seja, uma arte que faz refletir, que denuncia e educa, contribuindo, desta maneira, para o engrandecimento da cultura de todos nós.



**Imagem 3** – A chegada de Antônio Conselheiro e sua gente a Natuba

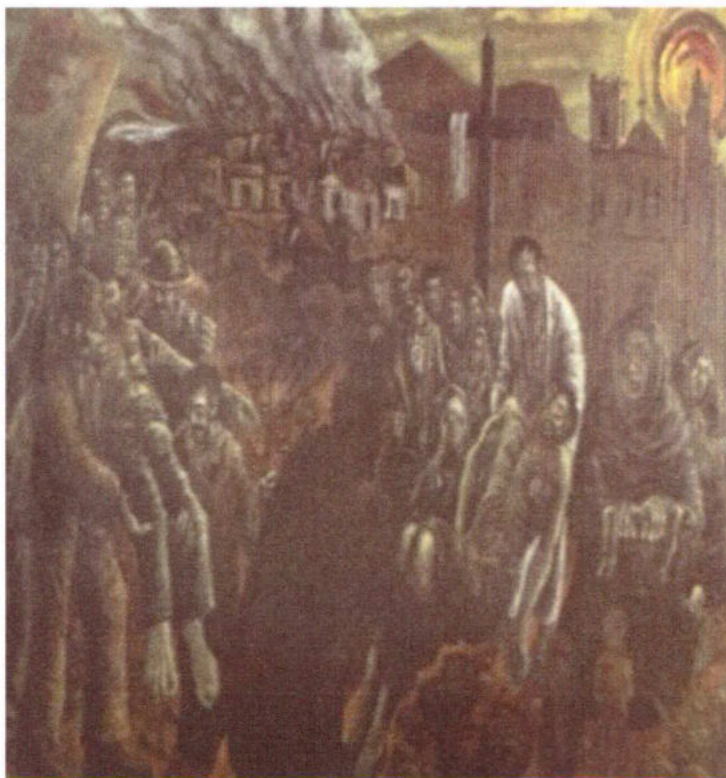
Obra: Trípoli Gaudenzi, óleo s/tela e eucatex.

Por meio de uma beleza épica ímpar, Trípoli Gaudenzi narra a saga e o drama do povo liderado pelo Antônio Conselheiro, vítima da intolerância e da violência da sociedade brasileira, que, em 1897, colocou todo seu aparato bélico-militar a serviço do extermínio do que se julgava ser atraso, incivilidade, vergonha, indolência e inadmissível insubordinação.



rlim, in-  
a Bahia,  
i Cunha.  
asil. Mas  
vira arte  
atribuin-

Tanto horror e iniquidade nos saltam aos olhos com uma ferocidade por vezes inquietante, por vezes piedosamente cortante. Há momentos que é possível ouvir as dores e úlceras daquela gente a arder em meio ao fogo do inferno de Dante. Produzidas em acrílico, guache, bico-de-pena, óleo, pastel e técnicas mistas, as telas da mostra “Canudos: a guerra de Os sertões” são a mais pura expressão de um barroco tipicamente pós-moderno.



**Imagem 4** – A destruição de Canudos

Obra: Tripoli Gaudenzi, óleo s/ tele s/Eucatex.

o drama  
lência da  
r a servi-  
olência e

Gaudenzi é talvez quem melhor produziu em papel e tela aquilo que Euclides narrou com tanto vigor. Depois de muita pesquisa bibliográfica em que selecionou cerca de 600 passagens descritas nos doze melhores livros sobre o assunto, o pintor chegou a cerca de 450 cenas tecnicamente viáveis. Destas, 400 se tornaram desenhos, aquarelas e óleos.

Gaudenzi fez também pesquisa de campo em Belo Monte, local onde no final do século passado se ergueu o império de Antônio Conselheiro, e registrou a vegetação e o relevo.

### Considerações Finais

Mulheres e crianças sobreviveram a Guerra de Canudos. Muitos dessas listadas no Histórico e Relatório do Comitê Patriótico da Bahia com depoimentos sobre a guerra e o que sofreram após a queda de Belo Monte. Canudos apresenta, portanto uma complexidade tamanha, com variantes sociais e históricas que apontam questões ainda não estudadas, em pormenores, e que não serão esgotadas. Analisar Canudos seja com nos documentos históricos,

seja nas obras de arte produzidas por artistas plásticos, retomará dados não observados sobre aqueles que viviam na “Canaã Terrestre”, no Belo Monte, que por ocasião de sua queda, sofreu toda sorte de violência.

A obra de Gaudenzi é de grande valor, pois apesar de seu quase anonimato entre os estudos acadêmicos, tanto de História quanto de Belas Artes, este rompe com o tradicional, rompe com os muros da academia e se lança em um projeto que leva para além dos limites da História do Brasil a trajetória do povo sertanejo, “pobre”, “faminto” que formam massacrados até o seu esgotamento total.

Poucas foram às imagens que restaram daquele evento histórico, as poucas existentes registram os momentos de vitória dos algozes que em pleno sertão baiano promoveram o genocídio daquele povo denominados pelo censo comum de jagunços, mas é através da obra deste artista que vemos recriar o sofrimento daquela gente, bem como já o foi feito por grandes nomes da pintura brasileira e internacional em outros eventos históricos.

Imagem

### REFERÊ

ARGAN,  
Tradução  
Carotti. Sí-  
tras, 1992.

CALABRI  
arte. Trad  
técnica e p  
Janeiro: G

CALASAI  
do pelo R  
Monte Ma  
sobre Ant  
to no Arr  
cação da U  
Centro de  
130, 1987.



das por  
os não  
víviam  
Monte,  
, sofreu

le gran-  
u quase  
cadêmi-  
de Belas  
diciona,  
demia e  
eva para  
lo Brasil  
“pobre”,  
sacrados

gens que  
órico, as  
os mo-  
s que em  
veram o  
minados  
ços, mas  
a que ve-  
uela gen-  
r grandes  
: interna-  
óricos.



**Imagem 5** – Dr. Tripoli finaliza quadro de aula do médico francês Jean Martin Charcot para D. Pedro II. Ao fundo pintura de aula do prof. Jonathas Abbott

## REFERÊNCIAS

ARGAN, Giulio Carlo. **Arte moderna**. Tradução Denise Bottmann e Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CALABRESE, Omar. **A Linguagem da arte**. Tradução Tânia Pellegrini; revisão técnica e prefácio Rodrigo Neves. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

CALASANS, José. **Relatório apresentado pelo Revd. Frei João Evangelista de Monte Marciano ao Arcebispo da Bahia sobre Antônio Conselheiro e seu séquito no Arraial de Canudos – 1895**. Publicação da Universidade Federal da Bahia, Centro de Estudos Baianos, Salvador, n. 130, 1987.

\_\_\_\_\_. Canudos: origem e desenvolvimento de um arraial messiânico. In: SIMPÓSIO NACIONAL DA ANPUH, 7., 1973, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPUH, 1973.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

ECO, Umberto. **A definição da arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1968.

GAUDENZI, Tripoli Francisco Brito. **Memorial de Canudos**. Prefácio de Renato Ferraz. Texto de José Calasans. Fotografias de Vito Diniz e Cop&imagem. Texto em português e inglês. Apoio cultural: Fundação Cultural do Estado da Bahia. Salvador: Secretária de Cultura e Turis-

mo; Rio de Janeiro: Construtora N. Odebrecht, 1996.

LOURO, L. G. Mulheres em sala de aula. In: PRIORI, Mary Del ; BASSANEZI, Carla (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2002. p. 678.

MILTON, Aristides. **A campanha de Canudos**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1979. (Coleção Cachoeira, v. 2).

NETO, Manoel. Artigo publicado em <<http://www.portfolium.com.br/sites/canudos.asp?IDPublicacao=77>>. Acesso em: 10 set. 2007.

NOGUEIRA, Walnice Galvão. **No calor da hora**. São Paulo: Ática, 1973.

OLIVEIRA, Wálney da Costa. **“Sertão virado do avesso”**: a República na região de Canudos. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

PIEIDADE, Lélis. (Coordenador). **Histórico e Relatório do Comitê Patriótico da Bahia** [S.l.]: [s.n.]. Editora Portfolium, 2002.

REBOUÇAS, Daniele. Medicina, história e arte nas mãos de Dr. Tripoli Gaudenzi. **Vida e Ética - Revista CREMEB**, Salvador, v. 3, n. 10, p. 6-7, 2012. Disponível em: <[http://www.cremeb.org.br/data/site/uploads/arquivos/Vida\\_e\\_Etica\\_](http://www.cremeb.org.br/data/site/uploads/arquivos/Vida_e_Etica_)

Ed10\_2012\_FINAL\_PARA\_O\_PORTAL.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2013.

SCOTT, Joan Wallach. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

## CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

**Imagem 1** – Disponível em: <[http://www.portfolium.com.br/qAdm/Funcoes/bin/ProcessaImagemGR.asp?FilePathImage=Fotografias/FlavioDeBarros1897.jpg&LarguraImgGR=400&SharpenImageGR=False&GrayscaleImageGR=False&FlipH\\_ImageGR=False&FlipV\\_ImageGR=False&QualityImageGR=51&CropImageGR=False](http://www.portfolium.com.br/qAdm/Funcoes/bin/ProcessaImagemGR.asp?FilePathImage=Fotografias/FlavioDeBarros1897.jpg&LarguraImgGR=400&SharpenImageGR=False&GrayscaleImageGR=False&FlipH_ImageGR=False&FlipV_ImageGR=False&QualityImageGR=51&CropImageGR=False)>.

**Imagens 2, 3 e 4** – GAUDENZI, Tripoli Francisco Brito. **Memorial de Canudos**. Salvador: Secretária de Cultura e Turismo; Rio de Janeiro: Construtora N. Odebrecht, 1996.

**Imagem 5** – Foto de Adenilson Nunes, AN Fotojornalismo. **Vida e Ética - Revista CREMEB**, Salvador, v. 3, n. 10, 2012. Disponível em: <[http://www.cremeb.org.br/data/site/uploads/arquivos/Vida\\_e\\_Etica\\_Ed10\\_2012\\_FINAL\\_PARA\\_O\\_PORTAL.pdf](http://www.cremeb.org.br/data/site/uploads/arquivos/Vida_e_Etica_Ed10_2012_FINAL_PARA_O_PORTAL.pdf)>. Acesso em: 17 mar. 2013.



PORTAL.

das mul-  
A escrita  
São Pau-

OS

tp://

R.  
FlavioDe-  
=400&Sh  
eImageG  
:&FlipV\_  
gR=51&

Tripoli  
**nudos.**  
Turis-  
N. Ode-

unes,  
- **Revis-**  
, 2012.  
neb.org.  
da\_e\_  
\_O\_  
ir. 2013.

Depoimento

## Sobre uma Conversa com Renato Ferraz

*José Carlos Pinheiro<sup>1</sup>*

Renato Ferraz era Antropólogo, nasceu em 22 de setembro de 1934 e faleceu em 02 de setembro de 2002, dirigiu por mais de 16 anos o Museu de Arte Moderna da Bahia, trabalhou na Secretaria da Cultura e Turismo. Era detentor de profundo conhecimento dos sertões euclidianos, de Canudos e Antônio Conselheiro, pesquisador do Centro de Estudos Euclides da Cunha-CEEC da Universidade do Estado da Bahia-UNEB, proferiu diversas palestras, seminários e concedeu entrevistas para jornais e revistas, coautor da Cartilha Histórica de Canudos. Ferraz por indicação do amigo Jorge Amado acompanhou o escritor peruano Mario Vargas Llosa, quando este esteve colhendo subsídios pelo período de um mês nos sertões da Bahia, se preparando para a elaboração da sua obra literária *A Guerra do Fim do Mundo*. Para Renato a experiência com Llosa foi positiva e enriquecedora, que ganhou um amigo precioso o qual, inclusive,

<sup>1</sup> Advogado, historiador, pesquisador e estudioso do Episódio de Canudos.

ajudou-o “a ver” Canudos por outros aspectos que lhe havia escapado. Foi um dos criadores do Parque Estadual de Canudos-PEC.

Em meados da década de 90, concedeu-me uma entrevista a que intitulei: *Guerra de Canudos: quem não ficou calado, botou fogo!* Na oportunidade tratou de questões de grande relevância para um melhor entendimento de temática tão apaixonante e arrebatadora, como foi o A Guerra de Canudos (1896-1897), para a historiografia baiana e brasileira.

O mestre Ferraz, abordou fatos como a Quebra das Tabelas em Natuba, atualmente Nova Soure e não em Bom Conselho, hoje Cícero Dantas, quando Antônio Conselheiro (1830-1897) reuniu o seu séquito num dia de feira e autorizou arrancar das paredes e queimar os editais de cobrança de impostos, circunstância que envolveu o Juiz de Direito Arlindo Leone (1869-1936) e que também estaria implicado no chamado “Incidente Desvalioso” re-



ferente ao madeirame encomendado em Juazeiro-Bahia, ao Cel. João Evangelista Pereira de Melo, para construção da Igreja do Bom Jesus em Belo Monte, cuja entrega não ocorreu no prazo estabelecido, até a mobilização dos setores oligárquicos inquietos com o crescimento vertiginoso do povoado Conselheirista, que Euclides da Cunha, trata em Os sertões.

Dá conhecimento também da 1ª Expedição a Canudos, sob o Comando do Tenente Pires Ferreira, do 9º Batalhão de Infantaria, em novembro de 1897.

Discorre sobre a 2ª Expedição sob o comando do Major Febrônio de Brito, que foi bastante polêmica, do ponto de vista dos desacordos entre o General Frederico Solon e o Governador Luiz Viana e as estratégias empregadas no combate aos Conselheiristas durante a derrota da 1ª Expedição.

Ferraz argumenta sobre os prováveis critérios para a escolha do Comandante da 3ª Expedição, o Cel. Antônio Moreira César, que tinha o apelido de o “Corta-Cabeças”, que veio para Bahia “lavar a honra do Exército Brasileiro” e dar um basta no enfrentamento com o séquito do beato.

Acreditava-se piamente na época que: “Todas as vistas esperanças convergem para o tino, bravura e perícia do Sr. Coronel Moreira César” e que resultou numa debandada geral da Expedição do polêmico Coronel, sendo alvo da chacota popular como documentou o mestre José Calasans no livro Canudos na Literatura de Cordel, os versos do poeta João Melchiades Ferreira da Silva em A Guerra de Canudos.

“Levantou-se o Canudos  
Qual marimbondo assanhado  
Com grande fuzilaria  
Entrou a morrer soldado  
Foi logo Moreira César  
Gravemente baleado”.

Uma outra diz:

Escapa, escapa soldado  
Quem tiver perna que corra  
Quem quiser ficar que fique  
Quem quiser morrer que morra  
Há de nascer duas vezes  
Quem sair dessa gangorra.

E a seguinte:

Queimadas telegrafou  
Para o Rio de Janeiro  
Morto Moreira César  
Vítima do Conselheiro  
Esta notícia assustou  
Todo Exército Brasileiro.

E  
Jeremo  
(1838-1  
terra n:  
influent  
tinha se  
ro, um  
dem e c  
em verc  
dos nur

F  
ta certe  
Cunha  
ele a ob  
gua por  
incomet  
afirma:  
ciam en  
gardas;  
se estor  
peças d  
-se; des  
carreira  
rendo a  
em ban  
estradas  
corrend  
tontos, a

Enfatiza a respeito do Barão de Jeremoabo, Cícero Dantas Martins, (1838-1903), poderoso proprietário de terra na região de Itapicuru, político influente, grande articulista, também tinha seus temores, “via em Conselheiro, um elemento perturbador da ordem e do trabalho em sua região” que em verdade significava o pensamento dos numerosos proprietários locais.

Ferraz endossaria com absoluta certeza a narração de Euclides da Cunha em “Os Sertões” por ser para ele a obra maior da literatura em língua portuguesa, a sua admiração era incomensurável pelo autor quando afirma: “Oitocentos homens desapareciam em fuga, abandonando as espingardas; arriando as padiolas, em que se estorciam feridos; jogando fora as peças de equipamentos; desarmando-se; desapertando os cinturões, para a carreira desafogada; e correndo, correndo ao acaso, correndo em grupos, em bandos errados, correndo pelas estradas e pelas trilhas que recortam, correndo para o recesso das caatingas, tontos, apavorados, sem chefes...”.

Na entrevista Ferraz relata ainda fatos como o que envolvendo o Padre Sabino e o Coronel Tamarindo, Partes de Combates, Conjuntura da Época, A Imprensa, Governo, Comitê Patriótico, Manifesto dos Estudantes de Direito e de Medicina, Parque Estadual de Canudos e outros temas.

No desenrolar da entrevista tivemos a participação de algumas personalidades como Oleone Fontes, José Dionísio Nobrega e Nivaldo, aqui referido era um pernambucano de Olinda que se fazia sempre presente nas celebrações de Canudos a exemplo dos eventos de 1993 e 1997, nos últimos anos não mais frequentou a região. O texto transcrito contou com a colaboração de Mônica Teixeira Amorim que contribuiu na edição da entrevista.

Iniciais referentes aos participantes da entrevista:

**RF** – Renato Ferraz

**JP** – José Pinheiro

**OC** – Oleone Fontes

**DN** – Dionísio Nobrega

**N** – Nivaldo



RF - A questão do Arlindo Leoni,<sup>1</sup> episódio Arlindo Leoni ou da Quebra das Tabelas<sup>2</sup> em Bom Conselho, e que como eu disse a vocês eu discuto que tenha sido em Bom Conselho, mas o episódio do Arlindo Leoni, não há nenhuma dúvida que foi lá, esse episódio do Arlindo Leoni, tiveram consequências, consequências graves, ao que consta, o governo não tinha outro meio, a não ser de retirar o Dr. Arlindo Leoni da política como Juiz de Direito de Bom Conselho, hoje Cícero Dantas<sup>3</sup> e mandá-lo para outra cidade, e ele foi para Juazeiro.

Chegando Antônio Conselheiro em Canudos em 1º semestre de 1893, talvez pudéssemos dizer 1º quadrimestre de 1893. De 1893 a 1896, o prestígio de Antônio Conselheiro parece que aumenta, torna-se muito maior do que no tempo em que Antônio Conselheiro andava palmilhando os sertões, então, já não é mais Antônio Conselheiro

que vai ver os seus seguidores, são os seguidores que vão ver Antônio Conselheiro e há uma verdadeira romaria de indivíduos desde o Litoral Norte e dizem até do Ceará, Pernambuco, Alagoas e de todo canto, pessoas que vão a Canudos em romaria ver Antônio Conselheiro, desses muitos ficam, ou-

tros já saem com a intenção de morar em Canudos.

Há na tradição oral, uma lenda que mostra que havia um proselitismo de parte dos moradores de Canudos, aquela coisa, se fosse para Canudos, o rio tinha a riban-

ceira, o rio era de leite com as margens de cuscuz, havia e isso é um fato a ser esclarecido, se é que isso ocorreu, um interesse de levar o maior número de pessoas para Canudos, qual seria a razão desse interesse, quem seria o motor desse interesse, eu acho que é uma questão importante a esclarecer, o fato é que com o aumento dessa população,

## *Guerra de Canudos: Quem não ficou calado, botou fogo!*

a fama de parte de Can faladas ços pel e Antô que aur aquele p mentar igreja e “Igreja que ger envio d do Exér lícia da

O de caat uma reç certo p ças, out fício de como se peças d em Juaz dor que ridades era pare sim, ver cipadan não hou



a fama de Canudos aumenta o medo de parte dos que não eram partidários de Canudos também aumenta, as tão faladas incursões de bandos de jagunços pela região também aumentam e Antônio Conselheiro também tem que aumentar a igreja para caber todo aquele povo, na impossibilidade de aumentar a igreja, ele resolve fazer outra igreja e é a feitura dessa nova igreja, da "Igreja Nova" como ficou conhecida, que gera a ocorrência que termina no envio de uma 1ª Expedição, dessa vez, do Exército Brasileiro, não mais da Polícia da Bahia contra Canudos.

Ora! Canudos está numa região de caatinga, conseqüentemente, de uma região desprovida de árvores de certo porte, para fazer cumeeiras, terças, outras peças de telhado de um edifício de dimensões bastante razoáveis, como seria a Igreja Nova, então, essas peças de madeiras são encomendadas em Juazeiro, e ao que consta, o vendedor que era uma pessoa ligada as autoridades locais, se não era o Delegado era parente do Delegado ou coisa assim, vendeu, recebeu o dinheiro antecipadamente e vamos admitir até que, não houvesse desonestidade, talvez ele

tivesse tido, até dificuldades de cumprir o trato num prazo útil, dificuldade de conseguir madeiras ou madeiros das dimensões que o edifício da Igreja Nova necessitava.

É então que o pessoal de Canudos esperando, esperando e se mandava gente lá, eram promessas, é hoje é amanhã e afinal, marca-se um dia, o povo sai todo, aqueles homens todos, para carregar nos ombros aquelas madeiras, isso fazia parte daquelas penitências de Antônio Conselheiro e chega lá, não vêm, não está pronta, marca outro dia, se vai de novo e parece que numa terceira vez o encarregado diz para o vendedor que da próxima vez que viesse e não tivesse a madeira que apelaria para violência, que o mataria ou faria qualquer coisa do gênero, este homenzinho ao que consta, vai queixar-se ao Juiz que era o mesmo Arlindo Leoni do episódio de Bom Conselho, é indubitável porque existe um documento que Arlindo Leoni passa um telegrama terrorífico ao governador Luiz Viana,<sup>4</sup> vendo a cidade ameaçada de ser invadida pelo pessoal de Antônio Conselheiro, que, diga-se de passagem, não gozava de boa imagem aqui entre



os Soteropolitanos, invadir, matar todo mundo e causar prejuízo, inclusive o texto desse telegrama é conhecido da comunidade.

O governador estava nessa época enfrentando problemas do gênero também na Chapada Diamantina, nós comprovamos isso no Arquivo da Polícia Militar, boa parte dos efetivos da Polícia Militar estava próximo na Barra da Estiva, Lençóis, então, resolve o governador Luiz Viana, Conselheiro Luiz Viana, pai do Senador, apelar para o Comandante do 3º Distrito Militar, que equivalia hoje ao Comandante da 6ª Região Militar, que era por coincidência o General Sólton Ribeiro,<sup>5</sup> sogro de Euclides da Cunha, ao que parece, as relações do General Sólton Ribeiro com Luiz Viana, não eram muito boas e houve relutância do General em ceder tropas para ficar sob o comando do Governador, havia também o problema da Intervenção Federal, se no caso, de Tropas Federais terem de restabelecer a ordem pública no Estado, se também, não seria caso de Intervenção por incapacidade do governante, manter a ordem no seu Estado? Ele deveria pedir a Intervenção Federal, mas nesse

caso, ele também perdia, seria afastado e uma autoridade designada pelo Governo Federal, passaria a comandar o Estado, isso me parece que é a origem do movimento chamado Autonomista Baiano.

O fato é, que depois de muitos contratempos e chega pra lá e chega pra cá, é que sai a 1ª Expedição, conhecida como Expedição Pires Ferreira, que como o pedido vem de Juazeiro, sai centenas de soldados do Exército comandado pelo Tenente Pires Ferreira, para Juazeiro e lá, também, por razões que não estão até hoje muito claras, o Tenente é convencido a seguir em vez de guarnecer a cidade, como é, o que parece, que o Governador tinha mandado era que o Arlindo Leoni solicitava, era segurança para a cidade, a cidade estava ameaçada de ser invadida, então, se a tropa vai é para guarnecer a cidade, mas, imediatamente, quase ao chegar, o Pires Ferreira foi convencido a seguir adiante e vai para Uauá, que estaria a menos de 50 km de Canudos.

Estando ele em Uauá, um dia pela manhã 05h00min horas da manhã dá-se o choque, ai, eu me eximo de fa-

lar, por  
Cunha  
com os  
inclusiv  
forma d  
Divino,  
e o choc  
dos esta  
que, est  
em Uau  
dizer, q  
lação d  
cidade,  
que, por  
metidas  
fora de c

Eu  
50, era t  
hoje voc  
em vista  
pole, na  
como eu  
não enc  
exatame  
nudos, r  
Uauá, nã  
mer, enc  
nha velh

O  
que, em



lar, porque a descrição de Euclides da Cunha do encontro de Pires Ferreira com os jagunços, me parece perfeita, inclusive de que vinha os jagunços em forma de procissão com a Bandeira do Divino, na frente cantando e rezando e o choque se dá quando alguns soldados estavam tomando banho no tanque, este tanque ainda está lá até hoje, em Uauá, e começam o tiroteio, deixe dizer, que a população civil, a população da cidade, já tinha evacuado a cidade, fugido apavorados, uns dizem que, por causa das arbitrariedades cometidas pela tropa, botando gente para fora de casa para ocupar.

Eu conheci Uauá, na década de 50, era um negócio de louco, imagine hoje você, vê 60 anos antes, ah! Mais em vista do que foi, hoje é uma metrópole, na década de 50, você chegava ali, como eu cheguei, 9h: 00min das noite não encontrava um pão para comer, exatamente nessa passagem para Canudos, numa dessas, fomos bater em Uauá, não achamos um pão para comer, encontramos uma lata de sardinha velha e enferrujada e comemos.

O Pires Ferreira, depois do choque, em que ele diz na Parte de Com-

bate,<sup>6</sup> que a partir disso a gente passa a ter relatos, relatos parciais, mas de qualquer forma relatos, porque de acordo com as normas militares o Comandante de qualquer destacamento, de qualquer Unidade, tem que fazer uma Ata chamada Parte de Combate e ela é um relato mais detalhado possível que ocorreu, com horas, com o pessoal que foi envolvido, apreciações a respeito dos opositores, do número, distância, todas as dúvidas. Evidentemente que esta é a visão do lado do Pires Ferreira, mas de qualquer forma é a visão de um lado, infelizmente não se tem a do outro, mas, pelo menos, tem de um lado.

Então, com relação á hora, número de pessoas envolvidas etc., essas Partes de Combate, a meu ver, são bastante dignas de crédito, porque os Regulamentos Militares eram muito rigorosos, naquela época, a respeito desses relatos, que os Oficiais deveriam fazer, o fato é ao que consta em número de indivíduos mortos e feridos o Pires Ferreira, levou de longe vantagem, porque não é difícil de imaginar não, jagunços naquela época com suas armas de caça, o pessoal já com fuzis,



gente acostumada a guerrear, Uauá está num plano, o pessoal se expôs, os invasores se expuseram, eles entrincheirados dentro das casas, havia boas condições de tiro, então, é um risco pensar que, realmente, que as baixas infligidas pelo Pires Ferreira, foram bem maiores que a que ele tinha sofrido, mas ele resolve retirar, inclusive com a desculpa que o médico<sup>7</sup> da Expedição, o único médico, enlouquece, ele se extravai, ele retorna para Juazeiro e de Juazeiro para Salvador, chega aqui em Salvador dois, três dias depois, relata ao General o que ocorreu e aí, a coisa por ter bulido com o Exército, não podia ficar sem o revide, ainda mais que os jornais aproveitam exploram bastante a coisa, e então, é preparada uma 2ª Expedição.

### A 2ª Expedição

Sob o comando do Major Febrônio de Brito, essa já é, uma Expedição mais numerosa, ela se distingue da do Tenente Pires Ferreira, a meu ver, porque é maior, leva armas pesadas, de artilharia, canhões e metralhadoras, e também foi preparada, já a tropa do Pires Ferreira, parece ser mais um que-

bra galho, quando alguma cidade era ameaçada de ser invadida, juntava-se aí cem homens, pegava um Oficial e mandava para lá, para guarnecer a cidade. Mas, já a de Febrônio, tem um caráter não de um grupo armado, que vai guarnecer ou garantir uma cidade, mas, uma expedição punitiva, vai para mostrar ao pessoal de Antônio Conselheiro, que o “Braço do Exército”, não pode ser pisoteado em vão.

Apesar de tudo isso, e aí também, outra característica da 2ª Expedição, é que, tornam-se mais ou menos públicos e acentuam-se, muitos desacordos entre a autoridade militar e o governador, porque o governador dava uma ordem o general dava outra. E essa Expedição, já seguiu outro caminho, foi para Queimadas de trem, não foi mais por Juazeiro, tentando naturalmente atingir Canudos via Monte Santo, como fazem, aliás, as outras Expedições que sucedem.

Depois de marchas e contramarchas, ele segue e ao chegar à Serra do Cambaio, talvez não mais do que duas léguas de Canudos, dá-se um combate inicial, ele consegue debaixo de fogo,

galgar a  
embaixo  
leirinho  
dio da L  
nome d  
pessoas  
dos, são  
geralme  
morrangi  
quer est  
hemorra  
há uma  
repor o  
com o  
jagunço  
e aí mo  
tingiam  
nome, d  
ginalme

N  
parece  
baixas i  
compara  
baixas i  
particul  
de de ha  
seria fá  
foi exte  
e quand



galgar a Serra com a tropa e depois, embaixo, num lugar chamado Taboleirinhos, até que veio então, o episódio da Lagoa de Sangue, que toma esse nome de Lagoa de Sangue, porque, as pessoas na guerra, os mortos e feridos, são por perfuração, elas morrem geralmente por hemorragia, seja hemorragia interna ou externa e qualquer estudante de medicina sabe que, hemorragia dá uma sede devoradora, há uma necessidade do organismo de repor os líquidos, água que se perde com o sangue, então, parece que os jagunços feridos se banham na Lagoa e aí morria, então, o resto do sangue tingiam as águas da lagoa e ficou esse nome, de Lagoa de Sangue, porque originalmente teria outro nome.

Nesta 2ª Expedição e ao que parece mais do que na primeira, as baixas infligidas aos jagunços, são incomparavelmente maiores do que, as baixas infligidas aos militares e nesse particular, eu descartaria a possibilidade de haver uma mentira, porque isso seria fácil de averiguar, a expedição foi exterminada, não voltou ninguém e quando a Parte de Combate diz que,

só foram quatorze ou quinze soldados, isso daria depois o seguinte: os Regulamento Militares eram rigorosos, quando tinha que dizer o nome dos mortos, os nomes dos feridos, isso está feito, o cálculo dos jagunços que morreram, bem esse ficava por conta do Comandante dos Oficiais e no caso, eles dão um número bastante avantajado, mas, curiosamente Febrônio não leu a Parte de Combate de Pires Ferreira, certamente não leu, porque Pires Ferreira aponta, desde o início, todas as deficiências, que o exército tinha para lutar no sertão, caiu pelos mesmos e tem que retirar para Monte Santo.

A meu ver é outra característica da 2ª Expedição é que ele faz uma retirada estratégica, uma retirada organizada, dentro das normas militares, sem perder nenhum homem, sem correr, como foi o caso de Pires Ferreira, que saiu corrido e que vem depois do Febrônio da 3ª Expedição, que foi a que mais correu, essa parece que, uma espécie de maratona, segundo as próprias Partes de Combate.

OC - Nessa Expedição de Febrônio existe uma particularidade que



alguns escritores apontam é que os jagunços teriam levados a uma armadilha, a uma emboscada na Serra do Cambaio.

**RF** - Mas isso ele derrubou, inclusive era um local que eu já assinalei, que quando nós fazíamos Antropologia Física, nós tínhamos aqui, essa moça Heloísa Kuser, porque lá dentro devem estar os esqueletos perfeitos conservados de jagunços, você conhece o episódio? “O tiro” O Febrônio dá o tiro e a pedra cai e sepulta o pessoal, quer dizer o uso da artilharia permitiu certas coisas e ciladas. Depois que nós trabalhamos um pouco lá no Parque Estadual de Canudos – PEC<sup>8</sup>, sobretudo com o Arqueólogo- histórico, Paulo Zanettini, que trabalhou conosco, ficou claro para nós, que a tática geral dos jagunços era da caçada, era de emboscar, atrair para um local favorável, toda estratégia militar deles, isso para nós ficou claro e no Cambaio foi assim também e a única vez em que eles se deram mal com isso, foi na 4ª Expedição com o Gen. Savaget, na Serra do Cocorobó, quando Savaget, consegue

dar uma carga de baioneta em cima da Serra e consegue embaionar.

**OC** - Mas consegue também usando artilharia.

**RF** - Não! Carga de baioneta, pela Parte de Combate, carga de baioneta, depois quando eles descem, inclusive há um confronto em que pela primeira vez os jagunços correm, tanto que, o Batalhão a força de Savaget, ficou conhecida como “Batalhão Talentoso”.<sup>9</sup>

**OC** - Eles não correm, eles tomam uma retirada estratégica.

**RF**- É o tal negócio, se a gente admitir isso, alguém que esteja do lado do Exército, pode dizer também, que quando eles correram, foi uma retirada estratégica, o fato é que, corre soldados por toda parte, correram, fosse por estratégia ou não fosse, abandonaram o campo de luta porque não puderam segurar a coisa, isso foi à primeira vez, e uma das raras em que isso ocorreu e daí a admiração que eles tinham, e recebeu esse nome Batalhão Talentoso pelo pessoal de Salvador.

Be  
tirar em  
refazer  
Queima  
a impre  
“Major F  
Co  
nio de B  
jão”, isso  
ção clara  
deveria d  
posso me  
vocês que  
eu penso  
nhã mud  
ra de Ca  
as causas  
estavam r  
to mais e  
de Janeiro  
então, toc  
apelidos d  
do dimini  
naturalme  
tivos polí  
“bolada” p  
influência  
você passa  
do Exércit



Bom! Mas o Major consegue retirar em ordem para Monte Santo e se refazer em Monte Santo, voltar para Queimadas o que não o impediu que a imprensa o chamasse, o batizasse de "Major Fujão".

Com o retorno do Major Febrônio de Brito e o apelido de "Major Fujão", isso para mim tem uma explicação clara, é uma coisa que eu posso, eu deveria deixar isso para o fim, mas não posso me furtar à tentação de dizer a vocês que se eu tiver que resumir o que eu penso realmente hoje, posso amanhã mudar, sobre as causas da Guerra de Canudos, eu diria a vocês que, as causas da Guerra de Canudos não estavam nem aqui em Salvador, quanto mais em Canudos, estavam no Rio de Janeiro, Canudos foi um pretexto, então, toda essa posição da Imprensa apelidos de "Major Fujão", e procurando diminuir o Exército, que ali tinha naturalmente fatos, isso tinha objetivos políticos claros, era uma coisa "bolada" para desgastar, mas isso não influencia os militares, daí em diante, você passa a ver as atitudes, é a honra do Exército que esta em jogo e depois,

vira coisa chargesinha nos jornais de "Major Fujão", Antônio Conselheiro de cajado, ameaçando o major e o major correndo na frente do Conselheiro atrás com o cajado levando uma paulada nessa ordem que os militares não têm muito senso de humor para está importando com esse tipo de coisa, então, resolvem dá um ponto final e para dar esse ponto final, ninguém no Exército estava mais preparado do que o Cel. Antônio Moreira César, esse a Imprensa não apelidou não, ele já veio com apelido o "Corta-Cabeça".

Esse homem realmente era uma personalidade curiosa e os fatos mostraram que era porque da Guerra de Canudos, de todos os milhares de pessoas que andaram envolvidos, duas personalidades sobressaem Antônio Conselheiro e Moreira César. Na Tradição Oral inúmeras pessoas dizem que Moreira César que ganhou, que a última expedição o General Arthur Oscar não recuou, o mínimo de pessoas sabem quem foi Arthur Oscar, quando não Moreira César morreu? Não! Eu acho que ele voltou depois e foi ele que venceu! Foi o César! Eu te-



nho gravação que, foi o César! Foi Moreira César que venceu! Tinha outro General também, mas o César que era madeira mesmo.

JC – Coronel Moreira César nó de cana caiana, tomou chumbo na caatinga e foi morrer nas Umburanas.

RF – Coronel Moreira César nó de cana caiana, tomou chumbo na caatinga e foi morrer nas Umburanas.

Oh! E o Moreira César parece que fazia jus a essa fama de homem desabrido, valentia quase alucinada porque era um homem que inclusive tinha perturbações psíquicas, pelo fato dele ser epilético, sabe-se hoje que a epilepsia não torna ninguém doido, não é doença mental, epilepsia é um distúrbio de natureza nervosa, mas que cria temperamentos instáveis, elementos que têm focos cerebrais, epilepsia é uma forma mais aguda de foco cerebral, são pessoas de temperamento instáveis, temperamento psicoativos, que passam da euforia a depressão e o Moreira César, era um indivíduo de uma coragem desassombrada, machão, inclusive o que impressiona no sertão é o machismo de Moreira César, aquela

história do herói, nada, nada impressiona mais do que o macho arretado, e Moreira César já chega quente, mal cumprimenta o Governador quando chega aqui, pede logo um trem para seguir, segue, lá vai como um louco e aí, tem toda uma série de histórias a respeito de Moreira César, ele foi realmente com Antônio Conselheiro, foram os dois grandes personagens do episódio Canudos que ficaram na memória do povo.

No episódio de Alagoinhas em que as senhoras vão levar uma corbélia de flores, “nós esperamos que senhor volte vitorioso, acabe com essa ameaça que pesa sobre nós, vamos pedir a Nossa Senhora”, ele recebeu a corbélia, pegou na espada e disse: “Nossa Senhora é essa daqui!” Arthur Oscar entrou no trem e ele deixou as senhoras lá.

Aquela coisa de que em Monte Santo quando voltasse ia mandar buscar a Santa Cruz lá em cima para fazer um churrasco. Tinha também aquele incidente com o Padre Sabino, no qual ele jantou com o Padre Sabino e o Cel. Tamarindo, onde o padre estava amarrado debaixo da mesa, e ele chegava

assim  
tão el  
anos  
Tama  
de De  
e ele r  
te do  
frente  
de ou  
esse ir  
ra Cés

lha de

tação  
agora  
consid  
da que  
florian  
que el  
Florian  
te mu  
semelh  
partici  
violên  
apunh  
coisa  
(...) e t  
da que



assim e abria os dentes do padre, então ele dizia “Cel. Tamarindo quantos anos esse burro velho têm?” Aí o seu Tamarindo dizia, “Coronel, pelo amor de Deus, ele é um padre, é um velho” e ele respondia “nada, isto aqui é gente do Conselheiro, nós vamos levar na frente conosco” não se sabe, se é verdade ou mentira, o fato é que existe todo esse imaginário sobre Antônio Moreira César.

DN – Qual o critério para escolha de Moreira César?

Eu não tenho uma documentação para lhe exibir a respeito disso, agora eu tenho alguns fatos para nós considerarmos, não há nenhuma dúvida que Moreira César era um ardente florianista, existem poucas dúvidas, de que ele era considerado o sucessor de Floriano e se esforçava provavelmente muito para isso, tendo a imagem semelhante à de Floriano, ele havia participado de episódios públicos de violência no Rio de Janeiro, inclusive apunhalamento de (...) jornalista, essa coisa de vingar a honra do Exército (...) e também não há nenhuma dúvida que ele era um dos mais ferrenhos

anti-monarquistas e, além disso, um oficial brilhante, sempre vitorioso, fez uma carreira militar rápida, acabava de chegar lá do Sul, onde havia sufocado à bala e a ferro e fogo (...) lá no Contestado, era o homem indicado para lavar a honra do Exército, e ele deve ter recebido muito alegremente essa missão, dá forma como ele chegou, chegou no maior embalo, saiu quente!

Inclusive as Parte de Combate, relatam episódios que até deveriam estar melhor no folclore normal, na lembrança das pessoas, do que nas Partes de Combate, mas consta das Partes de Combate que ele manda inclusive ao chegar nas Baixas, dá um tiro de canhão para avisar Antônio Conselheiro que ele ia almoçar dentro de Canudos e contra a opinião do Estado Maior, ele em vez de dar descanso as tropas, ele resolve fazer o assalto naquele mesmo momento, tendo a tropa cansada de marchar desde de manhã cedo, ele tinha tido um ataque de epilepsia não estava em boas condições, o médico tentou dissuadi-lo, mas, o bicho era, queria ser, a encarnação de Floriano,



macho arretado que vai acabar com tudo.

E o resultado a gente já sabe qual foi, que pelo meio da tarde, ele já estava mortalmente ferido, com dois tiros, eu tenho um depoimento de um indivíduo que diz que ele foi atingido por um soldado, não por um jagunço, me disse o Prof. Calasans, que correu esse boato, curiosamente eu confrontando o relato oral desse camarada com a Parte de Combate, a coisa coincide, mas de uma forma ou de outra ele vai mortalmente ferido e no dia seguinte às cinco da manhã ele era cadáver, claro, mas isso tudo está na Parte de Combate, a leitura da Parte de Combate esclarece muito bem isso.

Mas de qualquer modo, ele organizou a 3ª Expedição Moreira César, mas foi a 1ª Expedição que entrou em Canudos, porque, uma Ala do Batalhão Moreira César e o Corpo da Polícia Baiana, o 4º e 5º Batalhão de Polícia da Bahia, sendo o 5º Batalhão formado por Jagunços, que se destacaram muito pelos jagunços que ocuparam o São Francisco, então, conheciam as mesmas técnicas dos jagunços de Antônio

Conselheiro. Eles entraram e chegaram a 200 metros do Santuário de Antônio Conselheiro e depois do Santuário, quando ele vai ferido, o Coronel Tamarindo assume a ideia de retirar, ele vai contra, ameaça de pedir Conselho de Guerra, mas às 05h00minh da manhã ele morre, e começa a retirada e aí a jagunçada investe e foi aquela dispersão, e para relatar bem o que foi essa retirada nada melhor do que a Parte de Combate do Tenente Pradel, o oficial que faz a Parte de Combate para o superior dele, mas condenando como covarde o próprio superior, o que mostra que no Exército havia possibilidades para isso, ele ridicularizava o Major Cunha Matos que era o superior imediato dele, inclusive entra em Queimadas e não cumprimenta Cunha Matos e os outros oficiais, e manda a Parte de Combate para Cunha Matos despacha e isso mostra que o Exército não era assim, tão malandro que aquela Parte de Combate deveria ter dado sumiço logo, você precisa ler, é um negócio, é um libelo terrível.

DN - Esses documentos vocês microfilmaram?

F  
publica  
car Ar  
Exércit  
Guerra  
guir atr  
J  
formar  
próprio  
selheiro  
O  
5º Batal  
Bahia, c  
Arquivo  
polícia l  
o 5º, ess  
hia, ele  
Moreira  
pelo me  
co, porq  
Antônio  
nós prec  
Frederic  
jagunços  
São Fran  
JC  
RF  
sertão qu  
Conselhe



**RF** - É essa parte também está publicada no **livro do Tristão Alencar Araripe**<sup>10</sup>, que é da Biblioteca do Exército que chama “Verdade sobre a Guerra de Canudos”, você pode conseguir através da Biblioteca do Exército.

**JC** - Como o exército conseguiu formar o 5º Batalhão de jagunços se os próprios jagunços lutaram com o Conselheiro como seguidores?

O Exército não conseguiu esse 5º Batalhão era da Polícia Militar da Bahia, daí o nosso interesse pegar os Arquivos da Polícia Militar, porque a polícia lutou com dois Batalhões o 4º e o 5º, esse 5º pertencia a Polícia da Bahia, ele foi incorporado às tropas que Moreira César trouxe e foi formado pelo menos na Região do São Francisco, porque jagunços não havia só com Antônio Conselheiro. A história que nós precisamos fazer é um estudo com Frederico Pernambucano de Melo, os jagunços provavelmente vinham do São Francisco.

**JC** - E a questão da fé?

**RF** - Não, ali havia muita gente no sertão que também não tinha Antônio Conselheiro como uma “pessoa santa”,

era um número pequeno, mas havia, nem todo mundo foi na de Antônio Conselheiro.

**JC** - Seriam verdadeiros mercenários?

**RF** - Ah! Sim! Porque o próprio Exército da época, essa era outra peculiaridade que o pessoal esquece, mas que eu acho que é um ponto importante para ser considerado, se fizer um estudo da História Militar que se passou em Canudos do ponto de vista da História Militar.

O Exército Brasileiro na época não formava soldados como hoje o Serviço Militar Obrigatório, o Exército só formava Oficialidade, os soldados eram recrutados, eram pegos na rua, cercavam-se as ruas e pegava-se com a polícia e levava no pau, eram voluntários a força, na marra incorporava.

Então, na realidade, o que se passava em Canudos, o grosso do que se desenvolveu ali era um choque de civis com civis, porque não é um fato de você enfiar pela cabeça viva, a força uma farda num indivíduo, que faz dele um militar, não, ele continua civil, agora, os oficiais não, os oficiais



tinham uma formação, uma aculturação, eram militares e a polícia procedia do mesmo jeito, esse pessoal recrutava na marra, para servir a polícia, então, esses jagunços provavelmente vieram do São Francisco, a região inclusive é o lugar onde Luiz Vianna era originário, tinha muito prestígio, já havia os coronéis do São Francisco com as fazendas cheias de jagunços, a fama desses jagunços, muitos anos depois, era grande, no livro de João Alberto Luiz de Barros, "Memória de um Revolucionário", ele conta as peripécias dele com a Coluna Prestes, ele fala que: "saí do território da Bahia, o Coronel Franklin Albuquerque, botou um grupo de jagunços sobre eles, disse que, eram os mais terríveis inimigos do cangaço, esses jagunços do Coronel Franklin, era de uma perversidade sem limite, a Coluna comeu fogo".

Bom! Depois desse episódio de Moreira César, Canudos não tinha mais jeito, não havia mais quem salvasse Canudos, ali agora tinha que ser o extermínio e a imprensa mais uma vez, você vê perfeitamente ali no livro de Walnice Galvão,<sup>11</sup> sem precisar ver

coleções de jornais, você ali sentado em sua casa, na sua rede, lá no Recife com o seu cigarrinho, você vê ali a imprensa insuflando o Exército a fazer um extermínio, não se pede a vitória não, se pede o extermínio e daí vem o problema, que era o extermínio.

Era honra da República, era a honra do Exército, a segurança da Nação, a República está em perigo, tem estrangeiros no meio é a Inglaterra que manda armas, toda aquela coisa e a Guerra termina no dia 5 de outubro de 1897 e no dia 6 chega à notícia aqui, no dia 10, Petion de Villar<sup>12</sup> publica aquele célebre soneto em francês...! É a hora dos políticos e dos jornalistas que estavam dentro da imprensa, à imprensa estava a serviço da política, mas muito mais diretamente do que está hoje, todo político tinha um jornal, para jogar a culpa toda para cima do Exército, mais lendo a conduta, a gente vê que, o Exército foi levado, a sociedade civil exigiu e eu já não diria que fizeram isso contra o status, devem ter feito alegremente, mas dizer que aquilo foi iniciativa dele não foi não, a imprensa e fora certos episódios isolados, que

mostra  
ca que  
seja: ac  
sa, "qu  
que ter  
Supren

J  
e ficou  
Nós ter

F  
dizer, e  
lia jorr  
sando  
sabia?  
mínio,  
negóci  
que aq  
ção, o c  
sobre e  
Canudo  
ção pol  
ço arm  
de gaia  
conscie  
gente v  
ou inco  
é que e  
atender  
eram e



mostram perfeitamente a trama política que estava por detrás daquilo como seja: aquelas declarações de Rui Barbosa, “que se soubesse que ia haver aquilo que teria impetrado um Mandado ao Supremo Tribunal Federal”

**JP** - Ele escreveu alguma coisa e ficou guardadinho, ficou na gaveta? Nós temos esses documentos.

**RF** - Sim, mas é o seguinte, quer dizer, ele não sabia gato e cachorro que lia jornal, sabia o que estava se passando em Canudos, Rui Barbosa não sabia? Só depois que foi feito o extermínio, foi que ele soube quer dizer um negócio de araque! Você está vendo que aquilo tudo é uma grande armação, o que eu penso agora para resumir sobre esse aspecto sobre o episódio de Canudos é que foi uma grande armação política na qual o Exército, o braço armado da sociedade civil entrou de gaiato, você vê interesses políticos, consciente ou inconscientemente, a gente vai poder saber se foi consciente ou inconscientemente, mas a verdade é que eles entraram ali de gaiatos para atender desígnios de armações que eram essencialmente políticas. Canu-

dos serviu como uma luva era um chinelo velho para um pé doente, naquela época o pessoal estava precisando de um negócio como Canudos, para poder justificar todo um esquema que estava montado, inclusive a eliminação até mesmo física dos monarquistas e dos jornais monarquistas, como se tentou fazer.

**JP** - Empastelamentos dos jornais...

**N** - Mas veja! Você coloca isso, também é coisa para a gente discutir mais adiante, a isenção como se fosse à sociedade civil exigindo a sociedade civil exigindo isso do Exército, não esquecer que Moreira César também tinha pretensões políticas.

**RF** - E o Exército também era político, o Exército estava envolvido até o pescoço em política.

**N** - Porque eles estavam impregnados pela ideologia do liberalismo naquela época, então não se pode isentar o Alto Comando do Exército na época, que tivesse essa intenção também e não apenas sido um instrumento da sociedade civil, porque isso condenava os civis chamando de casacas



e são os militares que podiam resolver o problema do país e realmente colocar a República como eles imaginavam uma República que realmente não se consolidou até hoje, então não se pode de qualquer sorte, salvo melhor juízo isentar totalmente, mesmo naquela época o Exército.

**RF** – Eu não os isentaria totalmente, totalmente não, porque afinal não eram débeis mentais.

**N** – Seria um atestado de estupidéz.

**RF** – Considerando a documentação que nós temos hoje, esta faceta do episódio Canudos, a documentação é abundante e até mesmo de fácil acesso, que são os jornais, etc. Na coleção de jornais você não vê um único pronunciamento da sociedade civil por qualquer dos seus meios, eu já não falo de jornais não, eu já falo de Associações Filantrópicas, Santa Casa de Misericórdia, que dissesse: “Pessoal, por favor!” Vamos ser um pouco condescendente, trata-se de irmãos, vamos ver como é que se resolve isso, que não seja na violência, você não encontra uma pessoa que seja complacente.

Só lhe digo agora no ardor da discussão, se algum dia você encontrar, por favor, me mande um Xerox, que eu ando atrás disso, que pelo menos fulano de tal, lá na casa do chapéu de palha, a Associação das Beatas da Casa de Caridade, lá da Serra do Cachimbo no Amazonas chegou e disse, pessoal pelo amor de Deus, aguenta um pouquinho, vamos ver, não se pode acabar com essas pessoas desse jeito, nada!

Quem não ficou calado, botou fogo! Uns ficaram calados e outros mais fogo, até de dizer: mais era claro, é necessário exterminar de vez com os inimigos da República, é necessário extirpar pela raiz esse câncer que ameaça corroer o nosso país, quer dizer, não era dizer olha! Precisa meter esse filho da mãe todos na cadeia, esse bando de fanáticos, não! O negócio ia além, era arrasar, acabar, liquidar, não deixar nem carpinha, como a história do cavalo de Átila quando pisava não nascia mais grama, era isso que se pedia escancaradamente, porque, o que é mais de admirar é que geralmente, Nivaldo! Essas tramoias são feitas intramuros, faz-se uma cara bonita para fora, e lá nas suas reuniões secretas, os

senhor  
vai dizer  
ordem  
quidar.  
captura  
como se  
der, rea  
tão, voc  
foram r  
tralhado  
50 ou 6  
para pu

**J**  
to dos  
nando a

**R**  
nheiro,  
Patrióti  
aqui e  
Canudo  
não che  
coletei  
que exis  
e mulhe  
o própr  
pois de  
de gene  
edifican  
durante



senhores generais, os chefes políticos vai dizer, que vai lá apaziguar, mas, a ordem passada para os Oficiais, é liquidar. Como a Polícia faz quando vai capturar bandido, a ordem é matar, como se diz: uma diligência para prender, reagiu, pá! Tem que ser morto, então, você encontram bandidos aí, que foram mortos com 50, 60 tiros de metralhadora como se fosse preciso dar 50 ou 60 tiros num pobre desgraçado para puder matar.

**JP** - Mas não houve um Manifesto dos Estudantes de Direito, condenando a prática do extermínio?

**RF** - Mais isso é posteriori, Pinheiro, olha! Foi o próprio Comitê Patriótico<sup>13</sup> que no fim da guerra, nós aqui e eu por causa dos meninos de Canudos, os jagunçinhos, eu andei, não cheguei a fazer um trabalho, mas, coletei todo o material bibliográfico que existia, onde se referia a meninos e mulheres e tenho essas fichas todas, o próprio Comitê Patriótico, que depois de terminar a Guerra, tem gestos de generosidade e de humanidade, até edificantes, mas o Comitê Patriótico durante a Guerra foi feito para ajudar

os soldados feridos e as famílias, daí a expressão patriótica, que era a Pátria que estava em perigo, o patriótico, porque senão seria o Comitê de Caridade, não, Comitê Patriótico, era a Pátria que estava em perigo, e aqueles patriotas estavam ali se reunindo para ajudar a Pátria a se safar, é depois que as manifestações humanitárias, etc., se revelam, até da própria Igreja, a Igreja não deu um pio, os senhores Bispos, Arcebispos, etc., não teve um que dissesse numa Igreja, pessoal, pará aí, vamos aguentar, somos irmãos, manda uma Comissão de Bispos lá, para apaziguar esse negócio, saí o Exército, a gente vai lá, nada! O pessoal queria o extermínio de tudo!

E daí, a dor de cotovelos dos militares, que quando eles fizeram o extermínio, o pessoal sai de baixo, e joga a bomba toda pra cima deles, claro os políticos saem de baixo, que não iam assumir, o negócio caiu mal, aí, aquela coisa piedosa das pessoas foi excitada, chegando aqui crianças, mulheres todos acabados, varíola devastando, aí os corações generosos da família baiana se manifestaram, então, tinha que ter



a mea culpa, esse mea culpa não seria os políticos que iam fazer que os políticos sempre estão certos, eles não erram nunca, então joga para cima dos militares e os militares com pouco jogo de cintura assumiram, assumiram, o que dá é isso, é que com a atitude deles, eles assumiram e até o próprio Governador Luiz Vianna, que eu não tenho nenhuma dúvida que estava no centro dessa trama toda, sai de baixo!

N - Isso me ocorre uma coisa, até que ponto a influência da comunicação de massa, através do jornal, não contribuiu para que as pessoas, também fossem induzidas a dizerem assim: vamos exterminar, vamos acabar e ninguém tem um sentimento que eles eram nossos irmãos, a imprensa tem uma culpa muito grande, considerando que a imprensa naquela época era dominada por alguns políticos, então, ela serviu de instrumento e um instrumento altamente eficaz nessa situação.

RF - Mas aí Nivaldo, você vê o seguinte (...)

N - Será que essa história não se repete?

RF - Sempre, sempre, o negócio é esse mesmo, só que ali a coisa é mais trágica, mais dantesca, vamos dizer assim, mas isso a gente está vendo diariamente, a imprensa por mais livre que pretenda ser, servindo aos interesses de grupos, agora, você vê o seguinte: por onde se deveria manifestar, por que canais a chamada sociedade civil? Pela imprensa, pelas Organizações de Classe, as Associações Comerciais, que já existiam, a Santa Madre Igreja Católica, tão detentora de caridade, de generosidade, todos são filhos de Deus, etc., e tal?

O Poder Legislativo que castrado ou não estava em vigor, não vamos esquecer que já era o Governo de Prudente de Moraes, não era mais ditadura militar, pelo menos formalmente, era Prudente de Moraes, havia gente fazendo discurso no Congresso Nacional, desmoralizando com os militares, por outras razões, não por política, com razões sempre políticas, então, todo esse pessoal estava metido na política e os militares também, eles que fizeram a República, eles que deram o primeiro golpe, o grupo florianista que golpeia

os outros  
primeiro  
va ten  
Prudente  
dos outros  
trentes  
Legisla  
que de

C  
tem u  
a parte  
gente c  
Porque  
do? Nã  
o Exér  
guador  
por fav  
lá, que  
ra de c  
Bispos,  
esse ho  
nio Co  
para ve  
Bahia,  
nada, v  
diz esfo

C  
Walnice  
preciosa



os outros do Deodoro, quer dizer, o primeiro governo civil que o país estava tendo, era esse exatamente, esse de Prudente de Moraes, quer dizer, castrados ou não, castrados por ameaças castrenses, ameaçados ou não, havia um Legislativo funcionando, havia gente que defendia teses Monarquistas.

Os discursos estão aí, a gente tem uma parte deles microfilmados, a parte que se refere a Canudos, havia gente que criticava Floriano e por quê? Porque, o que eu imagino, sabe Nivaldo? Não era um libelo terrível contra o Exército, não, era uma coisa apaziguadora, dizer, Senhor Ministro, olha, por favor, mande deter essa matança lá, que nós vamos tentar uma maneira de conciliar, falar com os senhores Bispos, para mandar uma Comissão, esse homem é religioso, esse Antônio Conselheiro, mandar os Bispos lá para ver, reunir com o Governador da Bahia, encontrar uma maneira suave, nada, você só vê quem não diz mata, diz esfole e aí?

O livro (No Calor da Hora) de Walnice Nogueira Galvão é uma coisa preciosa, pau, pau, pau, pau, pau,

zombando qualquer Oficial do Exército que fizesse alguma observação, assim, menos feroz, aí, logo era apontado como covarde, quantos Oficiais do Exército pediram baixa, para não ir para Canudos? Bom, no meio desses, vamos supor que a maioria, estaria com medo, vamos supor, mas não é lícito supor desde quando havia Oficiais que haviam tomado parte na Guerra do Paraguai e não tiveram medo, não será que esses Oficiais estavam se recusando pedindo baixa a tomar parte num negócio daqueles por questões morais? Eu acho que se pode supor isso também, compreendeu?

N - Houve casos desses também?

RF - E não somente de covardes que não estava querendo ir, mas se o sujeito dissesse qualquer coisa, é covarde. Conselho de Guerra a julgar esses caras.

XX - Na escolha de Arthur Oscar foram escolhidos outros Generais, mas eles não aceitaram, por conta do tipo, da natureza da questão.

RF - E o Arthur Oscar, ali só dava Floriano, nos gritos: Viva ao Bom Jesus! Viva a República! Viva Floria-



no! Havia toda uma tendência entre os militares que estavam em Canudos e também por vedetismo, as próprias disputas pessoais entre Coronéis que queriam ser Generais, como é caso do Coronel Telles e o Coronel Serra Martins, que disputavam aparecer mais.

O comandante, o Arthur Oscar que mandava as notícias da guerra por telegrama para mulher dele em Recife, dizendo: “mande para os jornais etc.” naturalmente para os jornais que já eram combinados com ele, porque isso não é digamos Nivaldo, um terreno movediço, como daqui para trás a gente estava caminhando num terreno mais ou menos movediço, você me fez algumas perguntas e eu tive que lhe dizer: “Olha eu não tenho documentos para lhe mostrar, eu chego a essas conclusões jogando com uma coisa e outra, mas aqui, a gente já tem uma massa de documentos bastante razoável, documentos fidedignos que consta tivesse sido falsificado, alterado, nem coisa nenhuma, quando a gente toma pé num negócio desses, você vai supor que houve causa socioeconômicas etc., que fosse a razão do levante de Canudos”, não foi?

O centro político estava dentro do Rio de Janeiro, isso foi uma armação, feita no Rio, que Canudos encaixou como eu disse: um chinelo velho num pé doente e encaixou aos poucos, na Expedição Pires Ferreira, ainda não tinha encaixado não, aquilo foi um episódio local, onde um Governador resolve apelar para o General, como quem pede um carro emprestado, sabe? Me arruma aí, para eu resolver esse problema, está o Juiz aí, me aporreando, ninguém era capaz de supor o potencial que estava dentro de Canudos, ninguém supôs, nem Luiz Vianna nem ninguém. Aí acontece o que acontece com a Primeira, vai a Segunda, acontece à mesma coisa, aí nego manjou, tem um troço na Bahia que está encaixando. Então, quando vem Moreira César... Fim.

## NOTA

<sup>1</sup> **Arlino**  
1869-1  
de Rec  
de Juaz  
político  
tando  
LLA, p.

<sup>2</sup> **Queb**  
atualm  
Consell  
Antôni  
num di  
paredes  
de impc

<sup>3</sup> **Cícero**  
moabo,  
rio de te  
influent

<sup>4</sup> **Luiz Vi**  
magistra

<sup>5</sup> **Genera**  
**Ribeiro**  
lítico bra  
Ministro  
relaciona  
no interi  
ram luga  
Militar.

<sup>6</sup> **Parte de**  
ou escrit  
unidade e

<sup>7</sup> **Médico**  
acompan



## NOTAS

<sup>1</sup>**Arlindo Leoni** - Arlindo Augusto Leoni, 1869-1936, bacharelou-se pela Faculdade de Recife. Foi Juiz de Direto da Comarca de Juazeiro. No século XX, foi um atuante político. Em 1923 era deputado, representando a Bahia na Câmara Federal. (VILLA, p. 169, 1997.)

<sup>2</sup>**Quebra das Tabelas** - Em Natuba, atualmente Nova Soure e não em Bom Conselho, hoje Cícero Dantas, quando Antônio Conselheiro reuniu o seu séquito num dia de feira e autorizou arrancar das paredes e queimar os editais de cobrança de impostos.

<sup>3</sup>**Cícero Dantas Martins** - Barão de Jeremoabo, (1838 - 1903), poderoso proprietário de terra na região de Itapicuru, político influente, grande articulista.

<sup>4</sup>**Luiz Viana** (1846 -1920) - Foi político e magistrado brasileiro.

<sup>5</sup>**General Frederico Sólton de Sampaio Ribeiro** (1839-1900) - Foi militar e político brasileiro. Elaborou o relatório ao Ministro da Guerra, sobre fatos que se relacionam as expedições da força Federal no interior do Estado da Bahia e que tiveram lugar no seu comando no 3º Distrito Militar.

<sup>6</sup>**Parte de Combate** - Comunicação verbal ou escrita sobre um fato do interesse da unidade ou do militar.

<sup>7</sup>**Médico** - Antônio Alves dos Santos acompanhou a expedição, após os comba-

tes começou a apresentar, segundo Pires Ferreira “Sintomas de desarranjo mental”, não sendo possível mantê-lo na sua função (VILLA, p. 170, 1997).

<sup>8</sup>**Parque Estadual de Canudos** - PEC, Criado no Município de Canudos, o Parque Estadual de Canudos, Decreto nº 33.333, de 30 de junho de 1986. Localizado em uma área de 1.321 hectares. Sinalizado, abriga sítios onde foram montados acampamentos militares, hospitais, cemitérios de soldados e seguidores de Antônio Conselheiro e trincheiras para batalha.

<sup>9</sup>**Batalhão Talentoso** - Designação dada a Tropa do General Cláudio do Amaral Savaget.

<sup>10</sup>**Tristão Alencar Araripe** - Expedições Militares contra Canudos (Seu Aspecto Marcial. Rio de Janeiro, Imp. do Exército p.260,1960.)

<sup>11</sup>**Walnice Galvão** - No Calor da Hora - A Guerra de Canudos nos Jornais - 4ª Expedição, 3ª Edição, 1994.

<sup>12</sup>**Pethion de Villar** - Em “Médicos Ilustres da Bahia” sob o nº 117 da longa lista editada pelo Prof. Geraldo Leite: “Egas Moniz Barreto de Aragão (Pethion de Villar) nasceu em Salvador, em 4 de setembro de 1870. Ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia, pela qual diplomou-se em 1896. Foi eleito Deputado Estadual em 1921 e 1923. Além de médico e professor, jornalista, homem de letras, historiador, educador e, acima de tudo, poeta. Na senda das letras, usava o pseudônimo de Pethion de Villar. No “Diário de Noti-



cias”, mantinha uma coluna humanística, com o pseudônimo de Diavolina. Foi um dos fundadores da Academia de Letras da Bahia. Como homem de ciência, fez parte de inúmeras Instituições científicas e publicou alentada bibliografia em periódicos do Brasil e do exterior. Dele, escreveu Afrânio Peixoto: “...Pethion de Villar lutou com Egas Moniz Barreto de Aragão, que o venceu.” Amigo de Euclides da Cunha, a pedido deste, ia traduzir “Os Sertões” para o idioma francês. Todavia, as inúmeras revisões de Euclides dificultaram esta tarefa, que não chegou a ser realizada.

<sup>13</sup> **Comitê Patriótico** - Foi Fundado em Salvador a 28 de julho de 1897, por Lélis Piedade para receber os soldados feridos, inutilizados para uma guerra ainda em curso, mas, ao chegar na região dos conflitos e presenciar as atrocidades que os oficiais, soldados, comerciantes e latifundiários estavam praticando contra os sobreviventes, incorporou também o trabalho de proteção às “crianças e mulheres sertanejas que, nas praças de guerra, eram distribuídas, a torto e a direito, chegando-se até a separação de irmãos e de mães e filhos. socorrer as vítimas da Guerra de Canudos.



*Nota Biográfica*



## Paulo Monteiro, Grande Depoente de Canudos

*José Dionísio Nóbrega<sup>1</sup>*

No dia de Santa Paula do ano de 1903, veio ao mundo, no Caipã dos seus genitores, uma criança que mais tarde se tornará um dos maiores depoentes de fatos ocorridos durante o império do Belo Monte. Muitos estudiosos de Canudos souberam colher e aproveitar os seus informes preciosos.

Paulo Monteiro Varjão era o seu nome completo. Duplamente “Monteiro”, já que os pais portavam o sangue dessa família, o grande informante da história canudense pendia mais para o lado dos, “Varjão” do pai Pedro Monteiro Varjão, embora amasse incondicional e loucamente a mãe Maria Monteiro de Macedo.

Quem se der ao trabalho de pesquisar a riqueza cultural dos “Varjão” de Bernardo Cardoso Varjão (tataravô de Paulo Monteiro), nascidos e criados entre Canché e Jeremoabo, mais pre-

cisamente nas terras do Tarraxil e da Icozeira, dos “Varjão” da fazenda São Francisco, próxima e logo depois da Várzea da Ema, pertencente a Vicente Ferreira Cardoso Varjão (irmão do Bernardo), e dos “Varjão” do São Bento (Uauá), descendentes de José Cirilo Cardoso Varjão (tataravô de Paulo Monteiro, também irmão do Bernardo), vai chegar à conclusão que o pai de Antônio(primogênito), Manoel, José, João, Albino, Moisés(caçula), Ana (Didi), Maria (Vadinha), Laudice, Rosália, Erotildes e Rosalice teria sido um grande professor de história, se crescido num meio um pouco mais desenvolvido ou se melhores oportunidades tivessem surgido, a exemplo de alguns parentes relativamente próximos.

Dos mais velhos dos “Varjão”, o mais glorificado foi o professor Ferreirinha (assinava-se Evaristo Cardoso Varjão), tanto que empresta o seu

<sup>1</sup> Escritor, pesquisador, genealogista.

nome a uma das escolas de Jeremoabo. A avó paterna de Paulo Monteiro, Joana Cardoso Varjão, esposa do famoso Quinquim do Coiquí, era sobrinha do professor Ferreirinha.

Horácio Cardoso Varjão, o mais bem aquinhado de recursos dos “Varjão” nascidos em Uauá, casado com a prima carnal Ana Felix (irmã de Ferreirinha), sogro de Quinquim do Coiquí, bisavô de Paulo Monteiro, teve um irmão coincidentemente chamado de Evaristo Cardoso Varjão, também mestre de educação primária, conhecido pela alcunha de Professor Pate. Este tio-bisavô de Paulo Monteiro, homônimo do outro tio-bisavô Ferreirinha, foi solicitado a se transferir para Chorrochó com o fim específico de ensinar as primeiras letras ao sobrinho Manoel Guilherme, filho de seu irmão Guilherme (tio-bisavô de Paulo Monteiro) e de Maria Canuta (tia-avó de D. Silvana, irmã do jagunço Deodato e da velha Guilhermina de Salustiano, tia do herói Estandislau da Macambira, sobrinha de Fabrício do Cocobocó).

Quem o teria contratado para ensinar em Chorrochó? Ninguém mais

que o bisavô de D. Silvana (Manoel Real de Santana), pai de Maria Canuta que foi a primeira esposa de Guilherme Cardoso Varjão. Concluída a sua tarefa na terra dos Pacheco de Menezes, Professor Pate não demorou a se fixar por toda a vida nos torrões do Curaçá, aí deixando vasta descendência.

Outro notável exemplo para Paulo Monteiro foi o professor Arnóbio Varjão que terminou levando ao altar uma parente de nome Heráclita, irmã do grande saxofonista Cazuza Varjão, de Chico de Justina e de D. Emiliana (Sinhazinha de Sargento Bonfim, mãe do jornalista Eliezer Varjão).

Casando-se aos 28 anos com D. Silvana, Paulo Monteiro entrou na família de D. Rita Joaquina de São José, conhecida, até falecer na década de 1860, por D. Bela Joaquina (ou Bela Jardim), que deixou vários filhos, dentre os quais o velho conselheirista Fabrício Mamede da Silva, imortalizado nas páginas de Os Sertões como Fabrício de Cocobocó, e D. Theodora Francisca, esposa de Manoel Real de Santana. Este senhor talvez não tenha alcançado a figura de Antônio Conselheiro,

mas  
Nico  
frera  
rores  
Zé N  
de F  
Canu  
Guill  
simo  
tand  
Ferre  
e pai  
de A  
noel)  
cianc  
de D.  
Quin  
disco  
poim  
que c

pé fo  
Majo  
Coiqu  
dele  
habit  
onde  
da Ci  
de Pe



mas quatro dos filhos – Florêncio, Zé Nicolau, Guilhermina e Deodato – sofreram direta ou indiretamente os horrores da guerra sertaneja. Florêncio e Zé Nicolau, como genros e sobrinhos de Fabilício do Cocobocó, morto em Canudos pelas forças de Artur Oscar; Guilhermina, como mãe do jaguncíssimo e grande herói de Canudos – Estandislau da Macambira; e Deodato Ferreira Campos, como conselheirista e pai de membros da Guarda Católica de Antônio Conselheiro: Guinô (Manoel), Santinho (Possidônio) e Deocleciano. Sobre a velha Guilhermina (avó de D. Silvana) e Deodato (cunhado de Quinquim do Coiqui) Paulo Monteiro discorria com desembaraço, dando depoimentos inéditos aos pesquisadores que o procuravam.

Paulo Monteiro Varjão tem um pé fortemente fincado no Cumbe do Major Antonino. Embora nascidos no Coiqui próximo de Canudos, os pais dele descendem dos “Monteiro” que habitaram o antigo Sítio do Gameleiro, onde hoje se situa a cidade de Euclides da Cunha. Não há notícia do trisavô de Paulo Monteiro – Luís Fagundes

A. Cruz Monteiro – ter se debandado para o então Coiqui de Zé Pires. Mas talvez por amizade a este proprietário (fundador da Carnaíba, hoje povoado de Euclides da Cunha, também conhecido por Carnaíba do Pires), Luís Fagundes pode ter influenciado o filho Luciano Monteiro a morar no Coiqui que como fazenda era muito mais produtiva do que a de Canudos.

Casado com Joana Alves da Luz (ou Joana Baptista de Jesus), o bisavô de Paulo Monteiro - Luciano Fagundes da Cruz Monteiro – deitará raízes profundas no Coiqui de Zé Pires alguns anos após ter arrendado à Casa da Torre, a exemplo do pai, o Sítio Beira da Serra que extremava com as antigas fazendas Piedade, Várzea (depois Várzea do Anacleto), Quixabeira Grande, Fazendinha (na Malhada da Pedra), Gonçalo e Boa Vista.

O Coiqui, que se dividia com o Atalho e Canudos no lugar denominado Passagem do Caxaqui, e com a Pastos dos Bois, ficara por dezenas de anos sob o domínio dos Pires da Fonseca, mas os serviços de administração e vaqueirice certamente estiveram a

cargo do bisavô de Paulo Monteiro e de sua numerosa prole liderada por Quinquim do Coiqui (Joaquim Lourenço Monteiro).

No final da década de 1850, tomava conta da Serra Vermelha, fazenda vizinha à de Cocorobó, então pertencente a um genro de Zé Pires, um senhor de nome Ladislau Fagundes da Cruz Monteiro, irmão de Quinquim do Coiqui. Noventa e poucos anos depois, esta fazenda, que fica um pouco abaixo da atual cidade de Canudos, pertencerá a um bisneto de Zé Pires (Apromiano Alves de Campos). E o seu vaqueiro neste início da década de 1950? O grande contador de histórias dos cangaceiros de Lampião e dos jagunços de Antônio Conselheiro – Paulo Monteiro Varjão – neto de Quinquim do Coiqui.

Dizia Paulo Monteiro que, dos filhos de Luciano, Quinquim foi o que mais angariou recursos, o que mais cresceu nos negócios de compra e venda de boiadas, a ponto de não dispor de tempo para abraçar a causa conselheirista, tornar-se crente abnegado ou alcançar vitória sobre as tropas de

Pires Ferreira, como disse Euclides no majestoso Os Sertões. Para o esposo de D. Silviana, o seu avô estava a negócio no povoado de Uauá, exatamente às vésperas da batalha entre jagunços e expedicionários. Antevendo o encontro, Quinquim tentou salvar os uauenses, que não tinham nada a ver com a briga dos outros, avisando-lhes que o povo de Conselheiro se aproximava de Uauá. Quinquim talvez não soubesse que no meio daquela procissão de gente de Canudos se encontrava o primeiro marido de sua sobrinha e futura nora Maria Monteiro, que será uma das vítimas fatais do ataque das tropas da 1ª expedição.

Nome frequentemente citado por Paulo Monteiro foi o de sua avó materna, Salustiana Andreza de Macedo, irmã de Quinquim do Coiqui, esposa de Antônio Jardim de Macedo, da qual nasceram Macário, Maria (mãe de Paulo Monteiro), Maria Balbina (esposa de José Cardoso César, do Rosário, mãe de D. Loló de Seo Arquias), Luciano e Adão (genro de Deodato e de sua tia Maria Andreza, pai de Herculano).

Monte  
de qua  
torrão  
da São  
Alves  
ro Elp  
Urânia  
genro  
a mort  
Monte  
triarca  
Moisés

A  
seu nas  
cluía n  
depoer  
longa v  
ouvind  
soas qu  
parte  
No iníc  
trabalh  
teiro fe  
Lampião  
dada p  
car um  
Tudo is  
denúnc



A vida de trabalho de Paulo Monteiro começou cedo. Com menos de quatro anos, viu os pais deixarem o torrão natal para morarem na fazenda São Francisco (Formosa) de Pedro Alves da Silva e Souza, tio do primeiro Elpídio da Pastos dos Bois, de D. Urânia de Brasilino Canário, além de genro do velho Ângelo dos Reis. Com a morte do pai, o ainda menor Paulo Monteiro “teve de assumir o papel patriarcal”, como bem disse o filho caçula Moisés Varjão.

A começar do Caipã, lugar de seu nascimento, que no passado se incluía nos limites do Coiqui, o grande depoente da Guerra de Canudos viveu longa vida pisando torrões históricos, ouvindo e tendo contactos com pessoas que presenciaram ou que fizeram parte do movimento conselheirista. No início de 1932, época em que ainda trabalhava na Formosa, Paulo Monteiro foi vítima, não de cangaceiros de Lampião, mas de uma volante comandada por Douradinho que, ao lhe aplicar uma surra, o deixou quase morto. Tudo isso aconteceu por causa de uma denúncia de um senhor apelidado de

Canário, a qual o acusava de coiteiro de Lampião, justamente no período em que os cangaceiros invadiram e queimaram as fazendas do Coronel Petro. O denunciante tinha raízes nas terras que margeiam o riacho da Umburana, um dos principais afluentes do Vaza-Barris.

Para o filho Manoel Varjão, quem mais ajudou Paulo Monteiro na recuperação de sua saúde, seriamente abalada pelo espancamento sofrido, foi D. Silviana que chegou a pedir socorro ao pai Né de Pepedo, profundo conhecedor de ervas medicinais. Graças ao apelo da esposa, terminou Paulo Monteiro aceitando, por cerca de três meses, ser um simples vaqueiro de bode na fazenda Junco, próxima de Canudos, de propriedade do grande líder canudense Isaías Ferreira Canário. Daí saiu (1937) para o Saco Comprido de D. Elvira de Paulo Fontes (sobrinha do Barão de Jeremoabo), onde se sentiu feliz por muitos anos como administrador e vaqueiro, a ponto de considerar a sua longa permanência nesta fazenda como um prêmio ou um verdadeiro presente de aniversário. Na

Serra Vermelha de Apromiano, em que não passou mais de três anos, se despediu da vaqueirice. Em 1955, decidiu morar por conta própria na Baixa da Toca, lugar onde sete anos depois nascerá o último dos filhos. Manoel Varjão informa ainda que o pai Paulo Monteiro viveu, até o fim de seus dias, na fazenda Caldeirão recebida de herança.

O sogro de Terezinha Cardoso Rodrigues Varjão (Terezinha de Moisés) cultivava o hábito de não se queixar das adversidades. O seu grande protetor era Deus, Nosso Senhor. Para Paulo Monteiro, quem chamasse por Ele, por Ele seria favorecido. A sua fé no Criador superava qualquer dificuldade. Na época de seca ou de pouca chuva, costumava abastecer-se das águas da fazenda Baixas de Né de Pepedo. O seu caçulinha tem certeza que foi esse pegar de água de Paulo Monteiro que ocasionou os primeiros contactos com D. Silviana, tanto que em 28 de julho de 1931 foi levada ao altar da igreja de Monte Santo para a celebração do casamento. Graças a “esses períodos de longa estiagem” é que Paulo Monteiro

se tornou um dos sertanejos mais “ricos” da região pelos bons filhos que a neta do Pepedo da Canabrava lhe deu.

As grandes figuras que entrevistaram Paulo Monteiro saíram conscientes de seu manancial de conhecimento a respeito dos casos tristes do cangaço, da passagem dos revoltosos pela região em 1926 e do fenômeno Canudos que abalou a república. A riqueza de detalhes de seus casos convencia qualquer um. Na maioria das vezes que o entrevistei, acompanhava-me ora João de Rege ora Dandá. Na “venda” de Zé de Regis, as conversas aconteciam invariavelmente regadas a conhaque. Ninguém contava com tanta graça a fuga do Capitão Jagunço (Jesusino Correia Lima) do território do Belo Monte.

Paulo Monteiro se despediu da vida em 9 de maio de 2002, mas continua vivo na mente e no coração dos que o conheceram.



I-  
a  
L  
I-  
I-  
I-  
O  
S  
O  
A  
I-  
S  
I-  
a  
S  
a  
I-  
I-  
O  
a  
I-  
S



# Poesia Popular



## POESIA POPULAR



(Cangaceiro Dormindo no Ponto com um Olho Aberto). Esta matriz de xilogravura pertence a Fundação Casa de Ruy Barbosa, no Rio de Janeiro, e já foi por ela publicada em 1977 no álbum "Xilógrafos Nordestinos" e republicada pela Embaixada do Brasil no Peru.



# Doca Lajedo, Um Tal Jagunço Façanhudo

*Franklin Maxado<sup>1</sup>*

Dedico este folheto aos escritores Ronaldo Senna, Carlos Tadeu, Itamar Aguiar e Antônio Amaury Correa de Araújo que me contaram o que contei romanceando desta estória.

Nem todo mundo morreu  
Quando acabaram Canudos.  
Uns foram entregues vivos  
Mas sumiram como mudos.  
Cortaram suas cabeças  
Por trás com ferros agudos.

Outros caíram lutando  
Tal mocós contra jaguares.  
Houve quem saiu fugido  
Pra não enfrentar azares  
E destes que escaparam  
É alvo desses cantares.

Ele era o bandeirante,  
O paulista Joãozinho  
Que escapuliu desde lá  
Quando mataram Dioguinho,  
O cangaceiro caipira,  
Do quem era seu maninho.

---

<sup>1</sup> Advogado, escritor, cordelista, poeta.

Joãozinho se atirou na água  
Quando viu o tiroteio.  
Mergulhou e caiu fora  
Pela corrente do meio  
Daquele rio em São Paulo  
Boiando ferido feio.

Por sorte, encontrou coito  
E até pôde se curar  
Mas ficou cego de um olho  
E resolveu se andar.  
Foi para Minas Gerais  
Sempre a se disfarçar

Andava mais pela noite  
Evitando ver pessoa  
Até ir ao São Francisco  
E roubar uma canoa  
Descendo aquele rio  
Parando só em camboa.

Passou muita fome e sede  
Mas quem de uma escapa  
Cem anos pode viver  
E ele só na socapa.  
Chegou então na Bahia  
Onde viu festa na Lapa.

Lá soube da pregação  
Do Bom Jesus Conselheiro  
Que reunia beatos  
Mas também muitos guerreiros  
E resolveu ir em frente.  
Largar de ser cangaceiro.



No Império Belos Montes,  
Juntou-se a João Abade  
Virou então seu jagunço  
Tomando benção ao frade,  
O Antônio Conselheiro,  
Na fila do fim da tarde.

Lutou sempre como bravo,  
Contra as forças legais.  
Matou rumas de soldados  
E também oficiais  
Mas, vendo perder a guerra,  
Ganhou os campos gerais.

De novo, escapou da morte  
E foi ser um faisqueiro  
Na Chapada Diamantina.  
Para arranjar dinheiro,  
Largava a sua bateia  
Virando um pistoleiro.

O garimpo era disfarce  
E também esconderijo.  
Mal sabia garimpar  
E seu serviço era rijo.  
Virou matador de gente  
Portando um crucifixo.

Dizem que teve padrinho  
E que foi Doca Medrado,  
Coronel de Mucugê,  
Lá no centro do Estado.  
Até conheceu Horácio,  
Outro chefe destacado.

Foi chamado pra brigar  
Contra aqueles Revoltosos”  
Mas não quis se envolver.  
Ficou fora dos fogosos  
Jagunços do coronel  
E quedar nos chãos rochosos.

Por isso, já tinha nome:  
Era o Doca Lajedo,  
Jagunço bom de gatilho  
Que lutava sem ter medo.  
Não perdia a pontaria  
E tinha o mole dedo.

Falam até que ele dormia  
No ponto fazendo mira  
Pois tinha um olho cego  
E o outro na catira.  
Rezava antes pela alma  
Encomendando a gira.

Suas façanhas correram  
O mundo da fantasia.  
Diziam ter tiro certo  
Que entrava e não doía.  
Visava o olho ou a boca  
Pois nem o couro perdia.

Virou lenda no sertão,  
Aquele alto brancão,  
Magro que só uma estaca,  
Vestido com um capão  
Daqueles coloniais  
Preto, lanzudo e grossão.



Era acostumado ao frio  
Pois veio do clima paulista.  
E o tempo era garoa  
Que embaçava a vista.  
Morava em gruta tal onça  
Sem deixar alguma pista.

Comia raiz, casca, flores,  
Frutos e o que achava.  
Quase não ia a comércio.  
Fazer feira, não gostava.  
Carne era a que caçava.  
E peixe sempre pescava.

Mesmo sendo apadrinhado,  
Era um pouco independente.  
Quando não achava motivo  
Para matar uma gente,  
Recusava o serviço  
Mostrando assim ser valente.

Cabra ladrão descarado  
Não enganasse o coronel.  
Pois se escondesse o ouro  
Ou diamante no chapéu,  
Começasse a orar,  
Se quisesse ir pro céu.

Pois, na sua ignorância  
E revolta do destino,  
Doca Lajedo vingava  
O que achava desatino.  
Cabra safado com ele  
Topava seu ponto fino.

Era calmo e tranquilo  
Sem ter dor de consciência.  
Ficava horas em tocaia,  
Praticando a paciência.  
Dia e noite na espera.  
Cochilando com vidência.

Falavam até que dormia  
No ponto para atirar  
Somente com uma vista.  
E não tinha como errar!  
Não desperdiçava bala.  
Bastava uma para matar.

Qualquer um ruído surdo  
Despertava para a vida  
Como que se lhe acendesse  
Um aviso na guarida.  
Aí, então aquela alma  
Podia se achar perdida.

Quando queria cercar,  
Pisava muito mansinho,  
Despistando quem lá fosse  
Procurando o seu caminho.  
Era como um encantado  
No seu mato escondidinho.

O povo fala que tinha  
O corpo todo fechado  
Porque arranjou cabocla  
De sangue índio mesclado  
Que ali sabia tudo,  
Vivendo no retirado.



Era filha do Jarê,  
Feita com um santo forte.  
Dava as obrigações  
E não brincava com sorte.  
Seguia todos preceitos  
Para não achar a morte.

Como já tinha um tira  
Que há tempos perseguia  
Passando por traficante,  
Vendendo mercadoria  
Naquelas grotas e brenhas,  
Boqueirões e mataria.

Porém, Doca descuidou-se  
E não tomou banho certo.  
Se atrapalhou com a folha,  
Deixando seu corpo aberto  
E saiu para viagem,  
Enfrentando o deserto.

Viu Doca fora da gruna.  
Chamou o destacamento.  
Ele ainda derrubou  
Uns dez só de um momento  
Mas as balas lhe feriram  
E causaram sangramento.

Não resistiu à metralha  
Dum tenente ambicioso  
Querendo por que queria  
Pegar o facinoroso  
Pra ter sua promoção  
E também ficar famoso.

E Doca, que tinha raiva  
De soldado e autoridade  
Arbitrária e tirana,  
Caiu na adversidade,  
Topando com o seu dia  
De tal infelicidade.

Também, já estava velho  
E não pôde mais correr.  
Cortaram o seu pescoço  
Dando gritos de prazer  
Para mostrar nas cidades  
A fim de todos saber.

Sua mulher sertaneja,  
Quando soube do ocorrido,  
Atirou-se dum abismo  
Pra não ter o corpo lindo  
Preso por oficial  
Que se passou por bandido.



Aquele era o tal código  
Que regia o sertão.  
Cada um que garantisse  
Com a sua prontidão.  
Quem matasse, ia morrer.  
Era a lei do talião.

Assim, mataram o Doca  
Lajedo de Mucugê.  
Dizem que está encantado  
Assombrando qualquer ser  
Que for bulir com o mato  
Nada tendo o que fazer

Após morrer, outro doca  
Apareceu no sertão  
Mas não foi praqueles lados.  
Andou por outra região.  
Foi Virgulino Ferreira,  
O cangaceiro Lampião.

## Doca Lajedo, um Tal Jagunço Façanhudo

M – andado ou não, o Doca

A – certava o seu tiro

X – uxando carnes daquele

A – quem ele no seu giro

D – ava como desordeiro.

O – caso então eu refiro.

MOVIMENTO POETAS NA PRAÇA

**ECO DA POESIA NA PRAÇA**

**ZÉ LIMEIRA,  
Poeta  
do Absurdo**

**DEMOCRATIZAÇÃO DA ARTE POETICA**  
TRABALHADORES DA PALAVRA ORAL E ESCRITA POETAS DA PRAÇA



"O véio Thomé de Souza,  
Governador da Bahia,  
Casou-se e no mesmo dia  
Passou a pica na esposa...  
Ele fez que nem raposa:  
Cumeu na frente e atrás,  
Chegou na beira do cais,  
Onde o navio trefega,  
Cumeu o Padre Nobrega,  
Os tempos não voltam mais"

"Frei Henrique de Coimbra,  
Sacerdote sem preguiça,  
Rezou a Primeira Missa  
Na beira duma cacimba  
Um índio passou-lhe a pimba,  
Ele não quis aceita  
E agora veve a berra  
Detrás dum pau de jureme...  
O bom pescador não teme  
As profundezas do mar"

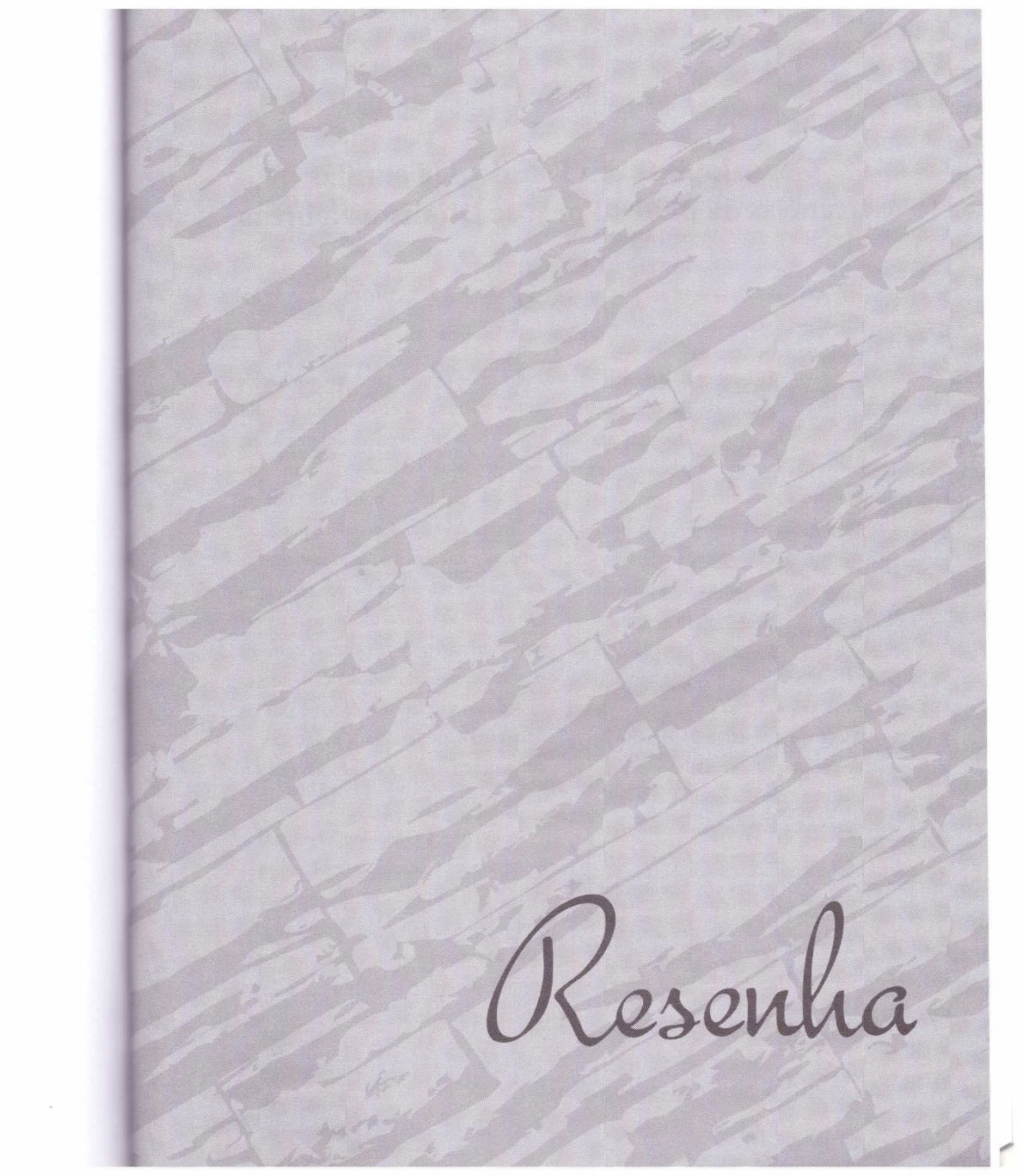
"Frei Henrique descansou  
Nas encosta da Bahia,  
Depois fez a travessia  
Pra chegá onde chegou,  
Pegou a Índia, champrou,  
Ela não pôde fala,  
Assou carne de jaba.

CONTRIBUAM ESPONTANEAMENTE  
AO RECEBER NOSSAS "FOLHAS SOLTAS"

COMPANHEIROS  
MOVIMENTO POETAS NA PRAÇA

"Colega, a Geografia





*Resenha*



# Genealogia – Um Estudo de Famílias Sertanejas da Bahia, Por José Dionísio Nóbrega

*Eldon Canário<sup>1</sup>*

A Genealogia, também conhecida como ciência auxiliar da História, tem como objetivo estudar a origem das pessoas e das famílias, mediante o levantamento sistemático de seus antepassados e descendentes, locais onde nasceram e viveram e seus relacionamentos interfamiliares. É, portanto, uma ciência de raiz histórica, que estuda as famílias de determinada área geográfica, ou o seu deslocamento para regiões próximas ou distantes de sua origem, e que exige do estudioso, o genealogista, um trabalho paciente e longo, com deslocamentos constantes, entrevistas confiáveis e manuseio paciente de documentos, especialmente livros de notas em tabelionatos e de registros de pessoas naturais, nos cartório onde possa haver qualquer referência ao pesquisado ou à sua fa-

mília. Por isso, é também conhecida como Ciência da História da Família.

Mas as pesquisas desenvolvidas pelo genealogista não se limitam apenas aos cartórios, podendo também ser feitas em igrejas, arquivos públicos, museus e bibliotecas. Se o trabalho se resume a uma única personalidade, o caminho não é tão árido, porque o pesquisador pode, com certeza, concentrar-se em determinados locais, número reduzido de entrevistados e um ou dois ramos de família a pesquisar, já que a genealogia é a ciência da relação de parentesco.

O culto à Genealogia remonta à antiguidade. O exemplo mais conhecido é o da Bíblia que é pródiga em genealogias. O povo judeu dava muito valor aos seus antepassados e, por isso, sempre procurou registrar as ascendências e descendências dos seus he-

<sup>1</sup> Advogado, romancista e memorialista.



róis e líderes, o que permitiu o conhecimento de personagens que fizeram a sua História.

Vejamos, a título de exemplo, a genealogia de Adão até Noé, personagens bastante conhecidos, mesmo para os menos crentes, que se encontra no Livro Gênesis, 5, 3, 32: Adão gerou Sete; Sete gerou Enos; Enos gerou Cainã; Cainã gerou Maalalel; Maalalel gerou Jaredé; Jaredé gerou Enoque; Enoque gerou Matusalém, que gerou Noé. Essa genealogia é bastante simplificada, pois mostra, apenas, um dos filhos de cada personagem, como na de Abraão, que gerou Isac, que gerou Jacó... etc. Se fosse completa, teria que contar com todos os demais. Mas, na Bíblia, a investigação se preocupa, apenas, com os personagens de mais destaque na história do povo judeu.

Curioso é que, na sociedade judaica, por ser patriarcal, não se vê, normalmente, nomes de mulheres. Podemos encontrá-las na genealogia de Jesus. Fica claro que, sem elas, não haveria descendência.

A leitura de árvores genealógicas constitui-se, quase sempre, uma tare-

fa árida, pouco agradável, a não ser que o leitor tenha interesse específico, como pesquisar um vulto da História, um personagem famoso, ou de alguém que lhe seja vinculado por sangue ou união matrimonial. Se a leitura pode ser, digamos um sacrifício, imagine-se a tarefa de buscar ancestrais e descendentes. Só mesmo alguém determinado a desvendar mistérios e trazê-los à luz pode vencer as inúmeras e difíceis barreiras que se apresentam diante de quem se dispõe a elaborar um estudo sério e metucioso, para estabelecer a genealogia de uma família que teve atuação destacada em alguma parte do mundo, às vezes por um longo período, e até séculos.

É o caso de um dos mais destacados genealogistas da Bahia, José Dionísio Nóbrega, membro da Academia de Letras e Artes de Salvador – ALAS – e do Instituto Genealógico da Bahia, onde ocupa a função de Conselheiro Fiscal. Nascido no Município baiano de Euclides da Cunha abraçou, por opção, a tarefa de estudar acontecimentos de destaque na região do Nordeste

baiano, empolgando-se com o tema da Guerra de Canudos, a vida de Antônio Conselheiro e, por consequência, a do escritor que deu nome à sua terra natal, imortalizado pelo fato de ter escrito o magnífico livro *Os Sertões*, sobre a Campanha de Canudos.

Como um assunto puxa outro, Dionísio, que se destaca pela capacidade de descer a detalhes, memorizar datas, locais e pessoas, foi-se empolgando com certos indivíduos, vivos ou já desaparecidos, que, antes, durante e após o doloroso conflito sertanejo, destacaram-se, nas fazendas, povoados, vilas e cidades da região.

Autor do excelente livro *EUCLIDES DA CUNHA E O SERTÃO DE CANUDOS* – um ensaio sobre o povoamento da região, obra de fôlego, na qual nos revela os troncos familiares que povoaram essa parte da Bahia, Dionísio nos brindou, em seguida, com quatro “opúsculos”, como ele mesmo denomina cada um de seus livros, todos eles mostrando-nos a genealogia de inúmeras famílias do sertão nordestino baiano e o povoamento do seu território, formado por terras quase

sempre inóspitas, marcado, no passado, pela presença de Lampião e Antônio Conselheiro.

Andando como o beato Peregrino e o bando do famoso cangaceiro, usando, agora, meios mais modernos de locomoção, Dionísio Nóbrega perambulou por fazendas, arraiais, povoados, vilas e cidades, ouvindo os mais velhos, ou manuseando os empoeirados livros de escrituras e registros nos cartórios dos lugares por onde passava, subindo na árvore genealógica de cada um dos indivíduos pesquisados, registrando nomes de pais, avós, bisavós, tataravós, até quando pôde e lhe foi possível, verificando os vínculos desses desbravadores com a conquista ou aquisição de propriedades rurais, bem como a constituição de famílias, os vínculos entre uma e outra, naturalmente pelo matrimônio, contando-nos histórias empolgantes de mulheres e homens destemidos e, por consequência, da região onde o intrépido pesquisador nasceu e se criou, compreendida entre as barrancas do São Francisco e o Vale do Vaza-Barris, até a fronteira com o vizinho Estado de Sergipe.



Como nos ensina Norberto Bobbio, filósofo italiano, se o mundo do futuro se abre para a imaginação, o mundo do passado é aquele no qual, recorrendo a nossas lembranças, podemos buscar refúgio dentro de nós mesmos, debruçarmos sobre nós mesmos e nele reconstruir nossa identidade.

Considerado, com justiça, o mais destacado genealogista de famílias povoadoras de parte do nordeste da Bahia, José Dionísio Nóbrega, após décadas de pesquisas criteriosas e detalhadas, conseguiu, com a publicação do seu profícuo trabalho, levar-nos aos nossos antepassados, ou trazê-los até os nossos dias, para homenageá-los e agradecer-lhes pela tarefa hercúlea de varar o tempo, em locais inóspitos e trazer, até nós, seus descendentes, a honradez, a dignidade, a coragem e a determinação de continuarmos a tarefa iniciada lá atrás.

Incansável em suas andanças pelas veredas do sertão da Bahia e alhures, observador perspicaz, Dionísio Nóbrega descreve as pessoas e a região com tanto realismo, que parece caminhar ao lado do leitor, segurando-lhe a

mão, pedindo-lhe a atenção, mostrando-lhe cada lugar, os riachos, os cursos d'água, as serras e a gente dali.

Dos quatro livros, ou opúsculos, como ele próprio faz questão de denominar, escolhemos aquele que mais tem a ver com o povoado histórico de Canudos, focado na figura de um dos seus mais notáveis filhos. Dentre tantos homens destemidos e mulheres determinadas, que empolgaram Dionísio no seu trabalho como genealogista, faremos menção especial a um desses heróis esquecidos, nascido em Canudos. Refiro-me a Enock Canário, como símbolo do sertanejo autêntico. Ao narrar sua vida, desde o seu nascimento, na fazenda Barra, localizada nos arredores de Canudos, antiga fortaleza do beato Antônio Conselheiro, Dionísio termina por nos legar, talvez involuntariamente, uma obra literária que é um misto de ensaio, romance épico e poesia.

Em conferência pronunciada em 1º de junho de 2009, no Memorial Antônio Conselheiro, na nova cidade de Canudos, construída nas proximidades da barragem do açude Cocoro-

bó, por ocasião do centenário de nascimento de Enock Canário, Dionísio Nóbrega declarou:

I - “A ideia só surgiu mesmo quando resolvi escrever sobre a presença dos Macedo e Araújo e dos Canário no povoamento das Canudos ressuscitadas. Ninguém na região canudense melhor do que Enock para representar simultaneamente essas duas grandes famílias. Corre-lhe nas veias o sangue do primeiro Macedo e Araújo, morador na fazenda Laje, no Município de Tucano. Pelo lado paterno, pode-se dizer que Enock é um Macedo e Araújo duplo. João Marinho Filho tem como genitores João Marinho de Macedo e Rita Maria de Macedo, ambos primos carnais. Capitão João de Macedo (pai de D. Ritinha) e José Thomé de Macedo (pai de João Marinho) são irmãos. Daí vem o título “De Tucano para Canudos”, do primeiro capítulo do livro “ENOCK – UM CANÁRIO PROTEGIDO DE SANTO ANTÔNIO DOS CANUDOS”.

II - “Como o primeiro Canário de que descende Enock morava no Desterro de Monte Santo, sítio de onde saiu para

a fazenda Barra (vizinha à de Canudos) o seu avô Brasilino, acompanhado da esposa e da maioria dos filhos, (inclusive D. Pombinha, mãe de Enock), denominei o segundo capítulo de “Do Desterro para a Barra”.

III - Por ter sido Enock o grande noiteiro do dia 9 de junho, e muito interessado pelas coisas de Santo Antônio, tentei resgatar um pouco da história dos festejos, a partir dos anos 20.

Além dos requisitos familiares – centralizados na figura de Enock Canário, que atuou como volante no encalço de Lampião, quando conheceu a esposa, D. Maria, no arraial do Canché, tornando-se depois comerciante, profissão que abraçou para sustentar a família –, Dionísio, no referido livro, resgata, em boa parte, o dia-a-dia do histórico povoado de Canudos, as suas inesquecíveis festas, especialmente a do padroeiro Santo Antônio, cuja imagem ali chegou no dia 1º de junho de 1909, mesma data do nascimento de Enock.

Num estilo poético, certamente para amenizar a aridez da linguagem



do genealogista, Dionísio Nóbrega descreve a igreja abarrotada de fiéis, nas noites de primeiro a 13 de junho, os cânticos religiosos, a doce melodia da zabumba, os espetáculos pirotécnicos, os leilões no barracão da feira e os bailes abrilhantados por personalidades ilustres da região e animados por magníficas orquestras ou jazz, contratados em outras plagas.

Felizmente, existe esta ciência, embora tão pouco cultivada, a genealogia, que tem o poder mágico, tal qual a literatura, de perenizar lugares e pessoas. Os grandes estudiosos e os autores mais iluminados, como Dionísio Nóbrega, são capazes de eternizar os atos humanos, os seus atores e até os lugares que deixaram de existir, como Troia e Canudos.

Por isso, não importa que a Canudos de Enock Canário, de seus pais e descendentes, hoje coberto pelas águas do açude Cocorobó, não mais esteja ao alcance do olhar humano. Os que desejam, por curiosidade ou afeto, conviver com os habitantes do histórico povoado já desaparecido, que se dispersaram pelo mundo, ou passear

nas tranquilas ruas e na velha Praça de Canudos, onde ficavam o barracão e a igreja de Santo Antônio, basta abrir o livro aqui lembrado e se deleitar com a sua leitura.

Salvador, 09 de junho de 2013.



**Edueb**  
Editora da Universidade do Estado da Bahia

ISSN 1413-9421



9 771413 942102

00008

